

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – *STRICTO SENSU*

RENATA BEATRIZ PRETO

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS: INTERFACES COM O ENSINO E
APRENDIZAGEM ESCOLAR**

**Lages
2011**

RENATA BEATRIZ PRETO

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS: INTERFACES COM O ENSINO E
APRENDIZAGEM ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – *stricto* sensu da UNIPLAC, na linha de pesquisa I: Política e Processos Formativos em Educação, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Educação, sob a orientação da professora Doutora Marilane Maria Wolff Paim.

**Lages
2011**

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM EDUCAÇÃO

RENATA BEATRIZ PRETO

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS: INTERFACES COM O ENSINO E APRENDIZAGEM ESCOLAR

Dissertação submetida ao colegiado do programa de Pós-Graduação – Mestrado Acadêmico em cumprimento parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, na Linha de Pesquisa Políticas e Processos Formativos em Educação.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM 10/05/2011

Prof^a Dr^a Marilane Maria Wolff Paim (Orientadora): _____

Prof^a Dr^a Ana Maria Borges de Sousa (Professora Convidada – UFSC): _____

Prof^a Dr^a Maria de Lurdes Pinto de Almeida (Professora Titular do PPGE): _____

Prof^o Dr^o Geraldo Antonio da Rosa – Suplente do PPGE: _____

Prof^a Dr^a Marilane Maria Wolff Paim
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

Renata Beatriz Preto
Lages, Santa Catarina, Maio de 2011

Ficha Catalográfica

P922v Preto, Renata Beatriz.
Violência doméstica contra crianças: interfaces
com o ensino e aprendizagem escolar / Renata Beatriz Preto. -
Lages (SC), 2011.
190f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Planalto
Catarinense. Programa de Mestrado em Educação da
Universidade do Planalto Catarinense.
Orientadora: Marilane Maria Wolff Paim.

1. Crianças e violência. 2. Violência familiar.
3. Rendimento escolar. I. Paim, Marilane Maria Wolff.
II. Título.

CDD 362.7

(Elaborada pelo Bibliotecário José Francisco da Silva - CRB-14/570)

Mas é preciso chegar antes
que uma criança ou adolescente
seja vítima de Violência Doméstica
tornando-se:

Um prontuário Médico

Um Boletim Policial

Um processo Judicial

Um dossiê psicossocial

Uma notícia de Jornal

ou...

Um Corpo no Necrotério!

Dr. Maria Amélia Azevedo
Lacri/Ipusp

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema as Violências Domésticas Infantil e traz como problemática a interface entre as violências domésticas e o processo de ensino aprendizagem escolar de crianças. Como objetivo geral, compreender criticamente como as violências domésticas afetam o processo de ensino e aprendizagem de crianças que estudam nos CEIM's-Centro de Educação Infantil Municipal a partir das narrativas de oito professoras das series iniciais. Já os objetivos específicos que orientaram a investigação foram: identificar os aspectos que compõem as mediações dos psicólogos que atuam no espaço escolar; descrever criticamente, os procedimentos adotados pela escola ao identificar as crianças que sofrem violências domésticas; problematizar as percepções de educadores e gestores sobre as violências domésticas. A metodologia utilizada no estudo teve uma abordagem qualitativa de pesquisa, enfatizando a condição do pesquisador como sujeito e destacando a importância do seu diálogo com o campo empírico no processo de produção do conhecimento, onde participaram duas professoras das séries iniciais de quatro CEIM's-Centro de Educação Infantil do Município de Lages, as quais possuem casos de violências domésticas com seus alunos. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um roteiro de entrevista semi-estruturado com perguntas abertas formulado a partir do objetivo geral e específicos, onde as respostas, juntamente com a análise do conteúdo contribuíram para a comunidade social e científica, cada qual podendo interferir positivamente em vários aspectos. A análise se deu na interpretação do conteúdo expresso nas unidades de pensamento emitido pelo público-alvo da pesquisa.

Palavras-chave: Violências Domésticas, crianças, escola, ensino aprendizagem.

ABSTRACT

This research has as subject the Domestic Violence and as problem if the domestic violence affects the process of escolarization of children? It has as objective generality to understand, critically, as the domestic violence affects the process of education and learning of children who study in CEIM's-Center de Municipal Infantil Educação from the narratives of eight teachers of the initial series. Already the specific objectives that had guided the inquiry had been: to identify the aspects that compose the mediações of the psychologists who act in the pertaining to school space; to describe critically, the procedures adopted for the school when identifying the children who suffer domestic violence; to problematizar the perceptions of educators and managers on the domestic violence. The methodology used in the study was for a qualitative boarding of research, emphasizing the condition of the researcher as subject and detaching the importance of its dialogue with the empirical field in the process of production of the knowledge, where CEIM's-Center de Infantil Educação of the City of Lages participated two teachers of four the initial series of in which they possess cases of domestic violence with its pupils. The instrument of collection of data used was a script of interview half-structuralized with open questions formulated from the general objective and specific, where the answers together with the analysis of the content contributed for the social and scientific community, each one being able to intervene positively with some aspects. The analysis if gave in the interpretation of the express content in the units of thought emitted for the public-target of the research.

Word-key: Domestic violence, child, school, education learning.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ECA = Estatuto da Criança e do Adolescente

CEIM's = Centro de Educação Infantil Municipal

UNICEF = Fundo das Nações Unidas para a Infância

SIPIA = Sistema de Informação para a Infância e Adolescência

NU = Nações Unidas

QI = Quociente de inteligência

ONU = Organização das Nações Unidas

OMS = Organização Mundial de Saúde

FPS = Funções Psicológicas Superiores

Art. = Artigo

ANPED = Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

SCIELO = Scientific Electronic Library Online

CAPES = Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EMEB's = Escola Municipal de Educação Básica

IDH = Índice de Desenvolvimento Humano

IDI = Índice de Desenvolvimento Infantil

APOMT = Sistema Estadual Unificado de Aviso de Maus-Tratos

CEAV = Centro de Atendimento à Vítima de Crime

TCLE = Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

VD = Violência Doméstica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O CONHECIMENTO DAS VIOLÊNCIAS DOMÉSTICA EM CRIANÇAS E O SEU DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	18
3 SITUANDO O PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO NA REVISÃO DA LITERATURA	43
3.1 Quanto ao eixo da saúde	52
3.2 Quanto ao eixo da educação	71
3.3 Quanto ao eixo da Psicologia e Serviço Social	88
3.4 Aproximações da pesquisa com a pesquisa em questão	102
3.5 Conceitos de Violências Domésticas entre vários autores que estudam sobre o tema e das pesquisas analisadas	102
4 CAMINHO METODOLÓGICO	109
4.1 Trajetória em busca de dados estatísticos sobre as violências domésticas contra crianças no município de Lages-SC	109
4.2 Métodos utilizados para a coleta dos dados	116
4.2.1 A caracterização da pesquisa	116
4.2.2 Os participantes.....	117
4.2.3 A situação e o ambiente	117
4.2.4 O equipamentos e materiais utilizados	117
4.2.5 Os procedimentos de coletas dos resultados	118
5 ENTRADA NO CAMPO DE PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS	

COLETADOS	119
5.1 Análise dos dados	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	144
APÊNDICES	150
ANEXOS	155

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - ESTADO DA ARTE SOBRE VIOLENCIAS DOMESTICAS	45
QUADRO 2 - DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS ENCONTRADAS SOBRE O TEMA EM QUESTÃO	48
QUADRO 3 - BAIRROS DELIMITADOS ONDE ACONTECEU A PESQUISA	111
QUADRO 4 - BAIRROS PESQUISADOS, CEIM'S E EMEB'S	112
QUADRO 5 - VIOLÊNCIAS SOFRIDAS PELAS CRIANÇAS NO PERÍODO DE JANEIRO A MAIO DE 2010 NO CEVIC	114
QUADRO 6 - VIOLÊNCIAS SOFRIDAS PELAS CRIANÇAS NO PERÍODO DE JANEIRO A MAIO DE 2009 NO CEVIC	114
QUADRO 7 - VIOLÊNCIAS SOFRIDAS PELAS CRIANÇAS NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2008 NO CEVIC	115
QUADRO 8 – DESCRIÇÃO DAS PROFESSORAS ENTREVISTADAS	120

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Conhecimento da política de atendimento à criança no CEIM	
.....	121
GRÁFICO 2 - Convidada a participar e dar opiniões sobre ações aplicadas no CEIM	
.....	122
GRÁFICO 3 - Conhecimento sobre as violências domésticas infantis	123
GRÁFICO 4 - Presenciou agressão contra crianças, de qual tipo	124
GRÁFICO 5 - Participação de capacitações, cursos, formação continuada relacionada ao tema	
.....	125
GRÁFICO 6 - Consequências que as violências domésticas causam em crianças	
.....	126
GRÁFICO 7 - Orientação por parte da secretaria municipal de educação quando acontece casos de violências domésticas infantil	
.....	127
GRÁFICO 8 - Compreensão sobre o processo de ensino aprendizagem na escola	
.....	128
GRÁFICO 9 - Existem crianças que não aprendem em sua sala? Por que isso acontece?	
.....	130
GRÁFICO 10 - Casos de violências domésticas em sua sala	132
GRÁFICO 11 - Comprometimento com o caso? De que maneira?	133
GRÁFICO 12 - Tipos de violência sofridas por crianças	134
GRÁFICO 13 - Acredita que a agressão física, psicológica e sexual interfere na cognição da criança? Por quê? De que maneira?	
.....	134

1 INTRODUÇÃO

As violências domésticas são vistas hoje como um fenômeno complexo¹, envolvendo fatores individuais, relacionais, comunitários e sociais, portanto, não redutíveis ao indivíduo. Elas estão relacionadas aos valores culturais, às expectativas em relação aos papéis de gênero, às desigualdades sociais e ao abuso nas relações de poder. Porém é possível rever estas práticas e propor práticas sociais reflexivas e do desenvolvimento de formas pacíficas de resolução de conflitos.

Este estudo adotou a definição criança contida no artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente: “considera-se criança, para os efeitos desta Lei, as pessoas até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”. Criança é o menino, o infante. Este último vocábulo é expressivo na sua derivação etimológica: do latim, *infans*, *infantis*, de *in* partícula negativa, mais *fon*: falar: a que ainda não fala. Por extensão, o dispositivo dá o conceito comum de criança, após cujo período de vida entra para a adolescência (CHAVES, 1997, p. 53).

O conceito de violência que foi utilizado neste estudo está registrado no artigo 19 da Convenção sobre o Direito da Criança: “todas as formas de violência física ou mental, abuso ou tratamento negligente, maus-tratos ou exploração, inclusive abuso sexual” (1989, p. 4).

¹ Definição de qualquer evento observável. Conjunto de coisas, fatos ou circunstâncias que entre si têm qualquer ligação (DIC – MICHAELIS ESCOLAR, 2008. Editora Melhoramentos Ltda).

O estudo também usa o conceito do Relatório Mundial sobre a Violência e a Saúde: “o uso intencional da força ou poder físico em forma de ameaça ou efetivamente, contra uma criança por um indivíduo ou grupo, que prejudica ou tem grandes probabilidades de prejudicar a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança” (KRUG, *et al.*, 2002, p. 5).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, destinada a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, também tornou um marco para uma nova política de proteção em relação à criança e ao adolescente, pois estes passam a partir dela, a ***ser titulares do direito à existência digna, saúde, educação, lazer, trabalho e amparo jurídico*** (*grifos meus*).

Esses direitos foram regulamentados em 1990 através da Lei nº 8.069, a qual instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, que no seu artigo 5º determina: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (1990, p. 5).

A escolha do tema de estudo “violências” nesta pesquisa foi vinculada à trajetória histórica pessoal de estudos, reflexões, leituras e indignações. Perpassando primeiramente por minha graduação em Psicologia, principalmente em minha prática profissional, em estágios curriculares, serviços voluntários, onde muitas inquietações/indignações foram desencadeadas, relacionadas às consequências desta, na vida das crianças.

Este tema de pesquisa já foi investigado na minha graduação, porém ele estava relacionando à Violência Doméstica e às percepções de Conselheiros Tutelares de Lages-SC, mas muitas perguntas permaneceram sem respostas, merecendo serem investigadas. E agora, neste momento histórico, acadêmico da minha vida, onde estou cursando mestrado, optei em continuar estudando o tema para compreender a expansão que as violências estão tomando e também através da pesquisa empírica levantar dados para problematizar a sua relevância social, agora relacionada com a Educação Infantil, ou seja, “as violências domésticas contra

crianças e a sua interferência nos processos de ensino aprendizagem na escola”.

O tema de pesquisa que problematizo, investigo e teorizo, centra-se na seguinte questão: Quais são as principais consequências que as violências domésticas causam nas crianças, que podem interferir diretamente no processo de ensino aprendizagem nos CEIM'S - Centros de Educação Infantil Municipal de Lages-SC?

A humanidade durante todo seu desenvolvimento tem produzido e reproduzido infinitas formas de violências, muitas vezes sob a justificativa de educar, corrigir, enfim, socializar os indivíduos, especialmente as crianças e adolescentes. Para Berger & Luckmann (1999, p. 175),

a sociedade é constituída por uma realidade objetiva e outra subjetiva que deve ser compreendida em termos de um processo dialético, composto de três momentos, exteriorização, objetivação e interiorização. Em relação ao fenômeno social e ao membro individual, estes momentos devem ser pensados de forma simultânea, ou seja, ao mesmo tempo em que exterioriza seu próprio mundo social, também o interioriza como realidade objetiva. Assim, estar em sociedade significa participar da dialética da sociedade.

Contudo, estes autores lembram que o indivíduo não nasce membro da sociedade, mas, apenas com predisposição para a sociabilidade. Sua inserção enquanto membro da sociedade obedece a uma sequência temporal, histórica e cultural, cujo ponto de partida é a interiorização, em outras palavras, é a apreensão ou interpretação de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, ou seja, só quando a manifestação da subjetividade do outro já pode ser entendida por um indivíduo como algo compreensível, ele terá realizado o primeiro grau de interiorização, apto portanto, a tornar-se membro da sociedade.

A família apresenta-se como o *locus* de socialização² que deve ser compreendida enquanto instância de diversidade, evitando como diz Ribeiro (1993), se limitar à visão econômico-funcional, entendida somente como espaço de reprodução das ideologias dominantes. O conceito de sociabilidade trabalhado por esta autora não o restringe a espaços fixados e não se limita a períodos determinados, ela é um processo que atua na flexibilização dos modelos e representações de família construídos durante o desenvolvimento da socialização.

Neste processo nas relações entre eles e nas imbricações deles, com

² assimilação de hábitos característicos do seu grupo social (RIBEIRO, 1993).

determinações da sociedade considerada de forma mais ampla, onde atuam inclusive as determinações de ordem estrutural, é que acontecem tanto a construção como a fragmentação dos valores propostos, como objetivos coletivos para a sobrevivência na sociedade.

É nessa perspectiva, que o objetivo geral desta pesquisa foi compreender criticamente, como as violências domésticas afetam o processo de ensino e aprendizagem de crianças que estudam nos Centro de Educação Infantil Municipal - CEIM's. Já os objetivos específicos que orientaram a investigação são: identificar os aspectos que compõem as mediações dos psicólogos que atuam no espaço escolar; Descrever criticamente os procedimentos adotados pela escola, ao identificar as crianças que sofrem violências domésticas; Problematicar as percepções de educadores e gestores sobre as violências domésticas.

Os pressupostos levantados revelam que as violências domésticas trazem consequências tanto psicológicas, físicas e também interfere no processo de cognição da criança; Comprometimento do baixo rendimento escolar, tanto pela depressão desencadeada na criança como pelo sofrimento da tensão de ameaça que vive, desencadeando desatenção, a exclusão social gerada, embotamento, isolamento social, vergonha; A falta de tempo dos professores, em investigar a particularidade de cada aluno em sua sala de aula ocasionado pelo sistema educacional imposto; Descaso da escola diante das violências domésticas causada pelo medo dos educadores frente à denúncia das violências; A baixa notificação dos casos de violências por parte dos profissionais das áreas de saúde, educação e bem-estar social indicando o pouco conhecimento e envolvimento desses com o problema, e também a falta de acesso as instituições especializadas no atendimento de crianças vítimas de violências.

Do ponto de vista metodológico, optei por uma abordagem qualitativa de pesquisa, enfatizando a condição do pesquisador como sujeito e destacando a importância do seu diálogo com o campo empírico no processo de produção do conhecimento. De acordo com Gil (1999, p. 43) o estudo de campo pesquisa diretamente um grupo e suas interações sociais, e no que se refere à pesquisa exploratória, este autor ressalta que o objetivo é proporcionar uma visão geral de um determinado fato, geralmente envolvendo "levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso".

Participaram da pesquisa duas professoras das séries iniciais de quatro CEIM's do Município de Lages na qual possuem casos de violências domésticas com seus alunos.

A entrevista aconteceu no próprio CEIM, durante a hora atividade das professoras, para não interferir na rotina de trabalho das mesmas. Como instrumento de pesquisa utilizei um roteiro de entrevista semi-estruturado elaborado com perguntas abertas. De acordo com Gil (1999, p. 117) “a entrevista é bastante adequada para obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram”.

Para análise do conteúdo utilizei Bardin (1997) que compreende a análise da enunciação, parte de uma concepção de discurso como palavra em ato, considera a produção da palavra como um processo e não apenas uma condensação de elementos sem qualquer modificação das informações, mas possibilita uma interpretação do que foi enunciado. A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção ou eventualmente de recepção, inferência esta que recorre a indicadores quantitativos ou não.

Para dialogar com esta pesquisa, busquei autores e suas produções e pesquisas na área da educação como Vigotsky (2000, 2001), Rego (1995), Oliveira (1997), Becker (2001), Postman (1999), Baquero (1998), Núñez (2009), Harry (2003); E na área das violências, Leal (2001, 2003), Azevedo, Nogueira e Guerra (1995), Michaud (1989), Rocha (2006); Na área da Psicologia, Luria (1979, 1991, 1994), Witter (2004), Leontiev (2001), Meira (2007), Facci (2007); sobre Família Áries (1981) e Osório (2001). E por fim, para consolidar esta pesquisa e compreender seus aspectos metodológicos Gil (1999), André e Ludke (1986) e Bardin (1997).

A dissertação se estrutura em quatro capítulos, mais a introdução e Considerações Finais, onde no primeiro capítulo aborda o conhecimento das violências doméstica em crianças e o seu desenvolvimento educacional, destaca a história da criança na Idade Média, Medieval e Contemporânea, as principais causas e consequências das violências, a relação da educação e as violências intrafamiliar, os processos psicológicos na infância, algumas estatísticas mundiais e um pouco da legislação sobre o tema dentre outros aspectos.

No segundo capítulo, situando o problema de investigação na revisão da literatura, será demonstrado o Estado da Arte pesquisado no período de 2003 à

2009 na SCIELO, ANPED e na CAPES, realizado para embasar a pesquisa, bem como apresentação de alguns conceitos de violências domésticas escrito por autores que estudam o tema. No terceiro capítulo, trajetória em busca desses dados no município em diferentes órgãos, tendo o cuidado da demonstração da importância e pertinência do tema, bem como a escolha dos locais de pesquisa.

E como último capítulo desta dissertação, entrada no campo de pesquisa e análise dos dados coletados, descrevo como acontecem as entrevistas, bem como os locais que elas aconteceram. Em seguida, na forma de gráficos a apresentação dos resultados da pesquisa com a discussão de autores que falam sobre o assunto.

2 O CONHECIMENTO DAS VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS EM CRIANÇAS E O SEU DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Neste capítulo, apresento algumas considerações a respeito das violências domésticas, um breve histórico perpassando por diferentes épocas, suas principais causas e as consequências desencadeadas, e ainda sua interferência nos processos de ensino aprendizagem na escola e no desenvolvimento da criança.

A temática relacionada as violências domésticas, de uma forma ou de outra há muito tempo faz parte de minhas preocupações, pelo fato desta possuir altos índices de acometimentos no meio familiar, conforme será descrito adiante mais claramente pelos órgãos: Fundo das Nações Unidas para a Criança - UNICEF, Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA utilizado pelos Conselhos Tutelares, Sociedade Internacional de Prevenção ao Abuso e Negligência na Infância e Nações Unidas - NU, e pelas tristes consequências trazidas em vários outros ambientes no qual a criança esta inserida. Com isso preocupei-me com as tristes marcas deixadas no desenvolvimento da criança enquanto ser social, interferindo diretamente no seu desenvolvimento cognitivo, onde neste enfoque poucas pesquisas foram produzidas. As pesquisas encontradas³ foram inseridas nas áreas relacionados à saúde, educação, social e familiar.

Na área educacional as pesquisas estavam voltadas para o desempenho escolar, dificuldades lingüísticas, a relação da violência indireta e o desempenho

³ Na ANPED (Associação Nacional de Pesquisadores em Educação) no período de 2005 à 2009, na SCIELO (Biblioteca eletrônica Científica *on line*) no período de 2003 à 2009 e na CAPES (Coordenação de aperfeiçoamento pessoal de nível superior) no período de 2004 à 2008.

escolar, violência inter-escolar, violência entre pares, entre professores e alunos, a atitude da escola frente a denúncia da violência doméstica, gênero da violência, violência doméstica e a escola pública.

Na área social, os temas das pesquisas encontradas foram baseadas na violência doméstica como foco de estudo, a violência hoje, as manifestações da violência e a violência física.

A saúde neste período de 2003 a 2009 demonstrou pesquisas voltadas para as doenças desencadeadas pela violência como transtorno e trauma, saúde mental, negligência, e a violência doméstica e o uso de álcool. Relacionadas à família, as pesquisas voltaram-se para a violência sexual e a educação como forma de correção do que é certo e errado.

Por isso, entendo que, esta investigação não é uma mera repetição de outras pesquisas, mas a partir dela avança na proposta de pesquisar: quais são as principais consequências que as violências domésticas causam em crianças, que podem interferir diretamente no processo de ensino aprendizagem nos CEIM'S - Centros de Educação Infantil Municipal de Lages-SC?

A psicologia histórico-cultural enfatiza que não se pode separar afetividade nem da vida concreta, nem dos demais aspectos da consciência humana, pois segundo Vigotski (2000), existe uma relação intrínseca entre os processos intelectuais e afetivos. Quando eles são separados artificialmente torna-se impossível compreender as influências recíprocas entre pensamento e emoções. Os pensamentos são orientados por determinados motivos e interesses e, ao mesmo tempo, provocam reflexos na dimensão afetiva e volitiva da vida psíquica.

Quando falamos da relação do pensamento e da linguagem com os outros aspectos da vida da consciência, a primeira questão a surgir é a relação entre o intelecto e ao afeto. Como se sabe, a separação entre a parte intelectual da nossa consciência e a sua parte afetiva e volitiva é um dos defeitos radicais de toda a psicologia tradicional. Neste caso, o pensamento se transforma inevitavelmente em uma corrente autônoma de pensamentos que pensam a si mesmos, dissocia-se de toda a plenitude da vida dinâmica, das motivações vivas, dos interesses, dos envolvimento do homem pensante e assim, se torna um epifenômeno totalmente inútil, que nada pode modificar na vida e o comportamento do homem, ou uma força antiga original e autônoma que, ao interferir na vida da consciência e na vida do indivíduo, acaba por influenciá-las de modo incompreensível (VIGOTSKI, 2000, p. 16).

Para esta perspectiva o desenvolvimento do homem não pode ser tratado como fenômeno universal, visto que se relaciona e é determinado pelo contexto

sócio-histórico no qual os indivíduos estão inseridos, ou seja, cada um se desenvolve de acordo com as influências do meio no qual está fazendo parte.

Ao falar sobre pensamento e linguagem no espaço escolar, Vigotski (2000) diz que não se pode dissociar o pensamento e o aprendizado da vida dinâmica das relações sociais, sendo assim este modificará a vida e o comportamento do homem, tornando-o compreensível para seu desenvolvimento biopsicossocial.

Mediante a reportagem escrita na Folha *on line* do dia 25 de Setembro de 2009 com o tema: Surras diminuem o Q.I. de crianças, afirma estudo da *New Scientist*, que podemos confirmar a comprovação da Psicologia acima citada, mediante a interferência do social no desenvolvimento infantil,

mencionam que o Q.I. (quociente de inteligência) de crianças entre dois e quatro anos que receberam palmadas *regulares* de seus pais caiu mais de cinco pontos no decorrer de quatro anos, comparado com o de crianças que não levaram palmadas. Essas não são as primeiras evidências de que bater em crianças traz um custo: muitos estudos prévios já sugeriam a associação, e um estudo recente a partir de tomografias do cérebro descobriu que crianças severamente castigadas com surra tiveram baixo desempenho cerebral na faixa "verde" - que inclui neurônios - comparadas com outras crianças. *Estresse, ansiedade e medo* talvez expliquem por que surras tornam lento o desenvolvimento cognitivo.

Esse estudo deixa em dúvida a prática de surra apenas nas crianças mais novas, diz Straus, "uma das ironias mais cruéis é que as crianças menores são mais propensas a risco porque seus cérebros têm partes de desenvolvimento ainda em formação" (FOLHAONLINE, 2009). Percebe-se que os fatores desencadeados pela agressão sofrida, *estresse, ansiedade e medo dentre outros*, são os responsáveis pelo atraso de desenvolvimento educacional dessas crianças.

Embora Vigotski (2000) não tivesse como meta formular uma teoria do desenvolvimento infantil, voltou-se para o estudo da infância buscando compreender a pré-história desse processo. Seus estudos apontaram que no início da vida os fatores biológicos desempenham um papel marcante, mas na medida em que a criança intensifica suas relações com o mundo, a cultura passa a ser o elemento decisivo na definição dos rumos do desenvolvimento. Registra que são três os fatores essenciais para o desenvolvimento saudável infantil:

- *Fatores biológicos* - como a predisposição genética e os processos de mutação que determinam o desenvolvimento corporal em geral e do sistema nervoso em particular, etc.;
- *Fatores psicológicos* - como preferências, expectativas e medos, reações emocionais, processos cognitivos e interpretação das percepções, etc.;
- *Fatores socioculturais* - como a presença de outras pessoas, expectativas da sociedade e do meio cultural, influência do círculo familiar, de amigos, etc., modelos de papéis sociais, etc.

Vigotski (2000) em seus estudos sobre a infância descobriu que no início da vida os fatores biológicos são mais importantes, merecedor de mais dedicação, mas a partir do momento que a criança vai crescendo o social começa a fazer parte de suas relações juntamente com a família que antes era o seu único meio. Com isso, para o seu desenvolvimento enquanto ser humano e social, a cultura torna-se o elemento principal, junto com as relações familiares, escolares, sociais na qual esta inserida.

Um dos temas que continua pauta de discussões dos estudiosos das ciências do comportamento humano é o que se refere à natureza da "essência humana". Teria o homem, como afirmava Hobbes (1588-1679), em seu *Leviathan* (1651), uma natureza malévola, eis que definido como sendo o próprio "lobo do homem" (*homo hominis lupus*)? Nicolau Maquiavel, em seu *Príncipe*, afirmou que "os homens são ingratos, volúveis, simuladores, covardes, covardes ante os perigos, ávidos de lucros". Estaria com lucidez quem defendeu "que o homem é a medida de todas as coisas" ou que "Deus criou o homem à sua imagem e semelhança"?

Estaria certo Rousseau (1712-1778) ao proclamar, em seu Discurso sobre a origem da desigualdade entre os homens, não consagrado pela Academia de Dijon, fato que o fez afastar-se da vida social, que "o homem é essencialmente bom, mas a sociedade que o perverte"? Em sua consciência estava certo quem afirmou que "o homem é o animal que menos sabe ao nascer e o que mais sabe ao morrer" (LEAL, 2003, p. 174, 232).

Mira y López em: *Quatro gigantes da Alma*, também contribuiu com sua expressão reflexiva: "O ser humano é, na verdade, um aglomerado de substância viva, uma imensa colônia celular, mas nela se observam, além das atividades próprias da vida elementar de cada uma de suas micropartes, outras – globais, individuais, inter e supracelulares ou pessoais – que lhe imprimem um peculiar

modo de viver e comportar-se, assegurando não só sua sobrevivência no espaço e no tempo como sua expansão e transcendência em outro plano, mais recente: o plano superpessoal ou social" (LEAL, 2003, p. 233).

Estaria certo Girard (2003), antropólogo francês, buscando a raiz da violência na estrutura do desejo humano, ao afirmar que nosso desejo humano encontra-se num processo que ele chama de "mimético", ou seja, de imitação. "O ser humano imita o ser humano". O ser humano deseja o que o outro deseja. Daí poderia surgir o seguinte mecanismo psicológico: quanto mais se deseja o mesmo objeto, mais se procura imitar o outro e mais se procura destruir o objeto desejado pelo outro ou por todos os outros (LEAL; JÚNIOR PIEDADE, 2003).

Fazendo uma leitura da história entre as Idades Média, Moderna e Contemporânea, Philippe Ariès (1978), famoso historiador francês, afirmou que a infância foi uma invenção da modernidade, constituindo-se numa categoria social construída recentemente na história da humanidade. Para ele, a emergência do sentimento de infância, como uma consciência da particularidade infantil, é decorrente de um longo processo histórico, não sendo uma herança natural. Essa sua afirmação trouxe grandes mudanças na compreensão da infância, já que ela era pensada como uma fase da vida, como qualquer outra, mas que revelada pelas "delícias de ser criança e de habitar no país da infância", de um modo idêntico a si mesmo. Os séculos XVI e XVII Idade Moderna compreendida entre 1453 até 1789, como bem demonstra Áries (1978), esboçam uma concepção de infância centrada na inocência e na fragilidade infantil. O século XVIII inaugurou a construção da infância moderna, assumindo o signo de liberdade, autonomia e independência.

Para Áries (1978), o sentimento de infância data do século XIX. Até então, as crianças eram tratadas como adultos em miniatura ou pequenos adultos. Os cuidados especiais que elas recebiam, quando os recebiam, eram reservados apenas aos primeiros anos de vida, e aos que eram mais bem localizados social e financeiramente. A partir dos três ou quatro anos, as crianças já participavam das mesmas atividades dos adultos, inclusive orgias, enforcamentos públicos, trabalhos forçados nos campos ou em locais insalubres, além de serem alvos de todos os tipos de atrocidades praticados pelos adultos, não parecendo existir nenhuma diferenciação maior entre elas e os mais velhos.

No período da idade média compreendida entre 476 d.C até o ano de 1453 relacionado à criança compreende duas teses principais: na primeira, afirma que a

sociedade tradicional da Idade Média não via a criança como ser distinto do adulto. Na segunda, indica a transformação pela qual a criança e a família passam, ocupando um lugar central na dinâmica social. Com essa transformação, a família tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os cônjuges e entre pais e filhos, o que não existia antes. A criança passou de um lugar sem importância a ser o centro da família.

Heywood (2004) mostra no seu trabalho, que havia uma infância presente na Idade Média, mesmo que a sociedade não tivesse tempo para a criança. Ao mesmo tempo apresenta a tese de que a Igreja já se preocupava com a educação de crianças colocadas ao serviço do monastério.

Já no século XII, assegura o estudioso, é possível encontramos indícios de um investimento social e psicológico nas crianças. Nos séculos XVI e XVII já existia “uma consciência de que as percepções de uma criança eram diferentes das dos adultos” (p. 36-7).

Já na Idade Contemporânea limitada ao período de 1789 até os dias atuais, o século XIX inaugurou uma criança sem valor econômico, mas de valor emocional inquestionável, criando uma concepção de infância plenamente aceita no século XX. Na verdade, como é possível percebermos, “a história cultural da infância tem seus marcos, mas também se move por linhas sinuosas com o passar dos séculos: a criança poderia ser considerada impura no início do século XX tanto quanto na alta Idade Média” (HEYWOOD, 2004, p. 45).

Contudo, o que observamos no ocidente, foi que o movimento de particularização da infância ganha forças a partir do século XVIII. A família sofre grandes transformações e criam-se novas necessidades sociais nas quais a criança será valorizada enormemente, passando a ocupar um lugar central na dinâmica familiar. A partir de então, o conceito de infância se evidencia pelo valor do amor familiar: as crianças passam dos cuidados das amas para o controle dos pais e, posteriormente, da escola, passando pelo acompanhamento dos diversos especialistas e das diferentes ciências Psicologia, Antropologia, Sociologia, Medicina, Fonoaudiologia, Pedagogia, dentre outras.

No Brasil, o cuidado com a infância parece ter realmente começado no século XIX, intensificando-se nos séculos seguintes. Para Fontes (2005, p. 88), é importante ressaltar que “a história da infância no Brasil se confunde com a história do preconceito, da exploração e do abandono, pois, desde o início, houve

diferenciação entre as crianças, segundo sua classe social, com direitos e lugares diversos no tecido social”.

No Brasil moderno surgiu um termo que conceitua bem a criança desvalida: menor. Este termo foi inicialmente utilizado para designar uma faixa etária associada, pelo Código de Menores de 1927, às crianças pobres, passando a ter, posteriormente, uma conotação valorativa negativa.

Metaforicamente, menores passaram a ser todos aqueles ao quais a sociedade atribuía um significado social negativo. Menores eram aquelas crianças e adolescentes pobres, pertencentes às famílias com uma estrutura diferente da convencional patriarcal, com pai e mãe presentes, com pais trabalhadores, com uma boa estrutura financeira e emocional, dentre outros. Aquelas crianças caracterizaram-se como "menores" em situação de risco social, passíveis de tornarem-se marginais e, como marginais, colocarem em risco a si mesmas e à sociedade. Deste modo, tornou-se uma norma social atender à infância abandonada, pobre e desvalida, mas a partir de um olhar de superioridade, na tentativa de salvamento ou de "adestramento".

O "menor" foi entregue à alçada do Estado, que tratou de cuidar dele, institucionalizando-o, submetendo-o a tratamentos e cuidados massificantes, cruéis, e preconceituosos. Por entender o "menor" como uma situação de perigo social e individual, o primeiro código de menores, datado de 1927, acabou por construir uma categoria de crianças menos humanas, menos crianças do que as outras crianças, quase uma ameaça à sociedade.

Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, o termo "menor" foi abolido, passando a definir todas as crianças como sujeito de direitos, com necessidades específicas, decorrentes de seu desenvolvimento peculiar, e que por conta disso, deveriam receber uma política de atenção integral a seus direitos construídos social e historicamente.

A mudança é radical, vai à raiz: o menor deixa de ser visto como menor e retoma seu lugar de criança. O menor passa a ser visto como cidadão de direitos e não como um espectador das tentativas de sabê-lo vítima ou responsável pelos descabimentos sociais. A criança volta a ocupar o seu lugar de um ser humano, de um sujeito construído historicamente, com direitos e deveres que devem ser exercidos hoje, com uma vida concreta que pode ser muito dura e distante do sonho dourado da infância mítica da classe média. Contudo, uma criança.

A partir de reflexões sobre as diversas concepções de infância e criança e, partindo de um sonho do projeto modernista, surge uma preocupação cada vez mais ampla e sistemática com o estudo e compreensão da criança e de seu desenvolvimento, com suas maneiras de aprender e com a necessidade de uma educação formal que lhe permita amadurecer de modo mais sadio. A disciplina, até então exercida de forma violenta e agressiva, vai sendo abolida e substituída por técnicas que denotam atitudes mais respeitadas. Assim, a prática de surras, castigos severos, humilhações, o uso de palmatória, dentre outras, está fora de uso e, embora ainda possa ser utilizada, isso ocorre somente de modo pontual.

A violência doméstica é um fenômeno que causa serias implicações para a sociedade. A cada ano cerca de 275 milhões de crianças em todos os lugares do mundo são vítimas do “fogo cruzado” de violências domésticas e sofrem todas as consequências de uma vida familiar turbulenta. As violências contra crianças envolvem abusos e lesões físicas e psicológicas, negligência ou tratamento negligente, exploração e abuso sexual. Entre os perpetradores, encontram-se pais e familiares próximos (JAFFE, *et al*, 1995).

Segundo Draucker e Nagler (2002) as violências domésticas levam a consequências orgânicas, psicológicas, comportamentais autoritarismo, delinquência, entre outros e desequilíbrio familiar. As consequências orgânicas estão relacionadas com sequelas a nível corporal como lesões abdominais, oculares, fraturas, queimaduras e lesões permanentes ou temporárias, podendo até levar à morte. As psicológicas caracterizam-se por raiva, medo, ansiedade e revolta frente ao agressor, resultando em desconfiança, diminuição do aprendizado, sentimentos de exclusão e receio nos relacionamentos interpessoais.

Entre as consequências comportamentais, o autoritarismo pode ser uma das geradas em sua fase adulta revelando uma pessoa que perpassou por momentos de sofrimento, levando a atitudes de imposição, negação e não aceitação de idéias contrárias; e à delinquência fazendo com que o indivíduo vá praticar delitos e crimes, levando a punições severas pelos atos executados, ou seja, independente do nível que esta violência atinja ela trará sempre resultados danosos ao futuro destas crianças que um dia se tornarão adultos.

A atual legislação que norteia a prática jurídica em torno da questão da criança e do adolescente é fruto de um longo processo de construção dos direitos humanos que inaugurou, a partir da Declaração Universal dos Direitos da

Criança, em 1959 a filosófica Doutrina da Proteção Integral das Nações Unidas para a Infância. Isso significou uma mudança na concepção de criança, que passou a ser considerada sujeito de direito, merecedora de proteção especial em virtude do reconhecimento do seu estado peculiar de desenvolvimento. Em 1989, a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança consagrou a Doutrina³ e forçou os países membros da Organização das Nações Unidas -ONU a formularem políticas próprias de defesa e garantia dos direitos da criança e do adolescente o que fez no Brasil, culminar na elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/90. A partir disso então, o que se observa porém no cenário atual, são várias e sérias violações desses direitos, tanto no âmbito das relações familiares quanto no âmbito das organizações institucionais⁴.

De acordo com Cavalcanti (2005) apesar da Constituição Federal de 1988 ter incluído entre seus princípios fundamentais a dignidade da pessoa humana, o direito penal e o processual penal pátrios ainda se preocupam em demasia com o crime e com o criminoso, deixando de lado quem mais necessita de assistência e apoio: a vítima.

Embora cada sujeito possa atribuir significados à sua vida e ao mundo, a individualidade e a subjetividade continuam ligadas à objetividade, ou seja, ao contexto sócio-histórico, do que decorre que a individualidade do homem, que só pode existir no social, é resultante de suas relações sociais e das formas a partir das quais elas são elaboradas. Mesmo em uma situação íntima o psiquismo continua sendo social e está determinado socialmente (GOLDER, 2004).

A objetividade está diretamente ligada na individualidade do ser para atribuir significados a vida e ao mundo. O contexto sócio-histórico, ou seja, a história da sociedade e o desenvolvimento do homem caminham juntos e mais do que isso estão de tal forma imbricados, que um não seria o que é sem o outro. A individualidade do homem só existe no social, bem como a forma como é elaborado. Todas as situações são determinadas socialmente, somos seres sociais, situações essas que tanto podem ter ênfase positiva para o desenvolvimento como podem ter

³ Conjunto de princípios que se baseiam um sistema religioso, político ou filosófico. (DIC – MICHAELIS ESCOLAR, 2008. Editora Melhoramentos Ltda).

⁴ Ação de organizar, instituição pública ou privada oposta a constituição do Estado. (DIC – MICHAELIS ESCOLAR, 2008. Editora Melhoramentos Ltda).

resposta negativa como a presença das violências físicas, psicológicas, sexuais etc.

De acordo com Stratton e Hayes no Dicionário de Psicologia (1994), o termo violência é usado de várias maneiras, em geral para descrever uma tentativa deliberada de agredir outra pessoa. Não há um conceito geral em parte, porque o termo algumas vezes refere-se ao comportamento de bater, outras vezes ao estado emocional como sentimento agressivo e outras vezes a uma intenção: desejo de agredir. Há várias classificações para os diferentes tipos de agressões onde a mais útil delas diz respeito à distinção entre agressão instrumental, um ato agressivo executado para alcançar algum outro objetivo, e agressão hostil, motivada por emoções e sentimentos antagônicos⁵.

As violências contra crianças, muitas vezes, acontecem dentro do próprio lar a qual se expressa de diferentes formas e manifesta diferentes implicações. A criança, como parte integrante da família, pode estar exposta à agressão direta – quando ela é o alvo da agressão – ou indireta – quando presencia cenas de violências entre os pais. Ambas as formas de agressões são prejudiciais à criança, pois pode haver consequências físicas e psicológicas, produzindo um quadro agudo ou um quadro crônico, deixando sequelas irremediáveis. O abuso na infância possui uma consistente e significativa associação com adolescentes e adultos mentalmente doentes (NAGLER, 2002).

Para Draucker (2002) as consequências da violência física podem incluir lesões como hematomas, fraturas, queimaduras. O abuso sexual implica em dificuldades cognitivas, incluindo déficit verbal, de leitura, dificuldade de aprendizado, problemas comportamentais, agressividade, comportamentos anti-sociais, depressão, e a longo prazo quando adultos, podem ocorrer comportamentos violentos/ criminais, abuso de substâncias, problemas emocionais e sociais, incluindo suicídio, ansiedade, hostilidade, dissociação e dificuldade interpessoal. A criança negligenciada pode apresentar dificuldades sociais, déficit intelectual, problemas de comportamento, entre outros tipos de déficits.

Quando a agressão é direta, apresenta uma significativa prevalência de problemas comportamentais e reduzida competência social usando a violência como uma forma apropriada de resolução de conflitos e de relacionamento entre homens e mulheres, transtorno de conduta, que é caracterizado por um padrão persistente de

⁵ Contrários, oposto. (DIC – MICHAELIS ESCOLAR, 2008. Editora Melhoramentos Ltda).

comportamento que viola os direitos básicos dos outros e as normas ou regras sociais importantes e apropriadas à idade, severos déficits de ajustamento nos adolescentes e predisposição de apresentarem maior internalização e externalização de comportamentos problema, tais como ansiedade, depressão, agressão e delinquência.

Tendo em vista a complexidade do fenômeno violências domésticas, as estatísticas da violência infantil no Brasil assustam. Mensalmente dezoito mil crianças são vítimas de violência doméstica no País. De acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Criança-UNICEF (2007), 80% das agressões partem de dentro de casa. Os agressores são na maioria das vezes, parentes próximos da vítima. Cerca de 70% das agressões físicas são praticadas pela própria mãe. Já o abuso sexual é comumente praticado pelos pais ou padrastos. Os tipos mais comuns de violência infantil que são denunciados nas delegacias do País são: violências físicas, psicológicas e sexuais. De acordo com a UNICEF (2007) a cada hora uma criança é assassinada ou espancada no cenário mundial. Entre os anos de 1999 a 2007, o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA, registrou 28.840 casos de agressões físicas, 28.754 de violências psicológicas e 16.802 de abuso sexuais em todo o País.

De hora em hora, morre uma criança queimada, torturada ou espancada pelos próprios pais (UNICEF, 2007) 12% das 55,6 milhões de crianças brasileiras menores de 14 anos são vítimas anualmente de alguma forma de violências domésticas. Ou seja, por ano são 6,6 milhões de crianças agredidas, dando uma média: a)18 mil crianças vitimizadas por dia, b)750 crianças vitimizadas por hora c)12 crianças agredidas por minuto (SOCIEDADE INTERNACIONAL DE PREVENÇÃO AO ABUSO E NEGLIGÊNCIA NA INFÂNCIA).

As sequelas apresentadas pelas crianças que sofreram tanto o abuso como a negligência são difíceis de quantificar. Além de traumas físicos ocasionados no momento da agressão, há o relato das vítimas sobre a angústia psicológica associada, ao longo do tempo, referente a efeitos psicológicos, físicos, sociais e econômicos (CARDOSO, TOSCANO e SILVEIRA, 1999; DRAUCKER, 2002; SLEP e HEYMAN, 2004). Hildyard e Wolfe (2002) afirmam que a negligência emocional pode causar distúrbios de comportamento emocional, cognitivo, comportamental e mental (ROCHA, 2006).

Estudos realizados em 21 países revelaram que 36% das mulheres e 29% dos homens afirmaram ter sido vítimas de abusos sexuais durante a infância. A maioria dos estudos revelou que as porcentagens de abusos são mais elevadas nas meninas do que nos meninos. A exposição as violências domésticas podem ter um impacto grave nas crianças – que pode durar para o resto da vida. Estima-se que, todos os anos, 275 milhões de crianças no mundo são testemunha de violência doméstica (Secretário Geral das NAÇÕES UNIDAS, PAULO SÉRGIO PINHEIRO, 2006).

Diante desta realidade à nível micro e macro, é que esta pesquisa, têm o objetivo de compreender criticamente como as violências domésticas afetam o processo de ensino e aprendizagem de crianças que estudam nos Centro de Educação Infantil Municipal - CEIM's, pois reconheço que estudar/problematizar/compreender criticamente os aspectos psicológicos, sociais, que afetam o processo de ensino e aprendizagem de crianças ajudará a demonstrar ao nosso município, o conhecimento dos professores sobre o tema e também a subsidiar políticas públicas.

As violências contra a criança é uma problemática de extrema complexidade, pelo fato das consequências que estas ações geram na vida da criança que podem ser tanto sociais, biológicas e psicológicas, sendo cada vez mais apresentada e discutida em nossa sociedade onde está profundamente ligada na cultura familiar brasileira. A chamada *violência familiar, intrafamiliar ou violências domésticas* que se expressam nas formas de agressões físicas, abusos sexuais, negligência, abuso psicológico e síndrome de Münchausen⁶ por procuração (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA *et al.*, 2000) vitimiza milhões de crianças todos os anos. Sabe-se que a magnitude desse fenômeno é extremamente ampliada e sendo a maior responsável pelos casos de violências interpessoais contra crianças.

Diferentes estratégias têm sido criadas na tentativa de diminuir sua incidência. A partir da Declaração Universal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes em 1959, e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, essa luta tem se intensificado ainda mais. Esses documentos asseguram os direitos fundamentais às crianças e adolescentes e apresentam à sociedade uma doutrina de proteção integral para ambos. Podemos constatar entretanto, que a cidadania de

⁶ Doença Psiquiátrica que provoca ou simula sintomas de doenças para obter cuidados médicos. (CID-10, 2001)

muitas crianças ainda está sendo garantida somente no papel, como destaca Dimenstein (2000). Falar de violências domésticas contra crianças é estar dizendo que muitos segmentos como sociais, econômicos, familiares estão em descumprimento de seu verdadeiro papel.

As violências contra crianças e adolescentes, especialmente no ambiente familiar um dos fenômenos sociais mais delicados, que exige de todos nós muita capacidade de pesquisa, estudo, reflexão e intervenção a partir de ações e serviços articulados de forma interdisciplinar, multiprofissional e intersetorial, numa conjugação de esforços, inteligências e políticas públicas.

Um dos fatores que mais chama a atenção, nos casos de violências doméstica na infância, é que a própria família, que deveria ser a principal responsável pela proteção de suas crianças, é referida como sendo a maior fonte de violências praticadas contra elas (VECINA, 2006).

Estas violências então, praticadas contra crianças consistem no tipo de violência que existe o abuso de poder exercido de pais e/ou mães ou responsáveis, onde através da força física, o agressor afirma seu poder de dominação acreditam que as crianças são seres inferiores que precisam de regras severas de punições como forma de educação para se desenvolverem (GUERRA, 2005). Em muitos casos, a violência é oculta por um pacto de silêncio que é estabelecido dentro da família, como referem Maldonado (2004); Azevedo e Guerra (1995). Quando o agressor é conhecedor da lei e sabe que está fazendo algo de errado a ameaça faz parte do cotidiano destas famílias, com isso, ainda são desconhecidos por todos vários casos, as estatísticas demonstram apenas um pouco do que seja a realidade da violências domésticas contra crianças.

Muito tem se produzido, discutido, executado e legislado no campo da redução e da prevenção das violências domésticas ou intrafamiliares contra crianças e adolescentes. A literatura, na área da saúde, na área do direito e mais recentemente na área da segurança pública, é vasta e já soma quase vinte anos de experiências, intervenções e estudos. O Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil em conjunto com os mais diferentes parceiros, tem apoiado desde projetos específicos de prevenção até subsídios à formulação de políticas para essa área da violação, passando por mobilizações sociais e *advocacy*⁷.

⁷ Busca de apoio para os Direitos de uma pessoa ou para uma causa.

As violências contra crianças e adolescentes se manifesta em todos os lugares. Pode ser na comunidade onde moram, na escola, nas instituições socioeducativas e na família. Para dar uma resposta positiva ao problema, há que se considerar uma faceta cruel dessas agressões: a invisibilidade. Muitos dos casos de violência, seja ela física, sexual ou psicológica, não são notificados e, muito menos, investigados. A vulnerabilidade é ainda maior quando se fala em pessoas com deficiência, negros, adolescentes em conflito com a lei, moradores de rua e de meninas e meninos que vivem em comunidades populares dos grandes centros urbanos (VERSIANI, 2010).

Versiani (2010) no mesmo site da UNICEF, descreveu que as prioridades da UNICEF no enfrentamento da violências contra crianças e adolescentes são:

- Combater o abuso físico e sexual de crianças em casa;
- Prevenir as violências contra adolescentes, em especial, homicídios e exploração sexual, considerando as questões de raça e gênero;
- Promover reformas na justiça juvenil e nas políticas e práticas de proteção à criança com finalidade de reduzir a institucionalização e a violências contra a infância e adolescência.

Mediante o que Versiani (2010) descreve no site da UNICEF as violências não possuem lugar certo para acontecer tornando-se preocupante independente do local e por isso portadora de uma invisibilidade que faz com que a situação em muitos casos não possa ser interrompido, investigado consequentemente causando cada vez mais prejuízo à criança.

Já a citação abaixo da Bonacini (2010) – Prevenir e evitar a violência dentro das famílias -, nos fala sobre o importante papel que a família desempenha no desenvolvimento humano e o quanto isso é importante para um futuro saudável do ser humano. Também nos diz que neste mesmo meio onde se recebe carinho, amor, compreensão e acolhimento, estão presentes variadas formas de agressões contra os seus menores, inclusive levando à morte em alguns casos.

A família é o ambiente ideal e fundamental para o desenvolvimento saudável da criança. É a partir do convívio com os pais, irmãos e demais parentes que se aprende e se desenvolve boa parte das capacidades essenciais para a vida adulta. Entretanto, nesse mesmo contexto, acontecem as mais variadas formas de violência contra crianças e adolescentes. São casos de violência física, sexual, psicológica e de negligência abandonos e omissão em relação às necessidades físicas e emocionais cometidas por pais, padrastos, tios, avós, irmãos e amigos próximos. Alguns desses casos são tão violentos

que chegam a levar a criança à morte.

O UNICEF ajuda as famílias a proteger melhor seus filhos, promovendo um processo de educação sem qualquer tipo de violência, e a reverter dinâmicas violentas em casa. Uma das estratégias é capacitar profissionais de educação, saúde e assistência social para identificar e lidar com a violência contra a criança no lar. Eles oferecem apoio psicológico às vítimas de agressões e buscam, também, reintegrar à família crianças e adolescentes em situação de rua, superando conflitos e violações anteriores.

O UNICEF também apóia a melhor articulação de redes de atendimento local, aprimorando seus fluxos de notificação, atendimento especializado à criança vítima e responsabilização dos familiares, para evitar nova vitimização da criança e garantir a sua inclusão em políticas de promoção do seu desenvolvimento pleno e saudável. Além disso, trabalha para a conscientizar os agressores de que o diálogo e o carinho são a melhor forma de educar a criança. Prevenir e evitar a violência dentro das famílias (BONACINI, Luca. UNICEF).

O Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF está presente no Brasil desde 1950, liderando e apoiando algumas das mais importantes transformações na área da infância e da adolescência no País, como as grandes campanhas de imunização e aleitamento, a aprovação do artigo 227 da Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, o movimento pelo acesso universal à educação, os programas de combate ao trabalho infantil, as ações por uma vida melhor para crianças e adolescentes no semi-árido brasileiro e também está presente em praticamente todo o território nacional.

O trabalho das equipes do UNICEF impacta diretamente na melhora de vida das crianças, dos adolescentes e de suas famílias através da articulação de redes de atendimento conforme Bonacini mencionou.

A aceitação das violências por parte da sociedade também é um fator importante: tanto as crianças como seus agressores podem aceitar as violências físicas, sexuais e psicológicas como inevitáveis e normais. A disciplina por meio de punições físicas e humilhantes, *bullying*⁸, intimidação e assédios sexuais são frequentemente percebidas como normais, particularmente quando elas não provocam lesões físicas “visíveis” ou duradouras. A falta de uma proibição legal explícita de castigos corporais reflete esse fato. De acordo com a Iniciativa Global

⁸ É um termo inglês utilizado para descrever atos de violência física ou psicológica, intencionais e repetidos, praticados por um indivíduo (*bully* - «tiranete» ou «valentão») ou grupo de indivíduos com o objetivo de intimidar ou agredir outro indivíduo (ou grupo de indivíduos) incapaz(es) de se defender.

para Acabar com todo Castigo Corporal contra Crianças, somente 16 países os proibiram no lar até hoje, 106 países não proíbem o uso de castigos corporais nas escolas e 147 países não os proíbem, em instituições assistenciais alternativas (Iniciativa Global para Acabar com todo Castigo Corporal contra Crianças, *Global Summary of the Legal Status of Corporal Punishment of Children*, 28 jun. 2006).

Concordo com a afirmação de Minayo e Souza (1999), quando destacam que a violência familiar é um fenômeno complexo e, como as demais violências, devem ser compreendidas como histórica, social e culturalmente constituída.

No processo de constituição humana é possível distinguir duas linhas de desenvolvimento que diferem em relação a sua origem, mas que se entrelaçam na história dos indivíduos; "de um lado, os *processos elementares*, que são de origem biológica; de outro as *funções psicológicas superiores* de origem sócio-cultural" (VIGOTSKI, 1984, p. 52).

As funções psicológicas superiores, tais como a atenção, memória, imaginação, pensamento e linguagem são organizadas em sistemas funcionais, cuja finalidade é organizar adequadamente a vida mental do indivíduo em seu meio. Piaget deu excessiva ênfase no processo de construção da consciência como um fenômeno auto-estruturante. Embora não se discorde de que a atividade do sujeito seja básica para este fim, há razões para se crer que as origens da vida consciente e do pensamento abstrato devem ser procuradas na interação do organismo com as condições de vida social e nas formas histórico-sociais de vida da espécie humana.

Os processos superiores humanos são mediados pela linguagem e estruturados não em localizações anatômicas fixas no cérebro, mas em sistemas funcionais, dinâmicos e historicamente mutáveis. Assim, a linguagem é instrumento do pensamento humano, uma vez que apropria conceitos e signos, e o plano da consciência não preexiste, mas se constrói e tem sua origem na vida social do homem.

Como sistema social imprescindível de convivência do homem, a família é a unidade natural fundamental da sociedade, como proclamado no artigo 16 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos artigos 10 e 23 dos Convênios Internacionais sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e sobre Direitos Civis e Políticos, respectivamente. Uma premissa básica da Convenção sobre os Direitos da Criança, contida em seu preâmbulo, é que *a família é o ambiente natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros - particularmente das crianças-*,

reconhecendo assim que a família tem o maior potencial de proteger crianças e velar por sua segurança física e emocional.

A privacidade e autonomia da família são valorizadas em todas as sociedades e o direito a uma vida privada e familiar, a um lar e à correspondência é garantido em instrumentos internacionais de direitos humanos. Veja, por exemplo, o artigo 8 da Convenção sobre a Proteção dos Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais e o artigo 17 da Aliança Internacional dos Direitos Civis e Políticos.

Artigo 8º - Direito ao respeito pela vida privada e familiar:

1. Qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada e familiar, do seu domicílio e da sua correspondência.

2. Não pode haver ingerência da autoridade pública no exercício deste direito senão quando esta ingerência estiver prevista na lei e constituir uma providência que, numa sociedade democrática, seja necessária para a segurança nacional, para a segurança pública, para o bem - estar económico do país, a defesa da ordem e a prevenção das infracções penais, a protecção da saúde ou da moral, ou a protecção dos direitos e das liberdades de terceiros.

A família é a unidade natural fundamental da sociedade, como proclamado no artigo 16 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos artigos 10 e 23 dos Convênios Internacionais sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais e sobre Direitos Civis e Políticos, respectivamente. Uma premissa básica da Convenção sobre os Direitos da Criança, contida em seu preâmbulo, é que a família é o ambiente natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros - particularmente das crianças -, reconhecendo, assim, que a família tem o maior potencial de proteger crianças e velar por sua segurança física e emocional. A privacidade e autonomia da família são valorizadas em todas as sociedades e o direito a uma vida privada e familiar, a um lar e à correspondência é garantido em instrumentos internacionais de direitos humanos.

Sendo assim, a infância é uma fase da vida extremamente delicada e importante, requerendo grandes investimentos afetivos e de suporte social. Os cuidados prestados à criança pela família, por outros grupos sociais e instituições influenciarão sobremaneira sua possibilidade de sobrevivência e de qualidade de vida.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos *adotada e proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas resolução 217 A III em 10 de dezembro 1948*, nos mostra em seu preâmbulo as considerações sobre essa qualidade de vida segura a família e a criança,

Preâmbulo

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos

resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum.

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão.

Agora portanto a Assembléia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Art. 1: Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Art. 3: Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Art. 5: Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Art. 6: Todo ser humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Já ha 62 anos de existência da Declaração dos Direitos Humanos onde ela tem como forma de lei expor com clareza o certo e o errado em relação aos limites humanos, mesmo assim presenciamos fatos que ferem aquilo que ela mais condena. No seu preâmbulo ela nos coloca que a dignidade, justiça, liberdade, paz, igualdade, respeito são necessidades mais buscadas pelo ser comum independente de sua idade, ascensão social, cultura e grau de escolaridade. Desprezo, desrespeito pelos direitos humanos mencionados anteriormente, são destacados como os atos bárbaros contra o corpo, o psicológico, por isso todo cidadão deve ter acesso e conhecimento ao conteúdo descrito nesta Declaração, devemos agir entre pares com espírito fraternal.

Nos quatros artigos descritos, faço destaque ao artigo quinto onde nos diz que ninguém pode ser submetido à tortura, castigos cruéis desumanos ou degradante, mas percebe-se hoje muito o descumprimento desta declaração, fato que gerou interesse a ser investigado nesta dissertação.

Já a Declaração dos Direitos da Criança das Nações Unidas, de novembro de 1959, afirma no Sexto Princípio:

Para o desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade, a criança precisa de amor e compreensão. Será criada, sempre que possível,

aos cuidados é responsabilidade dos pais, e, em qualquer hipótese, num ambiente de afeto e de segurança moral e material; salvo em circunstâncias excepcionais, a criança de tenra idade não será apartada da mãe. À sociedade e às autoridades públicas caberá a obrigação de propiciar cuidados especiais às crianças sem família e àquelas que carecem de meios adequados de subsistência. É desejável a prestação de ajuda oficial e de outra natureza em prol da manutenção dos filhos de famílias numerosas.

Esta declaração no princípio relata a importância da formação da personalidade da criança associada aos cuidados que ela deve receber pelos seus pais. Além dos cuidados essenciais há também a importância do afeto, da compreensão dos aspectos de nível ambiental e material devem ser desejáveis.

Das duas declarações escolhidas para mencionar neste estudo se deu pela sua importância enquanto Leis Universais. Uma dos direitos humanos tem 62 anos já em vigor e a outra dos Direitos da Criança com 51 anos, desde sua criação. Ambas deixa claro o cuidado com o ser humano independente de sua idade sendo o respeito com o outro como ser, condição indispensável a nossa criação. Punem claramente a agressão, negligência, incompreensão, tortura, castigo e desprezo às crianças.

A família proporciona o primeiro e mais importante contexto interpessoal para o desenvolvimento humano e, como resultado, as relações familiares têm uma profunda influência sobre a saúde mental das crianças. Ao atuarem como agentes de socialização dos filhos, os pais utilizam diversas estratégias e técnicas para orientar seus comportamentos, denominadas de práticas educativas parentais (GOMIDE, 2004).

As práticas educativas relativas à imposição de limites, à comunicação, ao ensino de responsabilidades e à expressão de afetos, são apontadas como essenciais à promoção de auto-estima, autonomia e habilidades sociais nos filhos (SILVA & MARTURANO, 2002).

Wang e He (2002) constataram que o estilo parental de criação causa efeitos na autoconfiança e nas emoções positivas dos alunos chineses. Os fatores decorrentes do calor emocional, entendimento, proteção, ou severa disciplina apresentaram correlação em estudantes quanto a auto-eficácia e inteligência emocional.

Quando os pais são muito exigentes em relação as regras impostas ao seu filho tendem a gerar ansiedade, dificultando o desenvolvimento de formas

adequadas, formas essa de - equilíbrio, de diálogo frente as situações difíceis bem como manter a calma - para seus filhos lidarem com situações interpessoais. Embora a exigência parental tende a não favorecer o desempenho social, os filhos de pais identificados como autoritários e autoritativos apresentam baixos níveis de agressividade quando comparados aos dos grupos negligentes e indulgentes, provavelmente pela supervisão e controle parental, presentes nos dois primeiros grupos. Os pais que apresentam um elevado nível de responsividade parecem favorecer a diminuição do surgimento da sensação de incômodo e da manifestação de agressividade, sugerindo que dessa forma seus filhos tenham um melhor desempenho social, sobressaindo-se aos do grupo autoritativo (PACHECO, TEIXEIRA & GOMES, 1999).

Baumrind (1991) refere-se aos seguintes tipos de parentalização:

Parentalização Autoritária - É aquela marcada pelo poder de asserção dos pais e mais precisamente por uma atitude isolada. Valoriza a autoridade, o trabalho e a tradição. Estes pais raramente elogiam ou demonstram prazer pelas realizações das crianças, tendem a ser diretivos, exigentes e pouco tolerantes. Podem usar táticas de terror, privação de afeto e privilégios para controlar seus filhos, gerando os sentimento de medo, raiva, ansiedade e retraimento social. Eles esperam que suas ordens sejam obedecidas sem explicação. Desencorajam o questionamento ou a troca de idéias, o relacionamento é unilateral. São bastante restritivos, demonstram pouca afeição, agem de forma rígida, mantêm um alto nível de controle psicológico inibindo a auto-regulação, propiciando que os filhos sintam-se vigiados, diminuídos e criticados. Tentam controlar o comportamento filial a partir de seus próprios valores e padrões. Pais autoritários dão ao filho a impressão de que ele não é capaz de realizar as tarefas de forma independente.

Parentalização Autoritativa - É aquela que combina afeto com exigência de realização. Os pais autoritativos usam a razão assim como o poder para conseguir seus objetivos. Embora exerçam firme controle sobre seus filhos, eles o fazem de uma maneira não punitiva e encorajam a expressão verbal, solicitando a participação dos filhos no estabelecimento de normas. Dão e têm respeito pelos próprios desejos e os da criança. Reconhecem seus próprios direitos como adultos e também os interesses individuais e as maneiras especiais dos filhos, de forma complementar. Encorajam seus filhos para a liberdade e autonomia; esperam que cumpram com suas obrigações. Eles comunicam padrões de conduta de uma maneira clara

favorecendo o diálogo, explicam as regras e estimulam o uso do raciocínio por parte dos filhos, mas não sobrecarregam a criança com restrições excessivas e procuram alcançar seus objetivos usando a razão. Expressam frequentemente afetos e uma maneira mais calorosa que em outros tipos de pais, além de apresentarem-se responsivos às necessidades e opiniões dos filhos. São protetores, mas não intrusivos. Mostram grande interesse e participação ativa na vida do filho. Este estilo promove o desenvolvimento da auto-estima e da competência o que sugere atuar como um moderador do estresse nas crianças e adolescentes.

Parentalização Permissiva - É um tipo caracterizado por amor, afeto e também *por* ter baixo controle. Tais pais exigem pouca realização da criança, são negligentes principalmente *sobre* regras, tendem a ser inconsistentes sobre disciplina. Geralmente consultam a criança sobre decisões e explicam as razões para regras da família. Em geral, eles se vêem como um recurso a ser usado pela criança, não como um agente ativo responsável por alterar, moldar ou direcionar seu comportamento, nem como modelo a ser seguido. Vêem as crianças tendo os mesmos direitos que os adultos, mas pouca responsabilidade.

Maccoby e Martin (1983) reinterpretaram estes estilos em duas dimensões e sugerem um quarto estilo, a parentalização negligente que é decorrente da parentalização permissiva. Nessa nova interpretação a parentalização permissiva é subdividida em indulgente e negligente.

Parentalização Indulgente - É semelhante à permissiva. Os pais apresentam alto grau de responsividade, tolerância, são afetivos e pouco controladores. São calorosos oferecendo apoio efetivo incondicional, conseqüentemente são pouco exigentes em relação à maturidade dos filhos, permitindo que eles se comportem independente e autonomamente. Propiciam a auto-regulação e raramente aplicam punições.

Parentalização Negligente - É essencialmente um estilo despreocupado. Tais pais nem são responsivos, nem exigem qualquer forma de responsabilidade de seus filhos, centram-se em seus próprios interesses. Eles não monitoram as atividades da criança, não são encorajadores e tendem a prover pequena estrutura para atender às necessidades imediatas ou às exigências das regras sociais. São distantes dos filhos, atendendo apenas às necessidades imediatas. Não apresentam um parâmetro claro sobre padrões comportamentais. Eles podem estar rejeitando ativamente seu papel ou então podem negligenciar completamente suas responsabilidades de criar

seus filhos. Esses pais não são interessados nas atividades, nas necessidades nem nos sentimentos das crianças e por isso não oferecem assistência emocional.

Uma vez estabelecidos os quatro modelos, levando-se em consideração o nível de exigência e responsividade, cada estilo parental possui suas características fáceis de serem identificadas, quando observadas relação pai e filho. Os estilos autoritativo e autoritário são altos em exigência, enquanto o indulgente e negligente são baixos. Os pais que priorizam a exigência usualmente enfocam o comportamento padrão, monitoram e supervisionam ativamente a conduta, na tentativa de criar maturidade em seus filhos. A diferença entre o estilo autoritário e autoritativo quanto à exigência é que os pais autoritários enfocam as regras de maneira restrita e esperam obediência inquestionável, recorrendo à punição física, se for necessário. Os pais autoritativos explicam as regras e usam a razão como poder para direcionar as ações infantis. Realizam certa pressão psicologicamente aceitável. As crianças de pais autoritários tendem a romper com as regras na ausência deles, os filhos de pais autoritativos internalizam os valores e regras mantendo sua conduta independente da presença ou não dos pais. Os estilos autoritativo e indulgente demonstram alto índice de responsividade. Estes pais dão suporte ao desenvolvimento, são flexíveis e avaliam a individualidade, incentivando a autonomia.

As possíveis conseqüências destes estilos são:

Filhos de pais autoritários: geralmente são inseguros e preocupados, tendem a não ter competência social, freqüentemente se afastam de contato social, raramente tomam iniciativa, apresentam baixo comportamento pró-social. Demonstram grande incidência de comportamentos não assertivos por serem muito dependentes, possuem a auto-estima baixa e não são autoconfiantes. São considerados mais ansiosos se comparados aos filhos do grupo indulgente e negligente. Em situações de conflito moral tendem a procurar uma autoridade para decidir o que é certo. Tendem a ser carentes em espontaneidade e curiosidade intelectual. Normalmente apresentam altos escores de competência acadêmica. Frequentemente demonstram ter menor capacidade em desfrutar de prazer na execução das tarefas. Tendem a evitar situações de mudanças. No contexto escolar, são voltados para o desempenho e por isso, atingem bons resultados no intuito de corresponderem às expectativas dos pais. As meninas demonstram maior aceitação de seus pais e os meninos se beneficiam do forte controle comportamental. Essas

crianças podem apresentar conformidade e obediência em curto prazo, podendo mudar para comportamentos opostos, principalmente, durante a adolescência. Meninas criadas por mães autoritárias, geralmente, adotam o mesmo estilo na educação de seus próprios filhos (OLIVEIRA, *et al.*, 2002).

Filhos de pais autoritativos: tendem a ser mais autoconfiantes, autocontrolados, terem auto-estima elevada, a serem mais satisfeitos com seu comportamento e dispostos a explorar mais assuntos, resultando um bom nível de competência social e um elevado comportamento pró-social. Sentem prazer na realização das tarefas. Apresentam melhores índices de adaptação psicológica, de desempenho acadêmico, a menor incidência quanto à depressão, à agressividade, à ansiedade e ao envolvimento com delinquência e uso de drogas e, em geral, são mais aceitos e populares entre seus pares. Pelo fato de este estilo promover elevada auto-estima e competência social nas crianças, gera a moderação do estresse, pois elas têm sentimentos de controle sobre os eventos da vida. Os filhos atribuem mais poder a esse estilo de pais e parecem ter poder mais legítimo que os demais.

Filhos de pais indulgentes: tendem a ser relativamente imaturos, têm dificuldades em controlar seus impulsos, aceitam responsabilidade pelas suas ações e agem independentemente. Normalmente são pouco persistentes e tendem a ter baixa tolerância à frustração. Costumam apresentar problemas de comportamento, com maior inclinação ao uso de drogas, à impulsividade e pouco envolvimento em atividades escolares resultando em baixo rendimento escolar. Atribuem poder a seus pais. Podem apresentar sentimentos ambíguos e conflitantes.

Filhos de pais negligentes: na maioria das vezes, rompem relações, têm dificuldade em controlar seus impulsos, são mais agressivos, mal-humorados, desobedientes e têm baixa auto-estima. Rotineiramente apresentam pior índice de adaptação psicológica e competência social. Não estão muito aptos a realizar uma avaliação de seu próprio comportamento, logo são mais expostos a situações que geram estresse devido à negligência parental. Em decorrência dessa negligência, esses filhos não atribuem poder a seus pais. Os efeitos negativos deste tipo de criação acumulam-se com o tempo.

Darling (1999) ressalta a importância de distinguir diferenças na distribuição e correlação dos estilos parentais entre subpopulações diferentes. Chao (1994),

Darling e Steinberg (1993) observaram as diferenças étnicas associadas aos estilos parentais em crianças, o que pode ser devido os diferentes contextos sociais, práticas de parentalização ou o significado cultural das específicas dimensões dos estilos parentais.

Steinberg (2000) considera que o estilo autoritativo beneficia adolescentes tanto quanto as crianças mais novas no desenvolvimento psicossocial e na saúde mental. Também apresentam melhores resultados na escola, são menos depressivos e menos ansiosos. Do prisma positivo, caracterizam-se como mais autoconfiantes e têm a auto-estima mais elevada. Desta forma é menos provável de que apresentem comportamentos socialmente inadequados, incluindo delinquência e uso de drogas.

Em pesquisa realizada por Grolnick e Ryan (1989), foram encontradas evidências que as classes sociais economicamente mais baixas estavam mais associadas aos estilos de parentalização autoritário e permissivo do que ao estilo autoritativo.

Pais que estabelecem regras e zelam para que elas sejam cumpridas, que valorizam a aquisição de responsabilidades gradativas, que encorajam o diálogo e se dispõem a ouvir a criança e se mostram carinhosos têm mais chance de ensinar a seus filhos que sejam responsáveis, comunicativos e autoconfiantes em suas relações, prevenindo condutas impulsivas, agressivas ou excessivamente inibidas. Por outro lado, uma relação pouca afetuosa com os filhos, o uso de práticas disciplinares coercitivas ou inconsistentes e uma supervisão inadequada do comportamento dos filhos aumentam o risco das crianças desenvolverem problemas comportamentais e emocionais significativos (GOMIDE, 2003; SALVO, SILVARES & TONI, 2005).

A consistência e a constância na forma de agir dos pais podem influenciar ns estilos parentais interferindo no padrão de interação *pais/filhos* e, *consequentemente, no desenvolvimento infantil*. A inconsistência nas práticas parentais pode gerar conseqüências prejudiciais ao desenvolvimento da criança, além de dificultar a classificação quanto aos estilos parentais e gerar métodos educacionais bastante ineficientes, fato esse, que propicia a manifestação de comportamento disruptivo por parte dos filhos (LUBI, 2003).

A respeito disso Pereira (*et al* 2001, p. 98) refere-se a um documento do Ministério da Saúde que considera a violência doméstica contra crianças como “uma

violência interpessoal e intersubjetiva; um abuso do poder disciplinar e coercitivo dos pais e responsáveis; uma negação dos valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade e a segurança e violação dos direitos essenciais da criança; redução da vítima à condição de objeto de maus tratos; pode prolongar-se por meses e anos, pois como pertence à esfera do privado reveste-se do sigilo”. Entre as inúmeras causas que levam ao aumento da incidência dos atos violentos estão as insatisfações próprias do ser humano, que podem produzir uma falta de autocontrole resultando em atitudes agressivas praticadas em seu convívio familiar.

Embora, os pais nem sempre disponham de muito tempo para a convivência familiar existem alguns tópicos que merecem atenção devido a sua importância na relação pais-filhos: - o primeiro tópico relevante está relacionado à qualidade de vida dos pais; caso seja negativa é bem provável que exerça uma forte influência na manifestação de estresse nos mesmos. As mulheres são mais suscetíveis ao estresse e são elas que ainda recebem o encargo de educarem as crianças; - o segundo é relativo aos estilos parentais adotados na criação dos filhos. De modo geral, o estilo autoritativo é o que sugere proporcionar melhores condições para o desenvolvimento das habilidades sociais e intelectuais, além de favorecer positivamente os aspectos psicológicos e emocionais. O estilo negligente tem indícios de ser o mais pernicioso na formação infantil.

No próximo capítulo será demonstrado o estado da arte feito no período de cinco anos, o que foi encontrado se tratando do objeto violências domésticas. As pesquisas, bem como suas áreas, a descrição de conceitos de violências domésticas por autores que escrevem sobre este tema, contra crianças e adolescentes.

3 SITUANDO O PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO NA REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo situo o problema de investigação no contexto da revisão de literatura relacionada as violências domésticas nos últimos cinco anos. Obtive como base de análise e reflexão a produção publicada na ANPED⁹ de 2005 a 2009, na SCIELO¹⁰ de 2003 a 2009, na CAPES¹¹ de 2004 a 2008.

Conceituando estado da arte segundo Spink (1996, p. 2), “é uma exposição sobre o nível de conhecimento e o grau de desenvolvimento de um dado campo, com ênfase no que há de mais recente”.

Na primeira etapa da pesquisa realizei a leitura dos trabalhos e pôsteres selecionados anualmente pelo comitê científico na ANPED, na SCIELO e na CAPES relacionadas às violências domésticas. Como base de análise e reflexão, tomei a produção publicada.

Para sistematização das pesquisas, organizei uma ficha de leitura para os textos, identificando: autor, título, instituição, objetivos, referencial teórico, metodologia de pesquisa e principais conclusões da pesquisa e para análise do material não foram estabelecidas categorias *a priori*, essas foram sendo construídas durante o percurso deste estudo, das leituras e análises das pesquisas. A preocupação inicial foi sistematizar um campo de conhecimento levantando as pesquisas, produções, temáticas, abordagens explicitadas, categorias de análise trabalhadas, para então construir as categorias deste estudo em processo.

⁹ Associação Nacional de Pesquisadores em Educação.

¹⁰ Biblioteca eletrônica Científica on line.

¹¹ Coordenação de aperfeiçoamento pessoal de nível superior.

No decorrer do trabalho de fichamento das pesquisas desenvolvidas, me deparei com muitas pesquisas relacionada as violências domésticas em diferentes áreas como jurídica, saúde bem como suas sub-áreas, medicina, enfermagem e psicologia, no ambiente escolar pesquisas sobre a violência na escola como processo interno entre pares, entre aluno e professor e também a percepção da violência doméstica pelos professores, gestores e o processo de denúncia, nada especificamente relacionado à interferência das violências e o processo ensino aprendizagem das crianças vitimizadas.

**QUADRO 1 – ESTADO DA ARTE SOBRE VIOLÊNCIAS DOMÉSTICAS
PESQUISAS SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INFANTIL**

ÁREAS	NÚMERO	PESQUISAS
Educação	15	- Discurso de professores sobre o gênero acometido pela violência; - Silêncio dos professores diante da Violência Doméstica; - Violência doméstica e desempenho escolar = Judiciário e Educação Especial; - Violência doméstica = interdisciplinariedade como mediação na Escola; - Sentidos e práticas da Violência doméstica na Educação Infantil; - Violência doméstica e Escola Pública; - Violência doméstica na criança de Creches e Pré-escola; - Violência doméstica desafios da compreensão interdisciplinar; - Comportamento agressivo de crianças na escola e a relação com a Violência doméstica vivida; - Violência doméstica como tema de estudo; - Dificuldades lingüísticas na escrita e agressividade; - Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao Fórum Judicial; - Violência doméstica e o conhecimento dos pais em escolas públicas e privadas; - Violência contra crianças calculadas pela escola; - Dimensão da Violência no discurso de professoras e cuidadoras.
Social	11	- Sentidos da Violência doméstica por crianças vitimizadas; - Violência doméstica e o uso de álcool; - Agressão física e classe social; - Crianças maltratadas explicações na literatura; - Família e escola como lugar de desenvolvimento humano; - Redes de proteção; - Programa de prevenção de problemas comportamentais em crianças de família de baixa renda; - As negligências em Violência doméstica; - Narrativas orais estudo com crianças vitimizadas; - Violência, Educação e Sociedade = Brasil Contemporâneo; - Violência doméstica e suas diferentes manifestações.
Saúde	04	- Associação entre transtorno psiquiátrico e trauma na infância; - Violência e saúde; - Caracterização de crianças violentadas em Hospitais; - Saúde mental e violência;
Família	06	- Práticas de educação de pais sobre o certo e o errado; - Violência física em casa um estudo qualitativo; - A opinião de Pais sobre educação e castigo físico; - Violência doméstica e negligência de pais na classe média e popular; - Violência sexual características da vitimização nas relações familiares; - Crianças expostas a violência entre os pais e o seu desempenho acadêmico.

Fonte: Dados retirados das pesquisas encontradas na SCIELO, CAPES e ANPED entre 2005 à 2009.

Na área da Educação, quinze as pesquisas relacionadas à violência infantil nos diferentes temas: gênero (uma), silêncio (uma), desempenho escolar (duas), interdisciplinariedade, educação infantil (duas), educação pública e privada (duas), comportamento agressivo (uma), dificuldade linguística (uma), violência calculada pela violência (uma) e discurso de professores e cuidadores (uma).

Relacionando as quinze pesquisas na área da educação descritas no quadro 1, percebi que apenas seis pesquisas têm uma proximidade com o tema que será abordado nesta dissertação, mas com ênfases diferenciadas desta, como: silêncio dos professores; a violência e o desempenho escolar no judiciário; violência e interdisciplinariedade; sentidos e práticas da violência doméstica; violência na criança de creche e pré-escola; desempenho escolar da criança e o judiciário.

Quanto à área social, das onze pesquisas encontradas todas são desenvolvidas com ênfases diferentes, tendo uma maior preocupação em relação ao significado da violência pela criança agredida, e os fatores desencadeantes, causas e consequências.

Das pesquisas relacionadas à saúde, primeiramente percebi a redução no número de pesquisas encontradas, dando entender a pouca atenção que essa área dedica ao tema das violências. Demonstrou também, que este tema tem maior dedicação de estudos em áreas humanas e sociais aplicadas, como: Direito, Educação, Serviço Social, Assistente Social dentre outros. Das (quatro) pesquisas encontradas, (duas) estudam as interferências que acometem o agressor, (uma) em relação à saúde do violentado, e (uma) a caracterização da criança no hospital. Isso nos revela que, voltado para a saúde as pesquisas tratam mais sobre o agressor, e já na vítima a preocupação se dá mais com as consequências deixadas fisicamente.

Como última categoria mencionada a família, as pesquisas encontradas estão mais voltadas para o modo de educação usados pelos pais para com os filhos, através de agressões físicas (três), a classe social também interferindo nesta categoria (uma), a violência sexual neste meio (uma) e, (uma) como violência indireta e o desempenho escolar mediante estas agressões. Dentre todas essas pesquisas conclui que a problematização mais discutida apesar das diferentes áreas, se resume para (três) temas mais pesquisados: violência doméstica e desempenho escolar; violência doméstica e suas manifestações e, violência doméstica e as causas desencadeantes no agressor, nada sendo específico aos processos de ensino aprendizagem da criança na escola e a interface com a

violência intrafamiliar. Por este motivo e tantos outros, considero a importância deste estudo na área educacional e da psicologia.

Quatro temas se destacaram com menos problematização em pesquisas: violência e gênero; violência sexual e família; educação x certo e errado; violência e saúde. Dentre essas pesquisas mencionadas os locais encontrados foram: (doze) no site da CAPES, (vinte quatro) na SCIELO, e na ANPED nenhuma relacionada ao tema, dando um total de 36 pesquisas analisadas. Em relação ao período pesquisado, foi entre 1998 a 2009 tendo uma maior incidência de pesquisas no ano de 2008, encontrando oito pesquisas.

O quadro 2 demonstra as pesquisas mencionadas acima de forma sintetizada, do que foi encontrado sobre o mesmo tema em questão.

QUADRO 2 – DESCRIÇÃO DAS PESQUISAS ENCONTRADAS SOBRE O TEMA EM QUESTÃO

TEMA	ANO	LOCAL	ÁREA
Violência contra Crianças: Uma Análise do Discurso de Professoras de Ensino Fundamental com Enfoque de Gênero <i>Mariana Porto Ruwer</i>	2004	Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	PSICOLOGIA
Violência Doméstica e Rede de Proteção: Dificuldades, Responsabilidades e Compromissos <i>Mara Aparecida Lissarassa Weber</i>	2005	Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO PSICOLOGIA SOCIAL
Percepção de pais e professores sobre práticas de educação e da criança sobre o certo e o errado: intervindo com ela para promover o respeito à diversidade <i>Vanessa Delfino</i>	2006	Doutorado. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/ RIBEIRÃO PRETO	DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA PERSONALIDADE PROCESSOS GRUPAIS E DE COMUNICAÇÃO PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
O sentido do silêncio dos professores diante da violência doméstica sofrida por seus alunos: uma análise do discurso <i>Maria Paula Panúncio Pinto</i>	2006	Doutorado. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - PSICOLOGIA ESCOLAR E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO
Efeitos de um programa de prevenção de problemas de comportamento em crianças pré-escolares de famílias de baixa renda <i>Karyne de Souza Augusto Rios</i>	2006	Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - EDUCAÇÃO ESPECIAL (EDUCAÇÃO DO INDIVÍDUO ESPECIAL)	EDUCAÇÃO ESPECIAL
As múltiplas faces da negligência nas situações de violência doméstica contra crianças e adolescentes <i>Maria Cristina de Oliveira</i>	2006	Mestrado. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SERVIÇO SOCIAL	SERVIÇO SOCIAL

Violência doméstica e desempenho escolar: desafios para o Judiciário e para a Educação Especial <i>Paulo Celso Pereira</i>	2006	Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - EDUCAÇÃO ESPECIAL (EDUCAÇÃO DO INDIVÍDUO ESPECIAL)	EDUCAÇÃO ESPECIAL
Violência doméstica: a interdisciplinaridade como mediação no espaço escolar <i>Terezinha de Jesus Barbosa da Silva</i>	2007	Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	EDUCAÇÃO
Compreendendo a Questão da Violência Física Contra Crianças e Adolescentes no Ambiente Doméstico: Um Estudo Qualitativo <i>Elisa Meireles Andrade</i>	2007	Mestrado. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - PSQUIATRIA E PSICOLOGIA MÉDICA	PSQUIATRIA E PSICOLOGIA MÉDICA
A Construção de Sentidos sobre a Violência Doméstica por Crianças Vítimas Assis <i>Daniela Emilena Santiago</i>	2008	Mestrado. UNIVERSIDADE EST. PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO/ASSIS - PSICOLOGIA	PSICOLOGIA
A Educação Infantil diante da violência doméstica contra a criança: compreendendo sentidos e práticas <i>Luciana Pereira de Lima</i>	2008	Mestrado. UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO/ RIBEIRÃO PRETO - PSICOLOGIA	PSICOLOGIA
Estudo da associação entre transtorno psiquiátrico e evento traumático na infância <i>Sheila Abramovitch</i>	2008	Doutorado. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CIÊNCIAS MÉDICAS	CIÊNCIAS MÉDICAS
Violência Doméstica e Escola: Um Estudo em Escolas Públicas de São Paulo	2003	FP - Universidade Camilo Castelo Branco	PSICOLOGIA
Padrões de violência domiciliar associada ao uso de álcool no Brasil	2008	Universidade Federal de São Paulo	PSICOBIOLOGIA

Agressão física e classe social	1998	Faculdade de Ciências Médicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Sorocaba, SP - Brasil	MEDICINA
Perspectiva dos pais sobre educação e castigo físico	2009	Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG	ENFERMAGEM
Violência e saúde: estudos científicos recentes	2006	Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil	MEDICINA
Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura	2001	Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz.	MEDICINA
A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano	2007	Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil	
A violência familiar no mundo da criança de creche e pré-escola	2007	Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – EERP - USP	ENFERMAGEM
Caracterização de Crianças e Adolescentes atendidos por maus tratos em um Hospital de Emergência no Município de Fortaleza-Ce	2001	Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Ceará.	ENFERMAGEM
Abordagem bioecológica e narrativas orais: um estudo com crianças vitimizadas	2008	Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG, Brasil Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, Brasil	
A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar	2006	Universidade de São Paulo	PSICOLOGIA
O comportamento agressivo de Crianças do sexo Masculino na Escola e sua relação com a Violência Doméstica	2005	Universidade Federal de São Carlos,	PSICOLOGIA

Violência doméstica como tema de estudo em programas de pós-graduação no estado do Rio de Janeiro	2008	Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio)	
Dificuldades Lingüísticas na aquisição da escrita e agressividade	2004	Universidade São Francisco	PSICOLOGIA ESCOLAR E EDUCACIONAL
Desempenho Escolar da Criança Vitimizada encaminhada ao Fórum Judicial	2009	Universidade Federal de São Carlos	
Violência, Educação e Sociedade: um Olhar sobre o Brasil Contemporâneo	2007	Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	EDUCAÇÃO
Violência doméstica e suas diferentes manifestações	2003		MEDICINA
Violência doméstica contra crianças: nível de conhecimento dos pais de crianças em escolas pública e privada	2008	Curso de Medicina da Fipa, Catanduva, SP, Brasil	MEDICINA
A Identificação da Violência Doméstica e da negligência por Pais de Camada Média e Popular	2005	Departamento de Psicologia e educação da FFCLRP USP	ENFERMAGEM
Violência contra crianças na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil: a prevalência dos maus-tratos calculada com base em informações do setor educacional	2009	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil.	
Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares	2004	Ribeirão Preto, São Paulo	
Saúde mental e violência entre estudantes da sexta série de um município paulista	2008	Universidade Presbiteriana Mackenzie	DISTÚRBIOS DO DESENVOLVIMENTO
Dimensões da Violência contra Crianças e Adolescentes, apreendidas do discurso de Professoras e Cuidadoras	2005		ENFERMAGEM
Crianças Expostas à Violência Conjugal: Avaliação do Desempenho Acadêmico	2004	Universidade Federal de São Carlos	EDUCAÇÃO ESPECIAL

3.1 Quanto ao eixo da saúde

Os estudos de Vedovato (2008) sobre a *saúde mental e violência entre estudantes da sexta série de um município paulista* apontam que presenciar algum tipo de violência constituiu-se no fator de risco mais importante para problemas de saúde mental entre os adolescentes investigados. Registra também que vivenciar violência doméstica e sofrer punição física contribui para a desadaptação de adolescentes/crianças, comprometendo seu desenvolvimento.

Apesar da violência ser um fator de risco estudado no Brasil, o estudo realizado por Vedovato (2008) traz um elemento novo, sugerindo que a violência doméstica tem papel mais importante na saúde mental de adolescentes que a violência urbana. Segundo Bordin, *et al* (2006) a violência doméstica costuma ter inúmeras consequências negativas na saúde mental de adolescentes, como o desenvolvimento de sintomas de ansiedade, depressão, isolamento social, suicídio, uso de substâncias, problemas de conduta e delinquência.

A partir dos dados obtidos na pesquisa de Vedovato (2008) observamos que a violência doméstica associou-se a problemas de saúde mental nos adolescentes pesquisados como: Os problemas de saúde mental entre adolescentes devem ser identificados precocemente, os programas preventivos podem minimizar ou mesmo evitar cursos crônicos com comprometimento do desempenho social; Na área da saúde mental da infância/adolescência existem fatores de risco já estabelecidos, mas são raras as pesquisas que exploram fatores de proteção; A violência doméstica, que não tem tido tanto destaque quanto a violência urbana diariamente anunciada na mídia, deveria ter papel central em propostas de prevenção de problemas de saúde mental entre adolescentes; A identificação de fatores de risco permite a elaboração de propostas de tratamento e prevenção com melhor alocação de recursos, sendo esta estratégia especialmente útil para planejamento de ações governamentais de países em desenvolvimento, onde recursos financeiros são limitados. Estas ações provavelmente teriam resultados ainda melhores com o reconhecimento de fatores de proteção para essas populações.

Já na pesquisa sobre *Estudo da associação entre transtorno psiquiátrico e evento traumático na infância* onde os pesquisadores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Ciências Médicas, apontam como linha de pesquisa a atenção à saúde e às doenças ligadas ao processo de desenvolvimento humano, o ciclo de

vida do ser humano, iniciando-se com a gravidez, seguindo-se com as diferentes etapas de seu desenvolvimento, apresentando problemas de saúde específicos que são investigados especialmente em aspectos materno-infantis e da adolescência.

Entre 2005 e 2008 estudou-se os transtornos psiquiátricos mais frequentemente associados a eventos traumáticos na infância, em diferentes culturas e sociedades. A população investigada constituiu-se de crianças de baixa renda, entre três e doze anos, referenciadas ao Serviço de Psiquiatria do Hospital Universitário Pedro Ernesto–UERJ. Por isso, o objetivo deste estudo, foi avaliar a existência da associação entre certos transtornos psiquiátricos e eventos traumáticos, que se desenvolvem durante a infância. Dentre as principais patologias predominaram as do grupo dos transtornos de déficit de atenção e do comportamento disruptivo. Dos vários tipos de traumas examinados destacaram-se a violência urbana, doméstica e os maus-tratos. A modalidade abuso físico intrafamiliar foi a mais prevalente na maioria das crianças pesquisadas.

Encontrou-se uma relação de temporalidade entre os transtornos psiquiátricos analisados e o abuso físico. A associação entre transtorno psiquiátrico e trauma enfatiza a necessidade de se intensificar o diagnóstico precoce e o tratamento dos abusos cometidos contra esse segmento populacional, o que demanda intervenção e encaminhamentos adequados. Adverte-se para a possibilidade de que outros fatores, além do familiar, estejam implicados nesta relação. Sugere-se nesta pesquisa analisada a continuidade dos estudos relativos à influência dos transtornos psiquiátricos nos maus-tratos às crianças.

O estudo sobre a *violência doméstica contra crianças: nível de conhecimento dos pais de crianças em escolas pública e privada* apresentada no Curso de Medicina das Faculdades Integradas Padre Albino-Fipa, teve como objeto de pesquisa a violência infantil. Os objetivos consistiram em investigar o conhecimento dos pais ou responsáveis por crianças matriculadas no ensino fundamental sobre a violência infantil e identificar a sua postura em relação à educação de seus filhos. Os dados foram coletados por um questionário respondido pelos pais/responsáveis de alunos matriculados em uma escola pública e, em outra particular, em Catanduva, São Paulo que teve como unidade de análise o estudo descritivo. A metodologia da pesquisa e suas questões norteadoras, destacam que além das marcas físicas, a violência deixa sequelas emocionais, podendo prejudicar o aprendizado, as relações sociais e o desenvolvimento pleno, exercendo impacto

em longo prazo, com repercussões na família e na sociedade; no Brasil, anualmente, 12% dos 55,6 milhões de crianças menores de 14 anos são vítimas de alguma forma de violência doméstica. Isso significa que 18 mil crianças são agredidas por dia, 750 por hora e 12 por minuto; além disso, os óbitos por violência e acidentes (causas externas) ocupam o primeiro lugar na faixa etária entre cinco e 19 anos, o que significa que a violência mata mais que doenças infecciosas e parasitárias. Nas dimensões teóricas abordadas, Larzelere defende em seus estudos o uso de tais atos devido ao benefício imediato alcançado, pois os pais conseguem pronta obediência da criança.

A pesquisa intitulada como: *Violência doméstica e suas diferentes manifestações*, teve como objeto de pesquisa vítimas e perpetradores de violência. Os objetivos foram estudar e acompanhar vítimas e perpetradores de violência, na experiência diária com psiquiatras forenses, membros do judiciário, médicos que atendem a realidade dos ambulatorios e dos centros de triagem, estudiosos de urbanismo e outros determinantes sociais. A pesquisa abordou o tipo de violência que mais acomete mulheres, crianças e adolescentes, além de idosos e deficientes físicos e mentais, que acontecem dentro dos lares, onde a taxa de homicídios é menor, mas o prejuízo individual, familiar e social é catastrófico. A unidade de análise foi pesquisa bibliográfica recente, ampla e atual, buscando contemplar os diferentes vértices do tema. O enfoque multidisciplinar, é já uma das propostas. A metodologia da pesquisa e suas questões norteadoras, partiram do “filicídio institucionalizado” representado pelos conflitos mundiais. Conclui-se que as aflições dos grandes mestres sobre as tendências autodestrutivas da humanidade resistem, apesar dos reiterados esforços da sociedade em explicá-las e evitá-las.

As dimensões teóricas abordadas Flores e cols., estimaram que 18% das jovens porto-alegrenses, abaixo dos 18 anos de idade já, haviam sido vítimas de abuso sexual por familiares. John Sargent, visitante da última jornada de psiquiatria dinâmica, ocorrida em 2002, afirmou em conferência proferida no evento, que uma para cinco meninas e um para cada dez meninos são vítimas de abuso sexual no mundo inteiro.

Locke, também Rousseau, no século XVIII, contribuiu para o entendimento do significado da infância. Afirmava que “a criança é importante em si mesma, e não meramente como um meio para um fim”, além de sustentar que “a infância é o estágio da vida em que o homem mais se aproxima do ‘estado de natureza’”. No final

do século XIX, as descobertas de Freud e outros pensadores abriram caminho para novos entendimentos sobre a infância: “Freud e Dewey cristalizaram o paradigma básico da infância, que vinha sendo formado desde a invenção da prensa tipográfica: a criança como aluno ou aluna, cujo ego e individualidade devem ser preservados por cuidados especiais, cuja aptidão para o auto-controle, a satisfação adiada e o pensamento lógico devem ser ampliados, cujo conhecimento da vida deve estar sob controle dos adultos”.

É de Tilman Furniss que vem o alerta: “Como um problema multidisciplinar genuíno e genérico, requer a estreita cooperação de uma ampla gama de diferentes profissionais com diferentes tarefas. Como um problema legal e terapêutico, requer, por parte de todos os profissionais envolvidos, o conhecimento dos aspectos criminais e de proteção da criança, assim como dos aspectos psicológicos”.

As recomendações desta pesquisa, voltam-se para o alerta que cada vez mais faz-se necessário um trabalho interdisciplinar, em que “médicos, psicólogos, pedagogos, assistentes sociais e profissionais se unam em um compromisso único, à criança profissionais que, no exercício de suas atividades, podem estar envolvidos com o atendimento e a defesa de direitos de crianças e adolescentes e suas violações”, pois apesar do crescente interesse nas consequências da violência doméstica contra a criança e o adolescente, há poucos estudos sobre os efeitos psicológicos a longo prazo na população em geral.

A pesquisa tendo como tema *a agressão física e classe social*, apresentada no Departamento de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, teve como objeto de pesquisa: classe social e vitimização por agressão física. Foram os objetivos, considerando o aumento da violência e a escassez de informações sobre a relação classe social e vitimização por agressão física, realizou-se o estudo para investigar esta associação. A pesquisa se deu no serviço público de saúde, pronto-socorro de Sorocaba, SP.

Na unidade de análise foram 191 casos de agressão física e 222 controles selecionados entre os indivíduos com queixas clínico cirúrgicas não violentas, pareados por frequência aos casos segundo sexo e idade, todos recrutados no período de 1/10/93 a 19/1/95, no pronto-socorro de Sorocaba, SP. Foi aplicado questionário para obtenção de informações sobre classe social, cor, situação conjugal, ingestão de álcool e uso de drogas ilícitas e hábitos de fumar.

A metodologia e as questões norteadoras da pesquisa, são voltadas para a vitimização por agressão física que constitui sério problema social e de saúde pública, que vem aumentando em frequência e gravidade. Para cada caso de homicídio estimam-se 100 casos de agressão.

Investigações epidemiológicas têm verificado a associação entre classe social e problemas de saúde. O subproletariado, em particular, é apontado como grupo de risco para a maioria dos problemas de saúde, em especial os materno-infantis, pela desnutrição e doenças infectoparasitárias.

As dimensões teóricas abordadas desta pesquisa, Bronfman e Tuíran: classificaram para operacionalizar a variável classe social, que empregam o conceito classe social atendo-se à instância econômica, considerando quatro dimensões: a posição que o indivíduo ocupa em um sistema de produção historicamente determinado, sua relação com os meios de produção, seu papel na organização social do trabalho a magnitude e a forma de apropriar-se da parte da riqueza social de que dispõem.

Cherpitel e Kosovsky, nos diz que, a ingestão de álcool é consistente com a literatura no que se refere à vitimização por agressão física. Esse risco aumentado ocorre também em bebedores moderados ou eventuais, e não somente em bebedores abusivos ou regulares. A explicação largamente aceita e conhecida para o fenômeno é a ação farmacológica do álcool sobre o sistema nervoso central.

Cesare, *et al* encontram risco maior nos negros, porém ajustando por classe social a diferença não se mantém. Já Garrison, *et al* relataram maior risco para os fumantes, a associação é fraca. Valois, *et al* descrevem riscos maiores nos usuários, já Hall, *et al* defendem que isto decorre principalmente das condições socioeconômicas. As recomendações desta pesquisa nos dizem que, a classe social é um fator importante no fenômeno da vitimização por agressão física, devendo o subproletariado receber atenção especial nas estratégias de intervenção para o problema.

Já na pesquisa sobre *Violência e saúde: estudos científicos recentes*, apresentada ao Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, tendo como objeto de pesquisa: violência e saúde, e como objetivos o panorama e a reflexão crítica acerca da produção científica na temática violência e saúde, e como método, análise de estudos. Os documentos

analisados foram extraídos da SCIELO – Scientific Electronic Library Online, e Relatório Mundial sobre Violência e Saúde.

A metodologia da pesquisa e as questões norteadoras são voltadas para a violência que é reconhecida como questão social e de saúde pública considerada mundialmente violação de direitos; A expansão de domínios da violência, tomada da violência como um domínio amplo da vida social atingindo praticamente a todos, em situações de guerra e de suposta paz. Violência como atinente a dimensões coletivas, interpessoais e individuais autoreferidas, e tomando-a por atos intencionais de força física ou poder, resultando em abusos físicos, sexuais, psicológicos, e em negligências ou privações; As possibilidades de seu controle e da assistência a seus múltiplos agravos à saúde relacionadas às desigualdades sociais ou desajustes familiares; As das iniquidades de gênero e, menos frequentemente de raça ou etnia, o que implica em reconstruções dos conceitos clássicos de família, geração e classe social; Falência dos processos vigentes de socialização, associando-se a liberdade de exercício de direitos à coisificação desse outro.

As dimensões teóricas abordadas, Organização Mundial da Saúde-OMS, Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, violência e saúde em estudos brasileiros, SCIELO–Scientific Electronic Library Online, Minayo: referências conceituais e suas categorias violência “estrutural”, “da resistência” e “da delinquência”.

Barata, *et al* focalizaram os segmentos de adolescentes e adultos jovens, de ambos os sexos, em São Paulo, recorrendo à análise da correlação entre condições de vida e taxas de homicídios. Macedo, *et al* sintetizaram os principais determinantes dessa violência: “(...)crescimento das desigualdades socioeconômicas; baixos salários e renda familiar que levam à perda do poder aquisitivo; ausência de políticas públicas integradas e condizentes com as necessidades da população em relação à saúde, educação, moradia e segurança; prioridade no desenvolvimento econômico em detrimento do social, com sacrifício para a população e maior ônus para os pobres, e intenso apelo pelo consumo, conflitando com o empobrecimento do país”. Somado a tais fatores, tem-se, especialmente nas regiões metropolitanas, a consolidação do crime organizado.

As recomendações desta pesquisa considera esta problemática como interdisciplinar e, retomando-se a noção de objetos médico-sociais da medicina social recomenda-se sua atualização para temas tão complexos quanto sensíveis como a violência; Conexão de qualquer das aproximações que se faça da violência

com os direitos humanos e sociais, da perspectiva jurídica e ética; Necessidade de refletir sobre a maior aproximação das violências, enquanto esferas de conhecimento e intervenção social. Entre idosos há que se considerar, ainda, os maus-tratos em instituições, tema raro nas pesquisas; Questões de gênero ou de raça/etnia são inexploradas neste grupo populacional; Diversidade de abordagens e algumas importantes ausências, essas se referem a segmentos populacionais específicos e enfoques relevantes que deixaram de ser tratados, como raça/etnia e mesmo gênero. Os estudos sobre violência e saúde encontram-se, ainda, em momento inicial de sua produção, o estudo da violência reclama, agora, sua atualização, pelas exigências éticas em suas metodologias, pelo pluralismo desse objeto e pela relação da interatividade humana que lhe é inerente.

A pesquisa apresentada ao Instituto Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz tendo como título: *Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura*, teve como objeto de pesquisa as situações de maus-tratos. Os objetivos consistem em analisar os fatores que são identificados como atuantes para a ocorrência das situações de maus-tratos acometidos contra crianças, presentes nos três principais periódicos brasileiros de Pediatria.

O local da pesquisa foi a análise de três revistas, um total de 14 trabalhos analisados. A produção bibliográfica encontrada foi tratada com base na análise de conteúdo, analisando os fatores que são identificados, na produção bibliográfica em Pediatria, nos anos 90 em periódicos, ou seja, em três principais periódicos brasileiros de Pediatria.

A metodologia da pesquisa e as questões norteadoras dizem que a violência se constitui atualmente um dos mais graves problemas de saúde pública. Esse fenômeno se observa no Brasil e em diversos outros países. Em nosso país, a violência contra crianças e adolescentes ganha contornos dramáticos. As diversas formas de causas externas são as principais responsáveis pelas mortes de crianças a partir de cinco anos, estendendo à adolescência seus funestos e mortais efeitos.

Além da violência que leva à morte, convivemos de modo cotidiano e oculto com várias outras formas de vitimação. A violência doméstica ou intrafamiliar é, sem dúvida, responsável por milhares de crianças e adolescentes vitimados no Brasil. A atuação da área de saúde começa a mudar, timidamente, na década de 60, quando a pediatria americana passa a identificar a questão dos maus-tratos contra crianças

como um problema clínico-social, compreendendo como essa temática vem sendo explicada no campo da saúde, especialmente na área de saúde infantil.

As dimensões teóricas abordadas, Yunes & Rajs (1994), no período de 1979 a 1990, Brasil, Colômbia e Cuba apresentaram uma tendência francamente crescente da mortalidade por causas externas em todos os grupos de idade, especialmente entre indivíduos de dez a vinte e quatro anos. Segundo os autores, Colômbia, Brasil, Panamá, Porto Rico e Venezuela destacam-se na mortalidade por homicídios ou lesões intencionalmente aplicadas, sobretudo entre jovens e adolescentes. Em nosso país, a violência contra crianças e adolescentes ganha contornos dramáticos.

Minayo & Souza (1999, p. 8), “até bem pouco tempo, porém, o setor saúde olhou para o fenômeno da violência, como mero espectador, um contador de eventos e um reparador dos estragos provocados pelos conflitos sociais”.

A escolha dos periódicos foi pelos profissionais por dirigirem-se no campo da saúde, mais têm contato com a faixa etária em estudo e por serem de uma das áreas que mais vêm se preocupando com agravos produzidos pela violência (GOMES, *et al.*, 1999; SBP/FIOCRUZ/MJ, 2000). A idéia expressa nos artigos estudados, de que o presente reedita o passado, em termos de experiências de violência familiar, encontra respaldo em pesquisa realizada com 8.145 famílias (STRAUS & SMITH, 1995). De acordo com os achados desse estudo, os pais que sofreram violência quando crianças apresentavam um índice de violência contra os seus filhos duas vezes maior do que aqueles que não sofreram violência.

Estudo de Cariola (1995, p. 162), com uma amostra de 103 casos, conclui que “a agressão é mais evidente na população mais carente, ou seja, com renda de um a três salários mínimos – 52,27% da amostra, não desprezando o fato da ocorrência de agressões em classes sociais de nível mais alto”. A associação entre pobreza e violência, de uma certa forma, encontra-se respaldada pela pesquisa norte-americana anteriormente citada (STRAUS & SMITH, 1995).

Então, as recomendações desta pesquisa destacam que, as políticas de prevenção e intervenção dos maus-tratos cometidos contra a infância terão maior êxito se conseguirem articular uma compreensão teórico-prática. É preciso integrar a singularidade de cada caso ao conhecimento acumulado no atendimento a milhares de famílias envolvidas na prática de maus-tratos (no Brasil e no mundo). Consideramos que os maus-tratos infantis, por serem atravessados por uma

complexidade de fatores, não podem ser explicados por um modelo teórico que sugira uma abordagem determinista ou única sobre o problema.

Ainda precisa ser promovidos estudos para que se tenha mais dados ancorados na realidade empírica do Brasil. Em geral, os indicadores utilizados na discussão sobre as explicações dos maus-tratos infantis são construídos em ambientes sócio-culturais bem distintos da realidade brasileira. Muito há que se construir para que se afine o foco das políticas públicas que desejem formular princípios para se abordar o assunto em pauta.

Bibliografia da área da Pediatria em relação aos maus-tratos foram pouco abordados, isso revela, de uma certa forma, que essa produção não está conseguindo acompanhar uma das demandas mais atuais no campo da promoção da saúde infantil, que é a de compreender a violência cometida contra esse segmento etário, para que se possa sugerir políticas de atenção e de enfrentamento ao problema.

A pesquisa tendo como tema: *dimensões da violência contra crianças e adolescentes, apreendidas do discurso de professoras e cuidadoras* teve como objeto o conceito de violência. Os objetivos foram o de investigar a percepção de cuidadoras de uma Instituição de Educação Infantil e professoras de uma Escola de Ensino Fundamental acerca do conceito de violência, bem como a conduta por elas adotada, frente a situações de violência contra crianças e adolescentes.

O local da pesquisa se deu na Instituição de Educação Infantil localizadas na periferia de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul. Os dados foram coletados em agosto de 2004, por meio de entrevista semi-estruturada, gravadas e transcritas. O estudo foi exploratório-descritivo, com abordagem qualitativa tendo como informantes cuidadoras de uma Instituição de Educação Infantil e professoras de uma Escola de Ensino Fundamental Incompleto, localizadas na periferia de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul, totalizando quinze sujeitos.

A metodologia da pesquisa e as questões norteadoras nos diz que a ausência de uma reflexão sistemática sobre o assunto, faz com que a violência não promova “causas, nem história, nem a revolução, nem o retrocesso, mas pode servir para dramatizar queixas e trazê-las à atenção pública”. É necessário refletir sobre este tão atual e polêmico tema, enfocando-o em uma dimensão além da puramente emocional.

Paradoxalmente, a cada dia tornam-se mais visíveis as violações cometidas contra os direitos de crianças e adolescentes. A realidade mostra que, “há um aumento alarmante da violência, conjugado com o aprofundamento do conhecimento sobre a questão da violência doméstica contra a criança e o adolescente”. A mortalidade infantil, o analfabetismo, a evasão escolar, a negligência, a exploração de mão-de-obra e o abuso sexual integram a história de vida de milhões de crianças brasileiras.

Nas dimensões teóricas abordadas e nas concepções Bourdieusianas entre as trocas desiguais figura a violência simbólica, a qual é quase invisível às suas vítimas, pois “se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também com a frequência dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la e de sofrê-la”. Nas concepções Arendtianas, essa abordagem deve ser precedida por algumas considerações a respeito do que autoridade não é nem nunca foi, “visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida com alguma forma de poder ou violência”. Contudo, a autoridade exclui a utilização de meios externos de coerção, onde a força é usada, a autoridade em si fracassou. A autoridade, por outro lado, é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação. Onde se utilizam argumentos, a autoridade é colocada em suspenso.

Assim, percebemos que a autoridade, tão necessária à socialização das crianças, que permeava as relações entre pais, mães e filhos/filhas, adultos e crianças, professoras, professores, e alunos/alunas, bem como outros modelos de autoridade, deixaram de ser plausíveis, sendo, em muitos casos, substituída pela violência. É bem verdade que “nas famílias, na escola e no trabalho, as pessoas estão menos dispostas a aceitar a autoridade”.

As recomendações da pesquisa dizem no entanto, que as ações serão efetivas se fundamentadas em conhecimento teórico e prático acerca das peculiaridades de crianças e adolescentes, da legislação que os protege, e dos recursos disponíveis na comunidade para a garantia de seus direitos e cumprimento de seus deveres.

Reconhecendo a violência como um problema social multifacetado, cabe aos profissionais de saúde atuarem de forma integrada com os serviços disponíveis na comunidade, entre os quais: Comitês de Proteção à Criança e ao Adolescente, Conselhos tutelares, Ministério Público, no sentido de buscar a melhoria da

qualidade de vida desta população. Para tanto, a academia precisa incluir em seus Projetos Político-Pedagógicos, conhecimentos teóricos e práticos acerca dessa temática.

A pesquisa intitulada como a *identificação da violência doméstica e da negligência por pais de camada média e popular* apresentada ao Departamento de Psicologia e educação da FFCLRP USP, tem como objeto de pesquisa, a violência doméstica contra a criança. Os objetivos consistiram em analisar, as concepções de pais, de diferentes camadas sociais, sobre violência doméstica contra a criança, os tipos de agressões que relatam, a definição que dão para esses comportamentos e seu nível de detecção da violência em seu meio. A pesquisa foi realizada em seis escolas da cidade de Ribeirão Preto (SP) três privadas, três públicas, num total de 48 participantes.

A unidade de análise foi um roteiro estruturado de entrevista composto por 15 questões, onde participaram 48 pais, 24 de camada média e 24 de camada popular, algumas abertas e outras fechadas. A metodologia da pesquisa e as questões norteadoras, adotaram esta perspectiva e pode-se perguntar se ela é sempre e totalmente cumprida, porque tem sido verificadas diferenças grandes entre o que se apresenta como ideal e o que a realidade mostra, uma vez que situações em que as funções atribuídas à família não se efetivam e as tarefas aceitas aos adultos não chegam a acontecer, ou são modificadas e até invertidas. Ainda vem sendo observadas e registradas com bastante frequência, os casos de violência doméstica de pais contra os filhos, que transformam um ambiente que deveria ser da maior segurança em um lugar desprovido de qualquer forma de respeito e proteção.

As dimensões teóricas abordadas, relataram que esta constatação está de acordo com o que dizem alguns autores: “a violência doméstica contra crianças implica [...] transgressão do poder de proteção do adulto e [...] coisificação da infância, isto é, negação do direito que elas têm de serem tratadas como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento” (BRUSCHINI, C. Teoria crítica da família. In: AZEVEDO, MA.; GUERRA, VNA, (Org.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez; 1997. p. 49-77.

As recomendações da pesquisa, são os resultados indicando que tanto pais de camada média, quanto popular baixa têm conhecimento da violência doméstica contra a criança, mas ao mesmo tempo, há diferenças na forma de um e outro perceberem a violência. Esses dados indicam a necessidade de mais pesquisa

sobre essa temática. Também se põe em questão, quando e onde a problemática da violência doméstica e da negligência deve ser trazida para discussões amplas dentro da sociedade, de tal modo a poder avaliar o prejuízo que a manutenção do silêncio sobre os maus-tratos no ambiente doméstico acarreta ao desenvolvimento na infância. E, sem dúvida que se necessita aprofundar o conhecimento sobre esse tema, na sua diversidade de enfoques, de forma a abrir perspectivas para projetos de intervenção, que visem desde prevenir o aparecimento desse tipo de problema até a remediar situações já existentes, com a finalidade de melhorar a qualidade de vida das pessoas envolvidas.

Pesquisa apresentada no Pós-Doutorado em Enfermagem realizado na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – EERP - USP, no Programa de Qualificação Institucional – PQI da CAPES/MEC, tendo como tema *a violência familiar no mundo da criança de creche e pré-escola* e objeto de pesquisa: a violência familiar. Os objetivos: conhecer a violência familiar em crianças de creches e pré-escolas e o local da pesquisa: município do Sul de Minas Gerais, junto à seis creches, sendo quatro públicas municipais e duas filantrópicas nos meses de dezembro de 2004 a fevereiro de 2005 (entrevistas).

Para a coleta de dados foi utilizado formulário elaborado com questões estruturadas e semi-estruturadas, outra forma de coleta de dados foi a utilização da observação não participante. Após a coleta foram realizadas a tabulação e a análise dos dados quantitativos onde o estudo se deu por meio de duas abordagens: quantitativa e qualitativa, estudo descritivo e transversal e também, a análise de conteúdo, os sujeitos são constituídos de educadores infantis, professores e monitores.

A metodologia da pesquisa e as questões norteadoras, demonstram a negligência com relação aos cuidados e a atenção à criança no cotidiano. Esses comportamentos podem gerar outras formas de violência, mantendo a criança sempre em ambientes de risco durante várias fases da vida. Uma frequente forma de violência contra a criança é a intra-familiar, que expressa dinâmicas de poder e afeto, nas quais estão presentes relações de subordinação e dominação. A gravidade da violência familiar é incontestável.

As dimensões teóricas abordadas, NETO, OC.; MOREIRA, MRA.; MINAYO MCS.; GOMES, R.; DESLADES, SF.; VEIGA, MM.; BHERING, C.; SANTOS, JFC. *Ministério da Saúde (BR). Cadernos de atenção básica. Violência intrafamiliar –*

TRINVIÑOS, ANS. As recomendações vão em direção a negação de culpa somente das famílias, pois a omissão do poder público em relação à garantia de uma boa qualidade de vida para as populações menos favorecidas, contribui muito para a ocorrência da violência. A comunidade em que se insere a criança tem a responsabilidade de lhe garantir que seus direitos sejam respeitados, sendo assim, é de suma importância o esclarecimento da população em geral sobre a legislação de proteção à infância, sobretudo da Lei n. 8.069 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Atento também para o fato de que a violência contra a criança só começará a diminuir, quando a criança for vista, respeitada e tratada como ser humano, sujeito de sua história de vida, sendo-lhe dada a capacidade de pensar, agir e reagir ante as adversidades do meio em que vive.

A pesquisa: *Caracterização de crianças e adolescentes atendidos por maus tratos em um hospital de emergência no município de Fortaleza-CE*, apresentada ao Curso de Especialização em Enfermagem em Emergência da Universidade Estadual do Ceará, teve como objeto de pesquisa o perfil da criança e adolescente maltratados e os objetivos consistiram em, caracterizar o perfil da criança e adolescente maltratados e atendidos em um hospital de emergência, no Município de Fortaleza, Ceará. Identificar os casos de maus tratos à criança e ao adolescente, atendidos em um Hospital de Emergência, no Município de Fortaleza; caracterizar o perfil da criança/adolescente maltratado quanto ao sexo, a idade, o agressor, o tipo de violência identificada, o destino e os procedimentos realizados.

O local da pesquisa: foram as ocorrências atendidas em uma emergência pediátrica de um Hospital público, no Município de Fortaleza, Ceará. A unidade de análise: tratou-se de uma pesquisa documental e descritiva, de caráter retrospectivo, com predominância quantitativa, com análise dos formulários da Comissão de maus-tratos à Infância e Adolescência. A amostra selecionada foi composta por 34 casos de maus-tratos na infância e adolescência, identificados e notificados de acordo com as fichas da Comissão de Prevenção aos Maus Tratos na Infância e Adolescência, no período de novembro de 1996 a novembro de 1997.

Na metodologia da pesquisa e questões norteadoras, com o decorrer dos atendimentos e cuidados dispensados a essas crianças/adolescentes, percebemos a grave repercussão que se instala na vida da criança, do adolescente e da família e fomos despertadas para investigar o assunto a partir da disciplina de Enfermagem e Pediatria Social. A gravidade da violência na infância foi reconhecida por lei fazendo

com que as instituições de saúde, juntamente com os profissionais, voltassem sua atenção para essas crianças/adolescentes, iniciassem investigações sobre o tema e procurassem alternativas para amenizar o problema. As dimensões teóricas abordadas: o Estatuto da Criança e do Adolescente (CEARA, 1993) e a institucionalização de Comissões de Prevenção e Maus Tratos na Infância e Adolescência vieram alertar os profissionais e a sociedade sobre a gravidade do problema.

Diversos trabalhos têm sido desenvolvidos por pesquisadores com objetivos de minimizar a violência doméstica que inclui o abuso à criança/adolescente; determinar a prevalência da violência doméstica contra a mulher e sua relação com o abuso de crianças; descrever o processo histórico e cultural da violência doméstica no Japão; a relação entre a violência doméstica e o consumo de drogas, dentre outras relevantes questões que se interligam ou desencadeiam algum tipo de violência (MINAYO; ASSIS, 1994; GONZALEZ, ARAYA, 1997; PATERSON, 1998; DUFFY *et al.* 1999; KOZU, 1999).

Machado, *et al* (1994) traz um dos conceitos de maus tratos ou abuso que se pode considerar, é aquele que se caracteriza por atos intencionais contínuos e que ocasionam dano físico, psicológico ou social à criança e/ou adolescente, sendo praticados por um agente agressor em condições de superioridade.

É oportuno pontuar que existem vários mitos e estereótipos em relação às famílias que maltratam os filhos. As pesquisas informam que apenas uma pequena percentagem apresenta distúrbios psicóticos e que não se constitui prerrogativa de classes desfavorecidas, podendo essa violência ocorrer em qualquer grupo social. Porém, esta se apresenta com mais frequência nas famílias que evidenciam maiores níveis de pobreza e miséria (THOMPSON; ASHWILL, 1996; GOMES, 1997).

No Brasil, não existem levantamentos estatísticos nacionais consistentes sobre casos de maus tratos, mas apenas dados parciais das entidades que atuam nessa área. A Associação Brasileira de Crianças Abusadas e Negligenciadas estima a ocorrência no País de 4,5 milhões de crianças vítimas de abuso e negligência por ano (SANTOS, 1987).

Menezes, *et al* (1996) investigando o perfil das crianças submetidas à violência observaram que crianças menores de 3 anos são as mais agredidas por traumas físicos. Em outras literaturas também se confirma que as maiores vítimas de abuso e maus tratos se encontram entre os 3 meses e 3 anos e, acrescentaram, que

quanto menor a criança, maior o risco de vida. Contudo, segundo Thompson; Ashwill (1996), são comuns os casos de abuso e a negligência com os adolescentes.

Alguns autores registraram em seus trabalhos que, os casos de agressões físicas a crianças/adolescentes são mais comuns no sexo masculino, enquanto os abusos sexuais estão mais presentes no sexo feminino (SANTOS, *et al.*, 1988; GUERRA; SANTORO-JUNIOR; AZEVEDO, 1992).

As recomendações da pesquisa requerem estudos aprofundados que modifiquem o ambiente em que a criança, adolescente e famílias estão inseridos. Constatamos que os casos de maus tratos à criança e ao adolescente são reais no cotidiano dos atendimentos e internações em uma emergência pediátrica e urge que os profissionais de saúde que os atendem percebam sua responsabilidade na detecção e notificação dessas ocorrências. Por fim, acreditamos que muito há de ser investigado e esclarecido nesse assunto, visando despertar e sensibilizar os profissionais nos atendimentos e acompanhamentos de todos que estejam envolvidos em tão complexo problema. Faz-se necessário ainda, rever nossa postura como cidadão e profissional, pois a redução da violência doméstica é responsabilidade de todos.

A pesquisa intitulada como: *abordagem bioecológica e narrativas orais: um estudo com crianças vitimizadas* foi apresentada à Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba-MG, sendo parte dos dados da dissertação de mestrado intitulada: “Utilização dos contos de fadas e atividades simbólicas na compreensão de crianças vítimas de violência”. O objeto de pesquisa: narrativas dos contos de fadas, e os objetivos foram o de descrever o impacto das narrativas dos contos de fadas na emergência de conteúdos emocionais latentes, considerações a respeito do contexto em que a criança se desenvolve.

Realizaram-se entrevistas semi-estruturadas com os cuidadores das crianças e intervenções junto ao grupo, a partir de sessões de contação de histórias e atividades simbólicas. Análise multifatorial do fenômeno da violência, grupo composto por três crianças vítimas de violência doméstica, do sexo feminino e seus cuidadores, com idades que variavam entre cinco e sete anos.

Na metodologia da pesquisa e das questões norteadoras, infância violentada, infância perdida, infância condenada: contempla-se em noticiários, jornais e periódicos muitas facetas e aspectos desta condição, ao realizar uma

análise a partir de um referencial teórico que possibilitasse uma visão mais abrangente do contexto de desenvolvimento na infância.

As dimensões teóricas abordadas na pesquisa, a violência contra a criança e o adolescente é definida por Guerra (1998, p. 32) como: todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que, sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima, implica, de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento.

Minayo (2002) afirma que este tipo de violência é fruto de decisões histórico-econômicas e sociais que incidem sobre as condições de vida das crianças, tornando vulnerável seu crescimento. São enumerados vários fatores que podem atuar como estressores ou facilitadores para o desencadeamento da violência contra a criança, não sendo possível observar a presença apenas de um fator isolado, mas sim uma gama de fatores sociais, situacionais e psicológicos que atuam como facilitadores do abuso (D'AFFONSECA & WILLIAMS, 2003).

Muitos autores consideram a Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner apropriada, ao se considerar o fenômeno da vitimização infantil (BELSKY, 1980; MARTINS, 2005; CECONELO, 2003; AZEVEDO & GUERRA, 1997). Belsky (1980) afirma que os maus-tratos infantis resultam da determinação múltipla de forças que atuam na família, no indivíduo, na comunidade e na cultura em que esse indivíduo e a família estão implicados.

Azevedo e Guerra (1997) também aludem ao modelo bioecológico do desenvolvimento humano, afirmando que a vitimização infantil pode ser percebida a partir de dois modelos. Cecconello (2003) ao realizar estudos qualitativos utilizando a Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano, concluiu que a pobreza e a violência existentes na comunidade tendem a potencializar os efeitos negativos associados com fatores de risco internos à família, como a violência doméstica, o alcoolismo e a depressão materna.

Assim, as condições oferecidas por determinadas práticas parentais desfavorecem as relações afetivas, importantes para a ocorrência dos processos desenvolvimentais, baseadas em reciprocidade, equilíbrio de poder e relação afetiva (BRONFENBRENNER, 1996). Segundo Cecconello, De Antoni e Koller (2003), as relações de poder dentro da família influenciam amplamente os estilos parentais e

as práticas educativas utilizadas. A falta extrema de afeto ou a rejeição gera consequências negativas para o desenvolvimento.

Diante da complexidade do fenômeno da violência, esse deve ser compreendido ecologicamente, através da perspectiva social, familiar e pessoal (GARBARINO & ECKENRODE, 1997). Se existe escassez de ambientes e falta de conexão entre eles, o mesossistema não se configurará como uma rede, produzindo um fator de risco. Para Koller (1999), os fatores de risco presentes no nível macrossistêmico são: aceitação cultural da violência, visão cultural de posse da criança, ausência de comprometimento com os direitos da criança e da mulher e violência na mídia. A maternidade solteira (famílias uniparentais), maternidade na adolescência e ausência do pai também configuram no nível microssistêmico condições favoráveis para a ocorrência de abuso intrafamiliar, além de fatores pessoais como personalidade hostil, doença mental ou transtorno de humor por parte dos abusadores (CECCONELLO E COLS., 2003).

Pais que receberam educação severa e/ ou foram vítimas de maus tratos na infância apresentam maior risco de repetir a experiência com seus próprios filhos (BELSKY, 1980).

Em relação aos primeiros seis anos de vida, Oliveira (2002) chama atenção para o fato de que o brincar do ser humano desta faixa etária tem uma significação especial, uma vez que é condição de todo o processo evolutivo neuropsicológico saudável e também por ser veículo da manifestação da forma como a criança está organizando sua realidade e lidando com seus conflitos. O brincar introduz a criança de forma gradativa, prazerosa e eficiente no universo sócio-histórico-cultural e embasa o processo de ensino/aprendizagem favorecendo a construção da reflexão, da autonomia e criatividade (OLIVEIRA, 2002). Estas narrativas dão forma aos seus desejos e emprestam-se como um cenário de seus sonhos, aguçando sua imaginação e favorecendo seu processo de simbolização, tão necessário à sua inserção em mundo civilizado e cultural (RADINO, 2003).

Como referencial teórico, utilizou-se a Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner e pressupostos teóricos da psicanálise que validam a importância e pertinência das atividades simbólicas e narrativas orais para o desenvolvimento infantil.

As recomendações da pesquisa, ao considerar e constatar a influência da cultura enquanto um fator muito determinante na instalação da violência, ressalta-se

a importância de ampla conscientização social sobre violência intrafamiliar em campanhas publicitárias, programas de orientações contínuas dentro de equipamentos das Unidades de Saúde da Família, hospitais, entre outros equipamentos sociais que possibilitem uma mudança de valores e idéias que estão, ainda hoje, relacionados às formas de se educar uma criança (ALVES, 2007; FERRARI & VECINA CITADO POR SANTOS & MORE, 2006).

É possível ainda intervenções através de programas preventivos em escolas, igrejas e centros comunitários, já que constituem aparatos institucionais e físicos importantes na constituição do mesossistema, sendo coadjuvantes da promoção do desenvolvimento da criança.

A pesquisa: *Perspectiva dos pais sobre educação e castigo físico* apresentada ao Departamento de Enfermagem Básica da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, teve como objeto de pesquisa: punição física e objetivos descrever a percepção dos pais acerca do castigo físico, considerando-se o significado da educação e punição física, e formas de educar, o local da pesquisa: Unidade Básica de Saúde e na Secretaria de Assistência Social de Belo Horizonte (MG) em 2006.

Na unidade de análise foram abordados 31 familiares, estando 12 sob tutela por denúncia de maus-tratos e 19 não tutelados. Procedeu-se à análise de discurso dos relatos obtidos por meio de entrevistas semi-estruturadas, os dados foram organizados em temas e categorias.

Questões norteadoras, do ponto de vista da ciência e cada vez mais dos profissionais que se ocupam da atenção à criança, os castigos físicos são tidos como violência; A não percepção como violência por quem o pratica, devido à difusão e aceitação social da prática, o uso do castigo físico é por vezes explicitado como procedimento rotineiro e normal; Nos meios populares pode chegar a ser motivo de vanglória e é frequentemente cobrado dos pais e familiares pela sociedade em situações de transgressões pelas crianças das normas de convivência adotadas no grupo social a que pertence; Não encarar o castigo como violência, pois aprendem precocemente, que é “normal” ou até desejável apanhar dos pais; Riscos e seqüelas desta prática para a criança; Simples palmadas coexistem com os espancamentos, sendo justificadas da mesma forma: a necessidade educativa; Tendência ao aumento da intensidade e frequência, levando a um círculo vicioso que pode desembocar em situações trágicas, efeitos deletérios, às vezes

catastróficos, sobre o desenvolvimento afetivo, social e cognitivo da criança, com graves repercussões na vida adulta.

As dimensões teóricas abordadas, Bessa *et al*, a punição física muitas vezes é utilizada de maneira descontrolada, mais como alívio para quem bate do que como meio disciplinar. Zagury postula que em algumas situações, mesmo apanhando e com medo, a criança identifica esse ato como humilhante, encontrando forças para enfrentar os pais, quando dizem “Nem doeu”. Lieder *et al*, a condenação do ato agressor foi atribuída por alguns pais a essa experiência. Renner & Slack concluíram pela existência de fraco suporte para sustentar a hipótese da transmissão de violência, mostrando que essas crianças serão mais sujeitas a serem vitimizadas do que vitimizadoras quando adultos.

As recomendações consistem em ações para diminuir a violência devem considerar todos os determinantes, dentre eles as questões culturais. Especificamente, a questão da aceitação social do castigo deve ser aprofundada com o objetivo de intervenções visando a sua “desconstrução” para dar lugar às formas educacionais menos lesivas para as crianças. Os resultados apontaram a restrição dos discursos dos entrevistados em função das suas condições de produção. Reforça ações de repressão legal à prática que poderia contribuir para acelerar o processo de interdição do castigo físico.

A pesquisa intitulada como Violência doméstica: *a interdisciplinaridade como mediação no espaço escolar*, foi apresentada à Universidade Federal de Alagoas – Educação. As linhas de pesquisa foram a história e política da educação: estudo das teorias sobre a História da Educação e o Estado moderno e suas repercussões no campo das políticas educacionais do cenário brasileiro e alagoano, bem como suas implicações para a prática e a formação docente.

Esta dissertação encontrada, analisa a ação interdisciplinar na escola como mediação para intervir nas questões relacionadas à violência doméstica, visando o entendimento do espaço escolar enquanto lugar que possibilita a compreensão desse fenômeno praticado contra crianças e adolescentes, dando-lhe assim o “*status*” de questão pública. A pesquisa é de cunho qualitativo. O método privilegiou o diálogo e a observação participante. Este trabalho é fruto de uma pesquisa de 16 meses junto à comunidade de uma escola pública estadual de ensino fundamental do município de Maceió. A pesquisa pretende contribuir para o currículo escolar, pois propõe a superação da fronteira disciplinar do currículo tradicional e de princípios

pedagógicos ou epistemológicos tradicionais. Para isso, a interdisciplinaridade é trazida à discussão, vendo-se nela a possibilidade de corrigir possíveis erros de uma ciência compartimentalizada e produzida nos moldes de uma sociedade capitalista. Nesta pesquisa defende-se a tese de que a ação interdisciplinar no espaço escolar possibilita dar voz a crianças, reconhecendo sua dor e estimulando esses(as) participantes a dizer “não” em situações de violência, num processo de reconhecimento dos seus direitos e de reconstrução de sua auto-estima. Isso se dará através da superação do distanciamento existente na relação educador(a) – educando (a) nos processos das atividades pedagógicas através da construção de formas mais espontâneas de expressão sobre o que meninos e meninas pensam e sentem, sem se prender a protótipos e estigmas.

Este trabalho teve como pretensão contribuir para uma problemática atual que atinge milhares de crianças e adolescentes no mundo, partindo de um espaço singular no estado de Alagoas, apresentando elementos complexos do todo social, econômico, político e cultural que envolve o silenciamento sobre a questão na comunidade pesquisada.

3.2 Quanto ao eixo da educação

As dificuldades lingüísticas na aquisição da escrita e agressividade, foi uma pesquisa apresentada no curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Psicologia da Universidade de São Francisco. O objeto de pesquisa investigado foram as dificuldades lingüísticas, os objetivos foram voltados para a relação entre dificuldades lingüísticas da escrita e agressividade, em estudantes de 8 a 12 anos. O local da pesquisa se deu na participação voluntariamente da pesquisa 834 estudantes de cinco escolas.

A unidade de análise foi de 834 alunos de escolas estaduais e particulares usando o teste Escala de Agressividade para Crianças e Jovens (ditado composto por palavras com dificuldades lingüísticas). Suas questões norteadoras foram inseridos nessa problemática, buscando a relações entre dificuldade de aprendizagem na aquisição da escrita e afeto, mais especificamente, a agressividade; Centra na primeira fase, mais especificamente, durante a aquisição dos mecanismos da transformação fonema-grafema; O aumento na violência na escola destaca a necessidade de compreender sua dinâmica, pois geralmente está

associada a outras condutas como rejeição entre colegas ou pares, fracasso escolar, delinquência e abuso de drogas (KUPERSMIDT & COIE, 1990); por sua vez, as dificuldades de aprendizagem talvez não causem a agressividade, mas podem ser mais intensas nas crianças já agressivas.

Na orientação teórica, Piaget (1964) analisou o desenvolvimento das estruturas cognitivas e sua integração com os aspectos afetivos, defendendo que ambos, cognição e afeto, se constroem sincronicamente e são indissociáveis da ação que os possibilitam. Para o autor não existiriam estados puros de afetividade, pois sempre estariam associados a elementos cognitivos, sendo o primeiro a defender essa relação intrinsecamente construída.

Martinelli (2001), defende uma relação entre os fatores afetivos e os atos inteligentes, uma vez que, em qualquer atividade, são observados interesses e desejo de realização. Sisto, Boruchovitch, Brenelli, Fini, Martinelli e Urquijo (2001) relatam as manifestações emocionais de crianças com problemas escolares, mencionam desadaptação, ansiedade, déficit de atenção, imaturidade emocional no controle dos impulsos e dificuldades de superar as demandas sociais, entre outras. Há também as que se sentem deprimidas ou isoladas socialmente, furiosas e expressando raiva (SISTO, 2004).

Escoriza Nieto (1998); Sánchez Miguel & Martínez Martín (1998), esses autores defendem que a gravidade das dificuldades na escrita pode ser classificada em um contínuo, que vai desde erros na soletração a erros de sintaxe, passando pela estruturação ou pontuação das frases até a organização de parágrafos. Ajuriaguerra (1988), a aquisição da escrita dá-se em base a um certo grau de desenvolvimento intelectual, motor e afetivo e observou três grandes etapas para o desenvolvimento do grafismo infantil.

Crianças agressivas não populares exibem mais comportamentos desatentos ou fora da tarefa dada (LOCHMAN & LAMPRON, 1985) e mais comportamentos imaturos em relação às crianças agressivas e aceitas entre pares (DUBOW, 1988).

No contexto escolar, a agressividade pode conduzir à rejeição por colegas ou pares (DODGE, BATES, & PETTIT, 1990) e possibilitaria relações com pares marginais, os quais, no começo da adolescência, facilitariam o caminho para atividades delinquentes (CAIRNS, CAIRNS, NECKERMAN, FERGUSON, & GARIEPY, 1989; por exemplo). No entanto, os estudos de Bierman, Smoot e

Aumiller (1993) e Coie, Terry, Lenox, Lochman e Hyman (1996), entre outros, concluíram que metade das crianças fisicamente agressivas na escola elementar foi rejeitada por seus pares, levando-os a enfatizarem que nem todas as crianças agressivas se relacionaram com colegas problemáticos.

As crianças expostas a interações agressivas com suas mães e entre seus pais tenderam a ser agressivas (PATTERSON, 1982). Por sua vez, Ensminger (1981) constatou a existência de uma relação entre agressividade relacionada à estrutura familiar e dificuldades de aprendizagem. Nas crianças com dificuldade de aprendizagem muitos dos problemas, comuns às outras crianças, exacerbam-se, entre eles o autoconceito escolar como bem o demonstraram Carneiro, Martinelli e Sisto (2003). Elas são normalmente descritas como desorganizadas, nervosas, impulsivas, inquietas, irresponsáveis, entre outros adjetivos (FONSECA, 1995). Normalmente se observam uma subestimação e fragilidade do autoconceito e raramente elas antecipam as consequências de seu comportamento.

Dentre os problemas emocionais mais freqüentes e com maior repercussão na aprendizagem escolar, Cruz (1999) elenca, entre outros, instabilidade emocional, reações comportamentais bruscas, tensão nervosa, inquietação, desobediência, falta de controle e reduzida tolerância à frustração. Smith e Strick (2001) relataram que alunos com dificuldades de aprendizagem manifestaram sentimentos de raiva ou hostilidade de forma verbal (sarcasmos, palavrões) ou física (destruição de objetos da escola, provocações, lutas físicas, ataques de raiva); comportamento de busca de emoções (perigo, violência ou atividades ilegais, atração por velocidade, altura, por exemplo); e comportamento anti-social, tais como a desobediência às regras e às figuras de autoridade; entre outros.

As recomendações ou sugestões desta pesquisa foram quanto à relação entre agressividade e dificuldades de aprendizagem na escrita, não foi encontrada qualquer pesquisa publicada que a estudasse.

A Violência doméstica e desempenho escolar: desafios para o Judiciário e para a Educação Especial foi tema da pesquisa de Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de São Carlos - Educação Especial (Educação do Indivíduo Especial). A linha de pesquisa foi voltada para a atenção primária e secundária em educação especial: prevenção de deficiências, onde estuda fatores de risco em relação às necessidades educativas especiais e desenvolve

procedimentos para diagnóstico e prevenção que possam ser aplicados em serviços públicos de educação e saúde, com objetivos de atenção primária e secundária.

A violência doméstica tem como vítimas preferenciais crianças, bem como, as mulheres, os idosos e os incapacitados. A criança pode ser vítima direta ou indireta (no caso de estar exposta à violência conjugal) do referido fenômeno. A criança maltratada pode ter danos em seu desenvolvimento cognitivo e apresentar declínio no rendimento escolar. Os objetivos desse estudo foram: a) caracterizar o desempenho escolar das crianças vitimizadas atendidas no Fórum Judicial (Estudo 1) e b) identificar as concepções dos professores e dos diretores de escola sobre violência doméstica e inclusão escolar (Estudo 2).

Participaram do Estudo 1, 20 crianças vitimizadas, 10 do sexo masculino e 10 do sexo feminino, que foram comparadas, quanto ao desempenho escolar, com seus pares da mesma sala de aula, mesmo sexo e mesma faixa etária, mas sem histórico de violência em casa e suas respectivas mães. No Estudo 2, participaram 18 professoras e 10 diretoras de escola. As crianças responderam a três instrumentos: Teste de Desempenho Escolar (TDE), Inventário de Estilos Parentais (IEP) e Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (Escala Especial). As mães responderam a uma entrevista e preencheram a Escala de Táticas de Conflitos Revisada (CTS-2). As crianças também apresentaram para análise o caderno escolar. As professoras e diretoras das escolas responderam a uma entrevista e as professoras também apresentaram o Boletim Escolar e deram sua opinião sobre o desempenho escolar das crianças participantes.

De modo geral, os resultados indicaram que as crianças vitimizadas têm um desempenho acadêmico inferior quando comparadas com o grupo controle; com exceção do Teste de Raven, com resultados similares para ambos os grupos. De acordo com as professoras, as crianças maltratadas têm desempenho acadêmico inferior em relação a seus pares, além de problemas de disciplina e comportamento agressivo. Os resultados da CTS-2 indicaram que a maioria das crianças vitimizadas estava exposta à violência conjugal, na maioria dos casos a vítima era a mãe da criança. As professoras e as diretoras de escola demonstraram possuir algumas noções sobre violência doméstica e com relação à inclusão escolar, os profissionais revelaram conhecimentos superficiais, bem como se mostraram resistentes a tal movimento.

A Violência contra crianças na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo: a prevalência dos maus-tratos calculada com base em informações do setor educacional, pesquisa apresentada na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto, teve como objeto de pesquisa: maus-tratos domésticos. Os objetivos consistiram em estimar a prevalência dos maus-tratos domésticos contra crianças, com idade variando de 0 a 10 anos, frequentando estabelecimentos educacionais públicos e privados da cidade de Ribeirão Preto, São Paulo.

O local da pesquisa se deu em 40 escolas públicas e particulares. A coleta dos dados junto aos educadores/professores se deu entre os meses de maio e outubro de 2005. A unidade de análise foi feita mediante informações coletadas junto a educadores/professores, caracterizando-o em modalidades como sexo, idade e tipo de estabelecimento. Tipo de escola (pública e particular), foi empregada uma versão da Cartilha Epidemiológica proposta por Bringiotti.

Sobre as questões norteadoras da pesquisa, acredita-se que uma parte das violências contra a infância/adolescência nem seja reconhecida como tal e outra, mesmo que identificada, não é notificada. As orientações teóricas abordadas se detém sobre as possibilidades de acesso aos casos de maus-tratos de crianças, de acordo com Lavergne & Tourigny, podendo ser concebidas segundo um modelo cuja representação é uma pirâmide, composta por três níveis de acesso a informações, sendo o topo da pirâmide, ou primeiro nível, o local dos casos conhecidos dos serviços oficiais de proteção (casos notificados), bem como os registros realizados em outras instituições com papel de controle social como a polícia.

No setor da educação, não se observam muitos avanços. Embora as investigações constatem que seus profissionais têm capacidade para identificar casos de maus-tratos, omitem-se da responsabilidade de lidar com o problema por diferentes razões. Já, as negligências, em seu turno, seriam mais perceptíveis/valorizadas em contextos como os da educação dada à atenção diferenciada dos educadores aos indicadores emocionais/comportamentais, que sobressaem na convivência com as crianças.

Segundo Bringiotti, esse tipo de atitude parental é cada vez mais comum, em todos os setores sociais, associando-se, frequentemente, ao aparecimento de comportamento de excessiva independência, agressões, fugas de casa e procura por pares conflitivos nas crianças. As recomendações ou sugestões desta pesquisa devem ser no sentido do dimensionamento fidedigno dela sendo um desafio a ser

enfrentado, pois se constitui a etapa inicial para o desenvolvimento de programas para o seu enfrentamento. Nesse campo, colocam-se questões relativas à identificação e à notificação dos casos.

De acordo com os autores, a maioria das pesquisas lidam com informações disponíveis nesse nível, reportando uma taxa que tende a retratar mais o funcionamento dos órgãos oficiais, que o fenômeno em si, circunscrevendo especialmente os casos de maus-tratos mais visíveis e/ou graves. Essa constatação é preocupante, justificando ações para compreender esse panorama no setor educacional, que remete à omissão de profissionais que legalmente não poderiam deixar de notificar. Fato é que os novos marcos sociais e legais relativos à proteção infantil não estão totalmente integrados à prática dos profissionais que atuam diretamente com as crianças.

Quanto à negligência, há menos dados. Investigações internacionais sublinham a necessidade de intensificar investigações específicas considerando esse objeto pois tudo indica que o seu impacto é particularmente prejudicial ao desenvolvimento e que muitos casos de óbitos de crianças, explicados como “acidentes domésticos”, a têm por detrás.

O Desempenho Escolar da Criança Vitimizada encaminhada ao Fórum Judicial foi tema de dissertação de mestrado apresentada na Universidade Federal de São Carlos, tendo como objeto de pesquisa o desempenho escolar. Os objetivos foram o de caracterizar o desempenho escolar da criança vítima de violência doméstica atendida no Fórum Judicial seja de maneira direta (alvo do abuso) e/ou indireta (exposição à agressão conjugal). O local da pesquisa foi a coleta de dados com as crianças e com as professoras realizada nas escolas e com as mães, a coleta ocorreu em suas respectivas residências. Quanto a unidade de análise, participaram deste estudo 40 crianças de ambos os sexos, e 20 crianças vitimizadas comparadas com seus pares da mesma sala de aula, mesmo sexo e mesma faixa etária, mas sem histórico de violência doméstica, suas respectivas mães e professoras. As 40 mães e 18 professoras das crianças selecionadas para compor o GA e o GB também participaram da pesquisa. As crianças responderam ao Teste de Desempenho Escolar, Inventário de Estilos Parentais e ao Teste de Raven (Escala Especial) e apresentaram o caderno escolar. As mães responderam a uma entrevista e a Escala de Táticas de Conflitos Revisada (CTS-2). As professoras apresentaram sua opinião sobre o desempenho acadêmico dos participantes.

Este trabalho permitiu caracterizar o desempenho escolar da criança vitimizada (GA), bem como traçar um perfil do seu contexto familiar, comparando-a com a criança não vitimizada (GB). As questões norteadoras desta pesquisa, enunciam que mesmo com os serviços existentes e com o amparo da legislação, estima-se que a violência doméstica marque a sua presença em nossa sociedade, atingindo um grande número de famílias. Os dados nacionais sobre o fenômeno em discussão são escassos e, geralmente, são relativos a amostras muito específicas (BRINO, 2002).

A orientação teórica abordada traz a violência que ocorre no ambiente familiar e que recebe a denominação de violência intrafamiliar ou doméstica. Tal fenômeno tem como vítimas preferenciais os idosos, os incapacitados, as crianças e a mulher. Essa violência pode causar ferimentos ou a morte da vítima. A violência doméstica não distingue classe social, etnia, credo religioso etc. (SAFFIOTI, 1997).

Para proteger, assegurar e defender os direitos da criança e do adolescente, o Brasil tem uma das leis mais avançadas do mundo, trata-se do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei Federal nº 8.069, de 13/07/90 (Brasil, 1990). O ECA consagra para a infância e juventude os direitos fundamentais prescritos no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 (MORAES, 2004). Ainda para a proteção da criança e do adolescente, foram criados, na década de 80, o Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância (CRAMI) e a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (ABRAPIA).

Mesmo com os serviços existentes e com o amparo da legislação, estima-se que a violência doméstica marque a sua presença em nossa sociedade, atingindo um grande número de famílias. Os dados nacionais sobre o fenômeno em discussão são escassos e, geralmente, são relativos a amostras muito específicas (BRINO, 2002). A literatura indica que a criança vitimizada tem o desenvolvimento prejudicado. Os efeitos nocivos da exposição (direta e/ou indireta) à violência intrafamiliar podem ser observados no funcionamento cognitivo e emocional e na vida escolar e social (WOLFE, CROOKS, LEE, MCINTYRE-SMITH & JAFFE, 2003). Assim, a violência doméstica deixa sequelas na saúde mental da criança. Os sintomas citados com mais frequência na literatura são: falta de motivação, isolamento, ansiedade, comportamento agressivo, depressão e baixo desempenho escolar (BRANCALHONE, FOGO & WILLIAMS, 2004).

Com relação ao declínio do desempenho escolar da criança vitimizada, fala-se em: dificuldade de aprendizagem, pouco aproveitamento, falta de motivação, evasão escolar, repetência e necessidade de educação especial (BRANCALHONE & COLS., 2004).

Nos Estados Unidos da América, Veltman e Browne (2001) realizaram uma análise dos estudos sobre violência doméstica produzidos nas últimas três décadas e constataram que a maioria deles mostrou que a criança vitimizada tinha atraso cognitivo e na área de linguagem. Os autores constataram, ainda, que em 91% dos estudos as crianças que sofriam violência em casa tinham baixo desempenho escolar e, frequentemente, estudavam em classe especial. Segundo Barnett (1997), Veltman e Browne (2001), a violência intrafamiliar, geralmente, está associada a outras condições adversas, que comprometem o rendimento escolar e a cognição.

As recomendações ou sugestões desta pesquisa informam que a revisão da literatura dos últimos 10 anos sobre violência doméstica revela a existência de muitas publicações no Brasil e no exterior. No entanto, quando se busca a associação desse tema com desempenho escolar, o volume de pesquisa se restringe.

A associação entre desempenho escolar e violência doméstica é um importante tema de pesquisa, pois tais aspectos representam questões essenciais na vida de muitas crianças, interessando, assim, aos profissionais não só da Educação e da Educação Especial, como da Psicologia Escolar, Psicologia do Desenvolvimento e Psicologia Jurídica, enfim, para todos que procuram respostas para o atendimento adequado às vítimas da violência que ocorre no interior dos lares. Assim, face ao número alarmante de vítimas de violência doméstica, é preciso conduzir mais pesquisas que mostrem os reflexos de tal fenômeno no rendimento escolar de crianças vitimizadas de maneira direta e/ou indireta (ASSIS, 2002).

A Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo, pesquisa apresentada na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde teve como objeto de pesquisa a violência educação e sociedade. Teve como objetivos fundamentais o de tentar examinar alguns dos pontos mais importantes desse fenômeno, como examinar aspectos conceituais, mostrando os diferentes significados que definem a violência, o crime e a transgressão; discute-se também a relação da violência com a racionalidade, dentre outros.

A unidade de análise tenta examinar alguns dos pontos mais importantes desse fenômeno. O primeiro diz respeito aos aspectos conceituais, mostrando os diferentes significados que definem a violência, o crime e a transgressão; discute-se também a relação da violência com a racionalidade. O segundo aborda a relação da violência com as condições históricas, sociais, econômicas e políticas da sociedade. O terceiro, enfim, discute o papel da educação, em geral, e da educação escolar, em particular, para preparar as novas gerações para um tipo de relações sociais que torne desnecessária a violência.

A metodologia da pesquisa e as questões norteadoras, foram: Matérias diárias dos noticiários nacionais onde a violência tornou-se uma preocupação constante da população no Brasil, o que é novo são as formas inusitadas e destemidas com que ele se apresenta hoje no Brasil. Matérias diárias de alguns anos para cá dos noticiários nacionais da imprensa e da televisão, onde a questão da violência tornou-se uma das principais preocupações, senão a principal, das pessoas no Brasil, como vêm mostrando-o algumas pesquisas nacionais de opinião pública.

Orientação teórica da pesquisa, os significados que o Dicionário da Língua Portuguesa (BUARQUE DE HOLANDA, 1975) atribui à palavra “violência” não traduzem a densidade semântica que ela adquire no imaginário coletivo. Há filósofos e antropólogos que vêem a violência como uma característica própria do mundo sagrado (MAKARIUS, 1974; GIRARD, 1972; CAILLOIS, 1950) no qual, em contraposição ao mundo profano, onde reina a ordem e a lei, não existe, por definição, nem lei nem ordem. Tal condição torna as crianças e os adolescentes autores de atos contrários à lei penal “legalmente inimputáveis”, a saber: embora exista a configuração legal do ato, seus efeitos penais não se aplicam ao seu autor, sendo indicadas no próprio Estatuto outras medidas sócio-educativas adequadas em cada caso (PINO, 1990).

Ora, se a violência é irracional, não é por ser obra de um ser desprovido de razão, mas por ser, paradoxalmente, o produto de uma razão perigosamente racional. É o que ocorre quando certos mecanismos racionais, como a “simplificação”, que reduz tudo a um único princípio explicativo, e a “polarização”, que vê a realidade como feita unicamente de elementos antagônicos e irreconciliáveis (HACKER, 1972), deixam o indivíduo sem alternativas.

Segundo as análises de Foucault (1972), a experiência de uma “razão louca” e de uma “loucura razoável” era familiar à Renascença, sendo no racionalismo cartesiano do século XVIII que a loucura deixa de ser uma experiência dramática de crítica da razão para tornar-se manifestação do erro. Tempos depois, a psiquiatria nascente do século XIX introduz os estranhos conceitos de moral insanity, de Prichard (1835), e de folie morale, de Esquirol (1838). A idéia de uma “loucura da mente” é substituída por uma “loucura moral”, sem alteração das funções mentais. Todavia, existem alguns obstáculos epistemológicos, para usar os termos de Bachelard (1972), que dificultam sua explicação, quando ela colide com os conceitos que se tem dos aspectos que compõem a problemática social e dos atos humanos.

A teoria freudiana das pulsões faz da “pulsão de morte” a fonte das tendências destrutivas do homem. Eros e Thanatos (Amor e Discórdia) são, para Freud, que segue a perspectiva do dualismo moral, os dois grandes protagonistas míticos que regem o drama da existência humana. A respeito do caráter “normal” ou “anormal” da violência, vale lembrar as análises de Durkheim, no seu livro clássico de 1937, as regras do método sociológico, onde utiliza o exemplo do crime para mostrar a aplicação dessas regras numa sociologia positiva dos “fatos sociais”, colocando algumas idéias relativamente polêmicas.

As recomendações ou sugestões desta pesquisa foram voltadas para, uma questão importante e desafiadora que é saber, se a violência pode ser racionalmente explicada, na medida em que ela é uma qualidade de certos atos humanos, inseridos no repertório das condutas sociais, então deve ser explicável.

A pesquisa intitulada: *A Violência doméstica como tema de estudo em programas de pós-graduação no estado do Rio de Janeiro* foi apresentada, na Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio), tendo como objeto de pesquisa a produção discente. Os objetivos da pesquisa foram discutir os resultados de uma pesquisa que objetivou mapear a produção discente (dissertações e teses) no âmbito da violência doméstica, entre 1990 e 2006, em programas de pós-graduação em Serviço Social, Psicologia e Saúde Pública de instituições localizadas no estado do Rio de Janeiro.

As publicações das dissertações e teses foram investigadas nas instituições Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) – Programas de Serviço Social e Psicologia Clínica; Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – Programas de Serviço Social e Psicologia; Universidade do Estado do Rio de

Janeiro (UERJ) – Programas de Serviço Social, Psicologia Social e Saúde Coletiva; Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), especificamente a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) – Programa de Saúde Pública e o Instituto Fernandes Figueira (IFF) – Programa de Saúde da Criança e da Mulher; e Universidade Federal Fluminense (UFF) – Programas de Serviço Social e Psicologia realizados nas bibliotecas locais e pela Internet.

As unidades de análise foram programas de pós-graduação em Serviço Social, Psicologia e Saúde Pública de instituições localizadas no estado do Rio de Janeiro pesquisa documental de cunho exploratório, realizada através do levantamento e da catalogação dos resumos das dissertações e teses, com a metodologia da pesquisa e as questões norteadoras, entendida como uma forma de relação social abusiva, a violência doméstica em um espaço que deveria ser marcado pelo afeto, parentesco, dependência e confiança, ou seja, o espaço familiar. Este momento histórico e os marcos legais que dele emergem, como mediações engendradas na dinâmica da própria sociedade, possibilitam o incremento de referências temáticas, tais como a violência doméstica, transformadas em objeto de investigação.

Teorias ou dimensões teóricas abordadas foram: embora Kowarick (1995, p. 46) afirme que no processo de produção de conhecimento não existe uma relação linear entre as realidades de determinada sociedade e a produção de conhecimento nela existente, ele também considera que possa haver uma influência recíproca. Tais resultados fazem eco ao constatado por Assis e Constantino (2003, p. 183): [...] a década de 90 colocou o tema da Violência contra Crianças e Adolescentes, de forma muito ampla, na pauta da geração de conhecimento científico e de formulação de estratégias sociais. O que foi produzido, frequentemente fundamentado na lei de proteção que se constituiu com o ECA, avançou na compreensão do fenômeno [...]

O fato de as produções sobre este último grupo representarem quase o dobro em relação aos trabalhos que têm como foco as mulheres também corrobora a constatação de Assis e Constantino (2003). A esse respeito, Minayo e Souza (2003, p. 233) registram que: no caso brasileiro, o tema apenas está sendo tocado e problematizado, fato que pode ser atribuído, ao lado de uma falta de prioridade, à novidade do crescimento acelerado de um grupo populacional que, até bem poucas décadas, não era tão significativo. [...] Infelizmente, o estágio inicial em que se encontra o tratamento do tema nos permite apenas dizer que ele passou a fazer

parte da pauta dos estudiosos do impacto da violência sobre a saúde, mas apenas na segunda metade da década de 90.

Os estudos referentes a mais de um grupo somam nove dissertações e teses, representando 13% do total de produções sobre violência doméstica. A literatura sobre o tema (FURNISS, 1993; KAMEYAMA, 1998; SOARES, 1999; OLIVEIRA; FERNANDES, 2007) costuma referir a ocorrência concomitante, em uma mesma família de mulheres e sua prole tanto sendo vitimadas pelo mesmo perpetrador como também autoras de violência contra seus filhos.

Neste segmento etário, chama a atenção a alta prevalência de estudos sobre violência psicológica, dada sua pouca frequência na literatura brasileira, apesar de descrita pelos estudiosos como extremamente insidiosa e estando na base de outros tipos de violência (GUERRA, 1985, AZEVEDO; GUERRA, 1989, OLIVEIRA; FERNANDES, 2007). As recomendações ou sugestões, revelaram a falta de estudos na prevalência de pesquisas voltadas para o segmento infanto-juvenil, a mudança de foco da caracterização do fenômeno para a discussão de sua dinâmica, e o reduzido número de trabalhos sobre idosos.

A pesquisa intitulada como, *a Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano*, foi tema da tese de Doutorado apresentada a Universidade de Brasília, tendo como objeto de Pesquisa a família e escola. Os objetivos são as contribuições destes contextos (família e escola) para a promoção do desenvolvimento humano, enfatizando suas implicações nos processos evolutivos. A metodologia da pesquisa e as questões norteadoras foram que a escola e família constituem dois contextos de desenvolvimento fundamentais para a trajetória de vida das pessoas; considerações sobre a necessidade de compreender as inter-relações entre escola e família, visando facilitar a aprendizagem e desenvolvimento humano; A integração entre esses dois contextos é destacada como desafio para a prática profissional; Os ambientes familiares e escolares são descritos como contextos de desenvolvimento humano, ressaltando a importância do estabelecimento de relações apropriadas entre ambos.

As dimensões teóricas abordadas são voltadas para que a escola e a família compartilham funções sociais, políticas e educacionais, na medida em que contribuem e influenciam a formação do cidadão (REGO, 2003). A integração entre escola e família tem despertado, recentemente, o interesse dos pesquisadores (DAVIES, MARQUES & SILVA, 1997; MARQUES, 2002; OLIVEIRA & COLS., 2002),

principalmente no que se refere às implicações deste envolvimento para o desenvolvimento social e cognitivo e o sucesso escolar do aluno.

A família, presente em todas as sociedades, é um dos primeiros ambientes de socialização do indivíduo, atuando como mediadora principal dos padrões, modelos e influências culturais (AMAZONAS, DAMASCENO, TERTO & SILVA, 2003; KREPPNER, 1992, 2000). A família é vista como um sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, idéias e significados que estão presentes nas sociedades (KREPPNER, 2000). Portanto, as transformações tecnológicas, sociais e econômicas favorecem as mudanças na estrutura, organização e padrões familiares e, também, nas expectativas e papéis de seus membros. E a constituição e a estrutura familiar, por sua vez, afetam diretamente a elaboração do conhecimento e as formas de interação no cotidiano das famílias (AMAZONAS & COLS., 2003; CAMPOS & FRANCISCHINI, 2003).

No ambiente familiar, a criança aprende a administrar e resolver os conflitos, a controlar as emoções, a expressar os diferentes sentimentos que constituem as relações interpessoais, a lidar com as diversidades e adversidades da vida (WAGNER, RIBEIRO, ARTECHE & BORNHOLDT, 1999). Essas habilidades sociais e sua forma de expressão, inicialmente desenvolvidas no âmbito familiar, têm repercussões em outros ambientes com os quais a criança, o adolescente ou mesmo o adulto interagem, acionando aspectos salutareis ou provocando problemas e alterando a saúde mental e física dos indivíduos (DEL PRETTE & DEL PRETTE, 2001).

Os membros de famílias contemporâneas têm se deparado e adaptado às novas formas de coexistência oriundas das mudanças nas sociedades, isto é, do conflito entre os valores antigos e o estabelecimento de novas relações (CHAVES, CABRAL, RAMOS, LORDELO & MASCARENHAS, 2002). Como parte de um sistema social, englobando vários subsistemas, os papéis dos seus membros são estabelecidos em função dos estágios de desenvolvimento do indivíduo e da família vista enquanto grupo (DESSEN, 1997; KREPPNER, 1992, 2000).

Sendo composta por uma complexa e dinâmica rede de interações que envolve aspectos cognitivos, sociais, afetivos e culturais, a família não pode ser definida apenas pelos laços de consanguinidade, mas sim por um conjunto de variáveis incluindo o significado das interações e relações entre as pessoas (PETZOLD, 1996).

Não existe uma configuração familiar ideal, porque são inúmeras as combinações e formas de interação entre os indivíduos que constituem os diferentes tipos de famílias contemporâneas (STRATTON, 2003): nuclear tradicional, recasadas, monoparentais, homossexuais, dentre outras combinações. Os padrões familiares vão se transformando e reabsorvendo as mudanças psicológicas, sociais, políticas, econômicas e culturais, o que requer adaptações e acomodações às realidades enfrentadas (WAGNER, HALPERN & BORNHOLDT, 1999).

O que ocorre na família e na sociedade é sintetizado, elaborado e modificado provocando a evolução e atualização dela e de sua história na sociedade (KREPPNER, 1992).

De acordo com Kreppner (2000), a família e suas redes de interações asseguram a continuidade biológica, as tradições, os modelos de vida, além dos significados culturais que são atualizados e resgatados, cronologicamente. O apoio parental, em nível cognitivo, emocional e social, permite à criança desenvolver repertórios saudáveis para enfrentar as situações cotidianas (EISENBERG & COLS., 1999).

Nesses casos, as instituições públicas ou privadas, incluindo a escola, têm um papel importante oferecendo apoio, direta ou indiretamente, por meio de programas de educação familiar (DESSEN & PEREIRA-SILVA, 2004) ou de elaboração de políticas públicas para a promoção da saúde. A escola constitui um contexto diversificado de desenvolvimento e aprendizagem, isto é, um local que reúne diversidade de conhecimentos, atividades, regras e valores e que é permeado por conflitos, problemas e diferenças (MAHONEY, 2002).

A escola emerge, portanto, como uma instituição fundamental para o indivíduo e sua constituição, assim como para a evolução da sociedade e da humanidade (DAVIES & COLS., 1997; REGO, 2003). Coerente com essa concepção, à escola compete propiciar recursos psicológicos para a evolução intelectual, social e cultural do homem (HEDEGGARD, 2002; REGO, 2003). A escola é uma instituição social com objetivos e metas determinadas, que emprega e reelabora os conhecimentos socialmente produzidos, com o intuito de promover a aprendizagem e efetivar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores: memória seletiva, criatividade, associação de idéias, organização e seqüência de conhecimentos, dentre outras (OLIVEIRA, 2000).

Para compreender os processos de desenvolvimento e seus impactos na

pessoa, é preciso focalizar tanto o contexto familiar quanto o escolar e suas inter-relações (POLONIA & DESSEN, 2005). Em todos estes fatores, a família exerce uma poderosa influência. Embora um sistema escolar transformador possa reverter esses aspectos negativos, faz-se necessário que a escola conte com a colaboração de outros contextos que influenciam significativamente a aprendizagem formal do aluno, incluindo a família (FANTUZZO, TIGHE & CHILDS, 2000).

As pesquisas têm demonstrado que os pais estão constantemente preocupados e envolvidos com as atividades escolares dos filhos e que dirigem a sua atenção à avaliação do aproveitamento escolar, sendo isto independente do nível socioeconômico ou escolaridade (POLONIA & DESSEN, 2005).

Conhecendo a escola e suas funções, devem-se acionar fontes promotoras de saúde tais como as redes sociais com a comunidade escolar, os profissionais da escola - psicólogos pedagogos e orientadores educacionais, que são gabaritados (ou deveriam ser) para realizar intervenções coletivas. É nesse espaço que as reflexões sobre os processos de ensino-aprendizagem e as dificuldades que surgem em sala ou em casa são realizadas (ROCHA, MARCELO & PEREIRA, 2002; SOARES, ÁVILA & SALVETTI, 2000).

A recomendação sugerida pelo autor volta-se para a necessidade de envidar esforços para melhor compreender as relações família-escola, de modo a assegurar que ambos os contextos sejam espaços efetivos para a aprendizagem e o desenvolvimento humano.

A dissertação de mestrado intitulada como, *os Efeitos de um programa de prevenção de problemas de comportamento em crianças pré-escolares de famílias de baixa renda*, foi apresentada à Universidade Federal de São Carlos, tendo como linhas de pesquisa: atenção primária e secundária em educação especial: prevenção de deficiências que estuda fatores de risco em relação às necessidades educativas especiais e desenvolve procedimentos para diagnóstico e prevenção que possam ser aplicados em serviços públicos de educação e saúde, com objetivos de atenção primária e secundária.

O objetivo do presente estudo foi avaliar os efeitos de um programa de intervenção precoce direcionado às famílias de baixa renda de uma cidade do interior do estado de São Paulo, visando prevenir o surgimento de problemas de comportamento em crianças pré-escolares, por meio do aprimoramento de práticas educativas parentais associadas ao desenvolvimento de condutas pró-sociais

(monitoria positiva e comportamento moral) e minimização do uso de práticas educativas parentais associadas ao desenvolvimento de problemas de comportamento (abuso físico e psicológico, negligência, disciplina relaxada, punição inconsistente e monitoria negativa).

Participaram do estudo dois grupos de pais, sendo que em cada grupo, participariam seis casais de pais (sendo aceito a participação de apenas um pai, ou de famílias monoparentais) e seus respectivos filhos com idade entre 6 meses a 3 anos de idade. Entretanto, efetivamente participaram quatro mães no grupo A e apenas uma mãe no “grupo” B. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com os pais, Escala de Senso de Competência Parental, Escala Parental, Inventário de Potencial para Abuso Infantil, Questionário de Avaliação do Temperamento e Questionário de Satisfação do Cliente. Além disso, foram realizadas observações da interação mãe-filho com uma família do grupo A.

A fase de intervenção consistiu em 10 sessões semanais que abordaram os seguintes temas: desenvolvimento infantil, habilidades de comunicação parental, técnicas de disciplina adequadas, violência doméstica, monitoria parental positiva, comportamento moral e para isso foram utilizadas as seguintes estratégias: vídeos, dinâmicas, discussões, role-play, técnicas de relaxamento, manejo de raiva, solução de problemas, tarefas de casa, entre outros.

Os dados obtidos por meio de entrevistas foram categorizados, visando análise sócio-demográfica dos participantes, já com relação os dados obtidos por meio dos outros instrumentos, foram realizadas comparações entre os escores totais de cada instrumento antes da intervenção, após intervenção e no Follow-up. As observações da interação mãe-filho, que eram medidas sequenciais, foram registradas em protocolos e categorizadas em gráficos comparativos entre os grupos.

Os resultados indicaram que todos os participantes estavam inseridos em um contexto de alto risco para desenvolvimento de problemas de comportamento em crianças. O Questionário de Avaliação do Temperamento indicou que todas as crianças demonstraram estilos de temperamento favorecedores para o desenvolvimento de problemas de comportamento. Com relação a Escala de Senso de Competência Parental, uma mãe aumentou seus índices de satisfação e eficácia parental, duas somente aumentaram seu nível de satisfação parental e duas mães tiveram reduções em seus níveis de satisfação e eficácia parental. Houve

decréscimo no uso de disciplina inconsistente, super-reatividade e verbalizações excessivas e inadequadas para todos os participantes.

Os dados de observação indicaram maior freqüência de interações positivas entre mães e filhos e aumento de comportamentos parentais positivos após intervenção. Como lacunas a serem preenchidas em estudos posteriores, identifica-se a necessidade de mais pesquisas que procurem investigar os procedimentos de intervenção e a formulação de parcerias com outros profissionais e com o Governo, gerando consequências mais significativas e duradouras.

Pesquisa intitulada: *As crianças expostas à violência conjugal: avaliação do desempenho acadêmico*, foi apresentada a Universidade Federal de São Carlos. baseada na Dissertação de Mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos. O objeto de pesquisa: violência conjugal e os objetivos: avaliar o desempenho acadêmico de 30 crianças em pares, sendo 15 crianças do Ensino Fundamental expostas à violência conjugal e 15 crianças não expostas à violência, do mesmo sexo e idade. O local da pesquisa: escolhidas nas mesmas salas de aula do respectivo pares 30 crianças, os professores responderam à Escala de Avaliação da Performance Acadêmica (EAPA) e forneceram o Boletim Escolar dessas crianças. Foi realizada uma entrevista com as mães dos grupos.

A unidade de análise: O TDE – Teste do Desempenho Escolar foi aplicado para constatar as áreas acadêmicas em que estas crianças apresentavam dificuldades. Estudo correlacional freqüente, em pesquisas que buscam compreender o fenômeno da violência. Os sujeitos foram crianças do Ensino Fundamental de escolas municipais e estaduais do município de São Carlos divididas entre os grupos A e B.

As dimensões teóricas abordadas, a violência doméstica abrange a agressão de crianças, de cônjuges de ambos os sexos e de idosos (SADOCK, 1996) e pode incluir agressões físicas, psicológicas e sexuais. No Brasil, as estatísticas sobre o tema são precárias e ainda se fala insuficientemente sobre a questão da violência doméstica (SAFFIOTI & ALMEIDA, 1995). Em um estudo realizado por Hilton (1992) com mulheres vítimas de violência, 55% delas relataram que suas crianças testemunharam a agressão física e psicológica que elas sofreram.

Pesquisas realizadas nos Estados Unidos estimam que entre 3,3 milhões a 10 milhões de crianças estão expostas à violência conjugal a cada ano (JAFFE &

POISSON, 2000).

Segundo Jouriles, McDonald, Norwood e Ezell (2001), a criança não precisa observar a agressão para ser afetada por ela. Assim, a criança exposta à violência conjugal é aquela que viu, ouviu um incidente de agressão à mãe, viu o seu resultado ou vivenciou o seu efeito quando interagindo com seus pais (HOLDEN, 1998). Estudos de caso acerca dos efeitos da exposição à violência conjugal em crianças tiveram início na década de 70 (FANTUZZO & LINDQUIST, 1989; KITZMANN, GAYLORD, HOLT & KENNY, 2003; KOLBO, BLAKELY & ENGLEMAN, 1996).

Penfold (1982) avaliou 17 crianças de casais em que um dos parceiros agrediu o outro, e identificou problemas de comportamento, dificuldades de aprendizagem, ansiedade, comportamento bizarro, dependência e asma. Os resultados foram congruentes aos de Wildin, Williamson e Wilson (1991), em que 75% das crianças tinham problemas de comportamento e 46% das crianças em idade escolar tinham evidência de dificuldades acadêmicas como repetência, baixas notas e necessidade de serviços de Educação Especial, além de faltas escolares causadas pelo fato de a mãe ter sido agredida.

Wolak e Finkelhor (1998) reforçam que crianças diagnosticadas e tratadas devido a problemas de saúde mental, problemas acadêmicos e sociais devem ser questionadas sobre uma possível exposição à violência conjugal.

O fato de não apresentar diferenças no desempenho acadêmico não significa que essas crianças não pudessem apresentar problemas de outra natureza, como depressão, baixa auto-estima, medo e agressividade, já documentados na literatura (CORRÊA & WILLIAMS, 2000; HOLDEN, 1998; JAFFE & COLS., 1990; KITZMANN & COLS., 2003; WOLFE & COLS., 2003). Tais hipóteses não fizeram parte do âmbito do estudo e poderiam ser exploradas em outros trabalhos.

As recomendações desta pesquisa, estão voltadas para a falta de informações oficiais dificultando a elaboração de um diagnóstico mais preciso para subsidiar políticas públicas nesta área (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 1999).

3.3 Quanto ao eixo da Psicologia e Serviço Social

A Educação Infantil diante da violência doméstica contra a criança:

compreendendo sentidos e práticas, foi tema de dissertação apresentada a Universidade de São Paulo, onde as linhas de pesquisa foram, subjetividade família e educação, focalizando os processos de constituição das subjetividades, desenvolvendo estudos relacionados a práticas sociais no âmbito das instituições familiares e educacionais, suas transformações, bem como políticas públicas e elas relacionadas.

No Brasil, apesar da existência de um aparato legal que insere a criança no mundo dos direitos humanos, há ainda a persistência da violência contra a criança, sendo a família um dos principais locus para sua ocorrência. De acordo com a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, a responsabilidade pela defesa dos direitos da criança deve ser compartilhada por todos os segmentos da sociedade, incluindo as instituições educativas. Neste sentido, e considerando sua finalidade de promoção do desenvolvimento integral da criança, cabe à Educação Infantil contribuir para o enfrentamento da violência contra a infância.

O presente estudo teve como objetivo investigar como profissionais de creche significam e lidam com a questão da violência doméstica contra a criança. As instituições-alvo da pesquisa foram duas creches localizadas em Ribeirão Preto/São Paulo: uma que não havia notificado caso de violência doméstica contra a criança no Disque Denúncia e/ou Conselho Tutelar (creche A) e outra que havia notificado caso a estes órgãos (creche B).

Assim, as reflexões realizadas, ressaltam que é de fundamental importância que a Educação Infantil reflita sobre, em quais discursos estão se pautando e como suas práticas vêm contribuindo para a proteção da criança, tanto nas creches e pré-escolas como nas famílias. Dessa forma, a Educação Infantil poderá promover/possibilitar o desenvolvimento integral das crianças cumprindo seu papel político e pedagógico.

A pesquisa intitulada, *a construção de sentidos sobre a violência doméstica por crianças vítimas* Assis, foi tema de dissertação apresentada à Universidade Est. Paulista Júlio de Mesquita Filho/Assis. As linhas de pesquisa foram: infância e realidade brasileira produzir e reunir conhecimentos a respeito da infância nos seus aspectos históricos, psicológicos e sociais, configurados nas condições presentes na realidade brasileira.

A família moderna, além de se caracterizar como o principal espaço de

socialização de seus membros, torna-se, na sociedade atual, a responsável igualmente pela sua conservação. Imersa em uma série de ideais de diferentes naturezas (religiosos, filosóficos, políticos, sociais etc.), a família é também compreendida como um lugar seguro e capaz de proporcionar o desenvolvimento sadio de seus membros. No entanto, a convivência diária de uma família possui diversas facetas distintas e nem sempre relacionadas ao ideal de família veiculado. A violência doméstica é uma dessas facetas e sua ocorrência vem justamente desmistificar o ideal que fora construído historicamente acerca do tema família. A educação através da punição é um hábito antigo que teria surgido, nos termos de Ariès (1978), à medida que a família burguesa se constituiu, por volta dos séculos XVII-XVIII, hábito que fora reforçado nos antigos colégios, onde o professor era autorizado a castigar os alunos.

Esse hábito de educar por meio da punição ainda é muito comum nas famílias atuais e tem-se legitimado pela crença de que somente dessa maneira é possível que se eduque uma criança. Os prejuízos dessa prática educativa são imensos e atingem áreas importantes da vida de suas vítimas. A vivência da violência doméstica faz, no entanto, com que a criança acabe naturalizando esse fenômeno, à medida que se apropria da violência enquanto forma de educação. Compreender a perspectiva que a criança possui sobre a situação de violência constituiu o objetivo deste estudo. Para tal, foram realizadas entrevistas junto a crianças vítimas de violência doméstica, além da utilização do diário de campo.

Percebeu-se que a criança compreende a violência como merecida, além de percebê-la como uma maneira de educação e mais, acaba tendo-a como algo natural, pertencente ao seu cotidiano. A pesquisa esteve apoiada na Perspectiva Sócio-Histórica e na teoria marxiana, visto que compreende a violência doméstica como um fenômeno que fora construído no imbricamento de condições econômico-sociais desenvolvidas ao longo da história da humanidade, assim como o desenvolvimento do psiquismo humano. Espera-se, dessa forma, colaborar no sentido da produção de conhecimento sobre o tema da violência doméstica, uma vez que o conhecimento produzido será realizado com base na perspectiva da criança sobre o fato, esfera em que trabalhos ainda são escassos.

A dissertação apresentada à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, intitulada como a *Violência contra Crianças: Uma Análise do Discurso de Professoras de Ensino Fundamental com Enfoque de Gênero* teve como linhas de

pesquisa que delimitaram este estudo as Teorias e Práticas Psicossociais e Culturais Críticas, e como pressupostos teóricos, epistemológicos e éticos a necessidade de superação entre teoria e prática e uma visão histórico-crítica da realidade, com o conseqüente compromisso de análise e intervenção nas diversas instâncias da vida social.

A violência tem se tornado tema de destaque, não só na mídia, mas também em diversos estudos acadêmicos. Além dos altos índices de homicídios e lesões intencionalmente cometidas, convivemos também com outras formas de agressão, como as que ocorrem principalmente dentro do lar: abuso sexual, negligência, maus-tratos e psicológica. Ainda que sejam riscos a que todos(as) estão expostos(as), têm como principais vítimas as mulheres e as crianças. Percebendo a escola como um importante agente de detecção e prevenção de problemas infantis, a presente investigação buscou analisar o discurso de oito professoras de ensino fundamental de escolas públicas e privadas acerca da violência doméstica entre seus(uas) alunos(as).

Para isso, foi utilizada a metodologia qualitativa através de entrevistas semi-estruturadas que versaram sobre os seguintes tópicos, entre outros: formação e experiências profissionais, cotidiano em sala de aula, principais dificuldades encontradas, como a violência se manifesta entre seus(uas) alunos(as) e as estratégias utilizadas para manejá-la, bem como questões de gênero envolvidas.

Dentre os resultados, destaca-se que as professoras de escolas públicas e particulares consideram-se em condições de perceber quando seus(uas) alunos(as) sofrem violência, mas que a responsabilidade pela solução do problema é depositada na figura de especialistas, psicólogos(as), pedagogos(as), orientadores(as) educacionais. Percebe-se, além disso, que as professoras de escola pública possuem um contato maior com o problema, mas que este também se apresenta nas escolas particulares. Por fim, faz-se uma discussão sobre a presença de um discurso psicologizante, o qual aponta como causa da violência a desintegração familiar, bem como a repetição de situações vividas na infância dos pais e mães das crianças.

Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares, tema de pesquisa que teve como objeto de pesquisa as vitimizações sexuais intra familiares. Os objetivos foram analisar as características relativas às vitimizações sexuais intra familiares cometidas contra

grupos etários categorizados segundo o critério de idade estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

O local da pesquisa foi no Centro de Referência da Criança e do Adolescente e nos Conselhos Tutelares de Ribeirão Preto-SP, no período de 1995 a 2000. A Unidade de análise foi através de documentos no CRCA e nos Conselhos Tutelares do Município de Ribeirão Preto, cujas denúncias foram registradas no período de 10 de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2000.

As questões norteadoras, dizem que a violência é hoje uma das grandes preocupações em nível mundial, afetando a sociedade como um todo, grupos ou famílias e ainda, o indivíduo de forma isolada. Fazendo parte da chamada questão social, ela revela formas de dominação e opressão desencadeadoras de conflitos. Como um fenômeno complexo, polissêmico e controverso, a violência é perpetrada por indivíduos contra outros indivíduos, manifestando-se de várias maneiras, assumindo formas próprias de relações pessoais, sociais, políticas ou culturais.

As dimensões teóricas abordadas dizem que a violência sexual adquiriu caráter endêmico, convertendo-se num complexo problema de saúde pública cujo enfrentamento torna-se um grande desafio para a sociedade. Deslandes (p. 13), como “todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a criança ou o adolescente com o intuito de estimulá-las sexualmente ou utilizá-las para obter satisfação sexual”. Rompendo antigos padrões societários, na década de 90, o Brasil realiza um importante avanço no campo dos direitos humanos, aprovando o Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir de então, esses passaram a ser juridicamente considerados como sujeitos de direitos e não mais menores incapazes, objetos de tutela, de obediência e de submissão.

Reis, utilizando o critério de idade estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, constatou um predomínio de vítimas adolescentes com idade entre 12 e 14 anos (17,9%) e crianças com nove a 11 anos de idade (13,1%).

É nesse contexto, segundo Faleiros & Faleiros, que subsiste a violência sexual de adultos contra crianças e adolescentes, onde o autoritarismo, o machismo e os preconceitos se articulam com as condições de vida das famílias e as questões e poder se manifestam nas relações afetivas na sexualidade.

As recomendações ou sugestões descritas nesta pesquisa, relatam que há falta de uniformidade de termos empregados para designar o fenômeno e a também

uma expressiva ausência de dados a respeito do agressor. O fato alerta para a necessidade de um atendimento contextualizado, no qual a ação profissional individualizada deve ceder espaço à implantação de uma rede que acolhe, trata, age e pensa de forma integrada, estariam presentes profissionais capacitados utilizando protocolos previamente definidos para atuação.

A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar, pesquisa apresentada à Universidade de São Paulo em 2005. O objeto desta foi violência doméstica física. Os objetivos, tecer uma reflexão teórica acerca da temática família, especificamente a família que apresenta a violência doméstica, com a violência física de pais e mães contra filhos.

A unidade de análise foi a leitura psicodinâmica de conceitos da Antropologia. As questões norteadoras desta dizem que o imaginário e as fantasias imperam sobre a realidade hostil de um mundo misterioso e excludente e compreensão dos aspectos sociais e produção de subjetividade dos sujeitos, das famílias e das diferentes gerações das famílias que convivem com a violência doméstica praticada por pais e mães contra seus filhos.

As dimensões teóricas abordadas são que, a Antropologia, que propõe “o estudo do homem inteiro”, leva em consideração as diferentes dimensões do ser humano que vive em sociedade, é “a ciência do homem por excelência e envolve a todos nós” (LAPLANTINE, 1988, p. 33). A reflexão do homem sobre o homem, a natureza que o cerca e a sociedade da qual ele faz parte são antigas, mas apenas no final do século XVIII, segundo Laplantine (1988), um saber científico começa a despontar, fundando a “ciência do homem”, a Antropologia.

Pathos, que além de significar sofrimento, origina ainda as palavras paixão e passividade. O pathos passa pelo corpo, mas vem de fora, fazendo-o padecer (BERLINCK, 2000). Séve (1989, p. 448) relembra um trecho de Marx, extraído de Correspondance: “a história social dos homens nunca é senão a história de seu desenvolvimento individual”.

A definição de Osório (1996, p. 16) clareia e, concomitantemente, apresenta elementos introdutórios sobre as variáveis que envolvem a conceituação: Família é a unidade grupal onde se desenvolvem três tipos de relações pessoais-aliança (casal), filiação (pais/filhos) e consangüinidade (irmãos) - e que, a partir dos objetivos genéricos de preservar a espécie, nutrir e proteger a descendência e fornecer-lhe condições para a aquisição de suas identidades pessoais, desenvolveu através dos

tempos funções diversificadas de transmissão de valores éticos, estéticos, religiosos e culturais. As origens do termo traduzem as origens da tipologia relacional estabelecida, ou, como Osório (1996) repara, a raiz etimológica refere-se à natureza possessiva dos vínculos familiares entre os povos primitivos. O autor considera que as concepções de poder e posse estão vinculadas às origens da família e à sua constituição grupal.

Bourdieu (1996) apresenta a família como principal sujeito das estratégias de reprodução, não apenas biológica, mas reprodução das relações sociais. Romanelli (2003) retoma Bourdieu e acrescenta que na análise de estratégias é importante criar a dimensão da temporalidade, já que os integrantes da família percorrem as trajetórias de vida de forma diversa dos demais. Biasoli-Alves e Simionato-Tozo (1998) ressaltam que a família, seja como conceito, seja como grupo primário, apresenta alterações ao longo dos diferentes momentos históricos e nas diversas culturas em que está inserida.

Raggio a ordem capitalista reproduz a violência assim como reproduz o capital e, para isso, reproduz sujeitos ideologicamente violentos que, por fim, produzem e consomem a violência. As recomendações ou sugestões desta pesquisa, destacam abordar a família, considerando as peculiaridades que o termo pressupõe, significa repensá-la na ordenação do passado, do presente e do futuro, numa perspectiva circular, estrutural, dialeticamente efetivada na relativização de parâmetros ditos universais.

O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica, foi tema de pesquisa apresentada a Universidade Federal de São Carlos, tendo como objeto o comportamento agressivo de crianças. Os objetivos desta foi o de estudar o comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. O local da pesquisa e os dados foram coletados inicialmente pelas professoras das crianças em três escolas de Ensino Básico de uma cidade do interior de São Paulo. Seguidamente, foram coletados dados com as mães das crianças em visitas domiciliares.

A unidade de análise foi avaliar 28 crianças do sexo masculino de 7 a 11 anos de idade e suas respectivas mães. As crianças cursavam a primeira e a segunda séries do Ensino Fundamental de três escolas públicas de uma cidade de porte médio do Estado de São Paulo, de dois bairros identificados como lugares com

alto índice de denúncias de ocorrência de violência.

As questões norteadoras dizem que a violência é um problema social grave que atinge toda a população e precisa ser estudada de diferentes maneiras. A importância do tema não pode ser solapada pela cotidianidade. As dimensões teóricas abordadas: Koller (1999), todo ato de violência tem em comum o fato de ser caracterizado por “ações e, ou omissões que podem cessar, impedir, deter ou retardar o desenvolvimento pleno dos seres humanos” (p. 33). Azevedo e Guerra (1995) definem a violência doméstica contra a criança como: “todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que — sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima — implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção de adulto e, de outro, numa coisificação da infância”, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos de direitos e pessoas em condição de desenvolvimento (p. 36).

Há diferentes formas de violência doméstica ou intrafamiliar, as quais são agrupadas e definidas como: física, sexual, psicológica e negligência (CAMINHA, 1999). A criança, como parte integrante da família, pode estar exposta à agressão direta - quando ela é o alvo da agressão - ou indireta - quando presencia cenas de violência entre os pais (BRANCALHONE, 2003; MCCLOSKEY, FIGUEREDO & KOSS, 1995). Graham-Bermann (1998), explica que a maioria das pesquisas de saúde mental na área de violência doméstica concluem que a mera exposição à violência doméstica é, em si mesma, uma forma de maltratar a criança, afirmando que a criança que testemunha a agressão à sua mãe é vítima de violência psicológica.

A família tem uma importante influência na aquisição de modelos agressivos pelas crianças (BANDURA, 1973; GOMIDE, 2003; JAFFE, WOLFE, & WILSON, 1990). Pais que utilizam a punição estão mostrando a seus filhos que a violência é uma forma apropriada de resolução de conflitos e de relacionamento entre homens e mulheres.

Segundo pesquisadores da área (AZEVEDO & GUERRA, 2001; STRAUS, 2000) o uso de punição corporal é, muitas vezes, embasado em crenças e normas culturais presentes na rede social. Essas crenças e normas culturais consideram que o uso da punição corporal seja uma forma aceitável de disciplina e refletem um desconhecimento da legislação em vigor como o atual Estatuto da Criança e do

Adolescente (1990).

Há consenso na literatura de que problemas de saúde por parte da família, dentre esses o abuso de álcool e drogas são considerados sérios estressores que propiciam o desencadeamento da violência (CAMINHA, 1999; SINCLAIR, 1985; WEBSTER-STRATTON, 1997). Barnett (1997), a boa habilidade interpessoal parental é considerada um fator de proteção contra a ocorrência de violência doméstica.

As recomendações ou sugestões da pesquisa sinalizam a necessidade de futuros estudos para expandir a compreensão do comportamento agressivo e sua relação com a violência doméstica; não se obtiveram dados suficientes que confirmem ou refutem estes resultados (associação entre agressividade e punição física) por conseguinte, seria pertinente a realização de futuros estudos sobre comportamento agressivo e violência doméstica que considerassem as duas populações participantes de ambos os estudos (adolescentes e crianças) a respeito de sofrer punição física; estes fatores de risco contribuem para o desenvolvimento da violência doméstica, mas não devem ser utilizados como justificativa para a ocorrência desta violência; cabe destacar a importância da realização de maiores estudos a respeito das conseqüências apresentadas pelas crianças frente a diferentes níveis de intensidade de violência, assim como a capacidade de resiliência apresentada pelas mesmas; pode-se afirmar que o comportamento agressivo das crianças na escola poderia ser entendido como “um pedido de ajuda” das mesmas, já que a apresentação de comportamento agressiva pode ser considerada um indicador de que a criança se encontra em situação de risco, frente à exposição à violência severa.

Violência doméstica e escola: um estudo em escolas públicas de São Paulo, pesquisa apresentada a FP - Universidade Camilo Castelo Branco, tendo como objeto de pesquisa os maus tratos domésticos em escolas. Os objetivos desta foram investigar a capacidade de identificação de situações de maus tratos domésticos em escolas e como se dá o encaminhamento deste problema no âmbito escolar. A pesquisa foi desenvolvida em escolas públicas do Município de São Paulo.

A unidade de análise foram as médias escolares, e a análise dos resultados basearam-se na frequência de respostas em relação ao número respondente para cada questão, obtendo-se também as respectivas porcentagens. A metodologia da pesquisa utilizado no local foi onde a violência doméstica costuma ser

equivocadamente associada à pobreza, praticada no âmbito familiar, por adultos (pais ou responsáveis) contra crianças e/ou adolescentes, sob a forma de ação ou omissão.

A família é o locus no qual a violência doméstica é engendrada, operacionalizada, fortalecida e executada. Algumas intercorrências escolares como ausências frequentes, baixo rendimento, falta de atenção, de concentração e comportamentos como agressividade, passividade, apatia e choro podem ser indicadores significativos de abuso.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1991) atribui à escola a função de zelar pela proteção de crianças e adolescentes, esperando-se que ela seja uma expressiva fonte de denúncias. As dimensões teóricas abordadas, são as intercorrências escolares presenciadas pelos professores pela violência doméstica praticada em crianças (AZEVEDO & GUERRA, 1989; 1998; FURNISS, 1993; GABEL, 1997; HUTZ, 2002). O Estatuto da Criança e do adolescente (1991) e a dificuldade da detecção da violência sexual (AZEVEDO & GUERRA, 1989; FURNISS, 1993; GABEL, 1997).

A agressividade característica comportamental mais sinalizadora de abuso doméstico sendo que a percepção dos profissionais de ensino é adequada, pois a criança tendem a reproduzir, em suas relações interpessoais, o mesmo padrão de relacionamento violento que vivenciam em seus lares (AZEVEDO & GUERRA, 1989; FURNISS, 1993; GABEL, 1997).

As recomendações da pesquisa foram a despeito da pertinente percepção do problema, a inabilidade para encaminhá-lo que origina-se no mais alto escalão da escola, entre os diretores, para quem toda e qualquer pretensão de intervenção (treinamento, cursos de capacitação para identificação e prevenção de violência doméstica) deve ser prioritariamente dirigida. Tratar a delicada questão da violência doméstica como um problema escolar, restrito a convocações e orientações intramuros da escola, contribui muito mais para o fortalecimento do que para a ruptura deste pacto.

Padrões de violência domiciliar associada ao uso de álcool no Brasil, pesquisa apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Psicobiologia, tendo como objeto de pesquisa, violência domiciliar e efeito do álcool. Os objetivos foram de analisar as situações de violência domiciliar ocorridas com o agressor sob efeito do álcool.

O local da pesquisa foi o levantamento domiciliar que incluiu as 108 cidades brasileiras com mais de 200 mil habitantes em 2005. A unidade de análise se deu pela amostragem de conglomerados, estratificada, probabilística e autoponderada, obtida em três estágios de seleção: setores censitários, domicílios e respondentes (população entre 12-65 anos de idade). O instrumento utilizado para obtenção dos dados foi o Substance Abuse and Mental Health Services Administration, com perguntas sobre dados sócio-demográficos e uso de drogas psicotrópicas. Cerca de 200 a 300 domicílios.

As questões norteadoras, dizem que a violência doméstica afeta a população mundial, o que a torna um grave problema social e de saúde pública, a associação entre violência doméstica e o uso de bebidas alcoólicas. O álcool é consumido em praticamente todas as regiões do mundo em diferentes contextos culturais. A organização Mundial da Saúde (OMS): considera a violência passível de prevenção e recomenda como prioritárias pesquisas nessa área com base na Resolução 56.24 da World Health Assembly (WHA) de 2003.a

As recomendações ou sugestões da pesquisa, embora existam fortes associações entre violência domiciliar e abuso de álcool, há poucos estudos sobre as peculiaridades dessa associação. No entanto, entre as múltiplas vertentes propostas para explicar a violência, o consumo excessivo do álcool é uma das mais controversas, pois não existe consenso sobre se essa associação é causal ou se o consumo do álcool é usado como desculpa pelo comportamento violento. Provavelmente trata-se de uma relação complexa, que envolve vários outros fatores biológicos, psicológicos e sociais.

A violência doméstica e rede de proteção: dificuldades, responsabilidades e compromissos, pesquisa que teve como linhas de pesquisa a prevenção e intervenção psicológica visando o estudo de processos psicoterápicos, o desenvolvimento, acompanhamento e avaliação de programas preventivos e de intervenção nas áreas clínica, escolar e da saúde com enfoques teóricos psicodinâmico, comportamental e humanista.

O presente estudo teve como objetivo geral compreender como acontece a relação entre uma escola pública de educação infantil e o Conselho Tutelar em casos de violência doméstica. De maneira mais específica pretendeu-se entender como a direção da escola e a supervisora escolar, lotada em uma instância municipal de suporte à unidade educacional, trabalham com as notificações de

violência doméstica contra seus alunos; compreender como casos de violência doméstica são analisados pelo Conselho Tutelar e conhecer a percepção do papel do psicólogo escolar, ao longo deste processo, para a escola, para a supervisora escolar e para o Conselho Tutelar, além de termos uma visão de uma profissional da área.

Utilizou-se de uma metodologia qualitativa com entrevistas semi-estruturadas e fizemos um protocolo de análise dos prontuários no Conselho Tutelar. Considerando a temática da violência doméstica na compreensão das relações entre diferentes sistemas, utilizamos a abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner, além do Estatuto da Criança e do Adolescente, como um dispositivo legal que orienta e sustenta ações nesta área.

Os resultados indicaram que existem dificuldades nas relações entre os diferentes órgãos e os procedimentos nem sempre garantem a proteção à criança vítima de violência doméstica. Há pouco entrosamento entre a escola e o CT, não existindo um trabalho preventivo e integrado, marcado por auxílios após a instauração de certas situações. A escola adota procedimentos internos de registro, sem denunciar ao CT por não confiar que a denúncia irá proteger a criança ou o denunciante. O CT busca apoio em outros órgãos quando existe a suspeita de violência sexual doméstica e nos casos confirmados procura imediatamente proteger a criança do agressor. Foram apontadas falhas na formação do psicólogo para trabalhar com a violência doméstica e dificuldades da inserção deste profissional nos equipamentos públicos, em especial, a escola.

Percepção de pais e professores sobre práticas de educação e da criança sobre o certo e o errado: intervindo com ela para promover o respeito à diversidade, foi o título da tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo. Esta tese teve como linha de pesquisa socialização e desenvolvimento humano: vulnerabilidade, risco e proteção onde focaliza os processos de socialização e desenvolvimento humano, em diferentes contextos e em todas as etapas do ciclo de vida das pessoas, estudando variáveis ambientais, biológicas e psicossociais, fatores de vulnerabilidade e risco.

Se a família é o primeiro ambiente socializador da criança, preparando-a para a inclusão em um contexto social mais amplo, a escola pode ser considerada o segundo, salientando-se que pais e professores são figuras essenciais no desenvolvimento do indivíduo, cabendo a eles a função de transmitir valores e

normas de conduta assim como compor o ambiente, estabelecendo formas e limites para as gerações mais novas; a infância é, pois, quando a criança incorpora estes valores e, então, o momento propício para verificar a assimilação que ela faz dos fatores relacionadas à tolerância, direitos e deveres.

Os dados das crianças demonstraram que elas responsabilizam os adultos por sua formação e o que mais as incomoda no contato com os pares são as brigas. Discute-se assim a questão da visibilidade maior da violência doméstica contra a criança nas escolas, sendo os professores grandes aliados na sua detecção e também a necessidade da realização de outras intervenções com as crianças com o objetivo de trabalhar estratégias menos violentas diante de situações que exigem auto-controle em seu relacionamento com os colegas.

O sentido do silêncio dos professores diante da violência doméstica sofrida por seus alunos: uma análise do discurso, tese apresentada à Universidade de São Paulo - Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Tendo com linha de pesquisa o Desenvolvimento e Aprendizagem, estudos de aspectos teóricos e empíricos dos processos ou mecanismos de Aprendizagem e desenvolvimento psicológico humano. Os campos investigados são: desenvolvimento cognitivo, afetivo e moral, jogos, brinquedos, aprendizagem da linguagem escrita.

Os novos sentidos recentemente postos pelo discurso jurídico no que tange à garantia dos direitos e à proteção integral à infância – materializados no Estatuto da Criança e do Adolescente – colocam a escola como local privilegiado de identificação das crianças em situação de risco por sofrerem violência doméstica em suas casas e atribuem ao professor o papel de reconhecer e notificar os casos aos Conselhos Tutelares. Tal demanda justifica-se pela gravidade do impacto sobre o desenvolvimento e a saúde provocado pela violência doméstica. O que se verifica, entretanto é que as notificações que chegam aos órgãos competentes vindas da escola ainda são pouco significativas.

Objetivou-se com este estudo de abordagem qualitativa, compreender por que a escola silencia diante da violência doméstica praticada contra seus alunos (crianças), através de entrevistas feitas com 06 professores de escolas de município do interior do estado de São Paulo. Além disso, buscou-se identificar as condições de produção desse discurso e discutir a relação entre as influências do contexto em interação com esses sujeitos específicos, dentro da escola e o silêncio sobre a violência doméstica, dentro de uma perspectiva materialista histórica.

Os depoimentos dos professores foram tratados e analisados através da Análise do Discurso (AD), conforme pressupostos de Michel Pêcheux, perspectiva teórica que propõe que os sentidos se produzem no confronto sujeito-língua-história, não existindo sentidos dados a priori. Os resultados permitem identificar dois eixos discursivos distintos (dentro da violência e fora da violência) que emergem no interjogo das posições professor-pai. No lugar social do professor, falando sobre a violência, o sujeito critica e nega a violência como estratégia. No lugar de pai/mãe, as falas são outras: quando eu perco a cabeça, infelizmente é o que resta. A análise então, permitiu concluir que existe uma relação de sentidos que é mais forte, as representações que circulam há tempos ainda têm mais força do que o discurso jurídico atual, incapaz de transformar as práticas. Ainda que o discurso jurídico defina o procedimento no caso da violência doméstica ser identificada pelo professor, a fronteira demarcada entre o público e o privado, entre a escola e a família, acaba por silenciar o professor.

As múltiplas faces da negligência nas situações de violência doméstica contra crianças e adolescentes, dissertação de mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. As linhas de pesquisa, assistência social e seguridade social voltada para estudo e análise das políticas de seguridade social e, em particular à assistência social, com destaque para temas relacionados à implantação do LOAS.

Esta dissertação apresentou uma construção crítica sobre a categoria negligência, na perspectiva dos profissionais do atendimento do Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância do ABCD – Unidade Diadema. Teve como objetivo contribuir para novos olhares sobre esse tema. O marco teórico que norteou todo o processo de pesquisa foi a teoria social de Marx, especificamente a categoria totalidade, o que possibilitou uma visão mais ampla da categoria negligência. Apropriamo-nos da análise de conteúdo para analisar as discussões desenvolvidas na pesquisa, por meio da técnica qualitativa do grupo focal. A técnica possibilitou abordar o tema envolvendo não só o cotidiano de trabalho do Crami, mas os sentimentos e a visão que cada profissional tem sobre esse tema complexo e contraditório. Esse fato contribuiu de forma substantiva para a análise.

O estudo sobre a negligência mostrou que essa é uma categoria que merece uma atenção maior no que se refere às pesquisas e estudos científicos. Concluimos neste estudo que, para compreender a negligência, devemos ter claro que existem

determinantes para que essa situação se configure como negligente e que é necessário colocarmos na pauta de discussões, nos espaços de direito da criança e do adolescente, uma visão ampla do significado dessa categoria.

3.4 Aproximações das pesquisas com a pesquisa em questão

Após a análise das pesquisas encontradas na SCIELO e CAPES divididas em três eixos temáticos: saúde, educação, psicologia e serviço social, pude perceber que de todas as áreas a que mais chegou próxima do tema desta dissertação foi em relação à Educação. Com isso não quero dizer que as outras áreas não estivessem contribuindo para o crescimento desta.

Na educação as pesquisas encontradas foram voltadas para as dificuldades na educação e agressividade, desempenho escolar com a relação da violência, estudo da violência, família e escola não sendo específica na investigação do processo ensino aprendizagem e a interface com a Violência Doméstica.

Mediante esta análise continuo interessada e desafiada, permanecendo com o tema desta pesquisa, onde será possível repensar/rever as contribuições positivas da violência à nível social, educacional, profissional de diferentes áreas, sendo verdadeiro também, no encontro das recomendações e sugestões das pesquisas já feitas, mencionando a necessidade de pesquisar mais sobre a violência doméstica e sua interferência com a educação.

3.5 Conceitos de Violências Domésticas entre vários autores que estudam sobre o tema e das pesquisas analisadas

A Organização Mundial de Saúde define violência como:

uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência no desenvolvimento ou privação.

Alguns autores consideram a violência doméstica como,

“uma violência intraclases sociais, que permeia todas as classes sociais enquanto violência de natureza interpessoal (...) [que] tem na família sua ecologia privilegiada” (GUERRA e col., 1992, p. 74). Partilhando desse posicionamento, pode-se considerar esse conceito como sinônimo de

“violência familiar”.

Soares (1999) discute que se for considerado o critério de afinidade/casa, ficam excluídos os agregados, empregados domésticos, amantes, entre outros personagens. A autora, mesmo entendendo que “doméstico” não é sinônimo de “privado”, considera que o significado de “violência doméstica” se amplia quando se aproxima da idéia de “espaço privado”. Esse sentido “mais abrangente” envolveria não só as dimensões de consangüinidade, afinidade e coabitação, como também os atos violentos que ocorrem no território do lar e, simbolicamente, podem ser incorporados à violência doméstica.

Para Saffiotti (2000), Climene & Buralli (1998) e Rocha (*et al*, 2001),

violência intrafamiliar é aquela que inclui membros de uma mesma família extensa ou nuclear, definida por laços de consangüinidade ou afinidade. Pode incluir as formas de violência entre parceiros íntimos, também denominada de violência conjugal, e as formas de violência de cuidadores/adultos em relação à criança e ao adolescente, sob a designação ampliada de maus-tratos.

A violência origina-se do latim *violentia* que significa o ato de violentar abusivamente contra o direito natural, exercendo constrangimento sobre determinada pessoa por obrigá-la a praticar algo contra sua vontade (CLIMENE & BURALLI, 1998).

Considerada um fenômeno multicausal, a violência é um processo de vitimização que se expressa em “atos com intenção de prejudicar, subtrair, subestimar e subjugar, envolvendo sempre um conteúdo de poder, quer seja intelectual quer seja físico, econômico, político ou social. Atingem de forma mais hostil os seres mais indefesos da sociedade, como as crianças e adolescentes, e também as mulheres sem, contudo, poupar os demais” (ROCHA, *et al.*, 2001, p. 96).

Para a Dr^a. Viviane Guerra: “todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que – sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica, de um lado, numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância”, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento.

Lei Maria da Penha 11.340/06. Art 5: violência doméstica. Quando ocorre em casa, no ambiente doméstico ou em uma relação de familiaridade, afetividade ou coabitação. Violência familiar: violência que ocorre dentro da família, ou seja, nas relações entre os membros da comunidade familiar formada por vínculos de parentesco natural ou civil por afinidade ou afetividade. A violência quando praticada

dentro do lar é chamada violência doméstica. Essa ocorre em meio às interações pai-mãe-filho, e não deve ser considerada algo natural; ao contrário, é algo destrutivo e que permeia a dinâmica familiar, podendo atingir crianças, mulheres e adolescentes de diferentes níveis sócio-culturais.

Pereira, *et al* (2001, p. 98), refere-se a um documento do ministério da saúde que considera a violência doméstica contra crianças e adolescentes como “uma violência interpessoal e intersubjetiva, um abuso do poder disciplinar e coercitivo dos pais e responsáveis; uma negação dos valores humanos fundamentais como a vida, a liberdade e a segurança e violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente; redução da vítima a condição de objeto de maus tratos; pode prolongar-se por meses e anos, pois como pertence à esfera do privado reveste-se do sigilo. Entre as inúmeras causas que levam ao aumento da incidência dos atos violentos estão as insatisfações próprias do ser humano, que podem produzir uma falta de autocontrole resultando em atitudes agressivas praticadas em seu convívio familiar”.

Heise, *et al* (1994), “...é um fenômeno extremamente complexo, com raízes profundas nas relações de poder baseadas no gênero, na sexualidade, na auto-identidade e nas instituições sociais”.

Organização Mundial de Saúde, se expressa no uso intencional da força física ou do poder, real ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002).

Hanna Arendt (p. 17 UNICEF), O Código de Processo Civil da Flórida (EUA) define “violência doméstica” como sendo qualquer forma de agressão, abuso sexual, perseguição, seqüestro, cárcere privado, lesões corporais ou morte provocadas por um familiar ou morador contra outro que estejam (ou estiveram) habitando a mesma residência (Title XLIII - Domestic relations, Chapter 741 – Husband and Wife, 741.28 – Domestic violence; definitions, 1). A Lei de Violência Doméstica do Estado de Illinois (EUA), o “*Illinois Domestic Violence Act*”, considera “violência doméstica” qualquer agressão física, ofensa, intimidação ou privação de liberdade entre familiares.

“Ato 54” de Porto Rico, em que este conceito abrange condutas que envolvam força física ou violência psicológica, intimidação ou perseguição contra pessoa por seu cônjuge, ex-cônjuge, companheiro(a), ex-companheiro(a), ou qualquer pessoa com a qual tenha tido um relacionamento, bem como seus filhos,

cujos atos causem danos à integridade física e moral da pessoa ou a seus bens (artigo 1.3, alínea k).

Finkelhor (1983) observa que a denominação de *violência familiar* não se traduz apenas por uma simples agressão ou agravo provocado por um membro familiar contra outro. Mas os atos violentos que ocorrem no interior da família são antes de tudo um abuso de poder, seja pela ruptura de elos e vínculos de confiança, seja pelo uso da força. O mais ilustrativo exemplo seria o abuso sexual. Nesse tipo de abuso podem ser conjugadas duas dimensões de poder: o masculino vitimizando o feminino e o mais velho vitimizando o mais novo. No âmbito dos maus-tratos físicos também ocorre o poder do mais forte vitimizando o mais fraco.

A violência não é uma, é múltipla. De origem latina, o vocábulo vem da palavra *vis* que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro. No seu sentido material o termo parece neutro, mas quem analisa os eventos violentos descobre que eles se referem a conflitos de autoridade, a lutas pelo poder e a vontade de domínio, de posse e de aniquilamento do outro ou de seus bens. Suas manifestações são aprovadas ou desaprovadas, lícitas ou ilícitas segundo normas sociais mantidas por usos e costumes naturalizados ou por aparatos legais da sociedade (CHESNAIS, 1981, p. 11).

Relatório Mundial da OMS (2002) que categoriza o fenômeno a partir de suas manifestações empíricas:

- violência dirigida contra si-mesmo (auto-infligida);
- violência interpessoal;
- violência coletiva.

Por **violências auto-infligidas** se entendem os comportamentos suicidas e os autoabusos.

No primeiro caso a tipologia contempla suicídio, ideação suicida e tentativas de suicídio. O conceito de auto-abuso nomeia as agressões a si próprio e as automutilações.

As **violências interpessoais** são classificadas em dois âmbitos: o intrafamiliar e o comunitário.

- Por **violência intrafamiliar** se entende a que ocorre entre os parceiros íntimos e entre os membros da família, principalmente no ambiente da casa, mas não unicamente.

Inclui as várias formas de agressão contra crianças, contra a mulher ou o homem e contra os idosos. Considera-se que a violência intrafamiliar é, em geral,

uma forma de comunicação entre as pessoas e, quando numa família se detecta um tipo de abuso, com frequência, ali existe, rotineiramente, uma inter-relação que expressa de várias formas de violência.

- A **violência comunitária** é definida como aquela que ocorre no ambiente social em geral, entre conhecidos e desconhecidos. Consideram-se suas várias expressões como violência juvenil, agressões físicas, estupros, ataques sexuais e inclusive, a violência institucional que ocorre, por exemplo, em escolas, locais de trabalho, prisões e asilos.

Por **violências coletivas** se entendem os atos violentos que acontecem nos âmbitos macro-sociais, políticos e econômicos e caracterizam a dominação de grupos e do Estado. Nessa categoria, do ponto de vista social, se incluem os crimes cometidos por grupos organizados, atos terroristas, crimes de multidões. No campo político, estão as guerras e os processos de aniquilamento de determinados povos e nações por outros.

Independentemente dos termos usados para nomeá-la, a violência contra as crianças está representada em toda ação ou omissão capaz de provocar lesões, danos e transtornos a seu desenvolvimento integral. Tais eventos geralmente envolvem uma relação assimétrica e desigual de poder manifestada pela força física, pelo poder econômico ou político, pela dominação e opressão familiar ou geracional. Esse fenômeno se configura também de forma estrutural na aplicação de políticas educacionais, sanitárias ou econômicas que mantêm as condições que impedem ou não promovem o seu crescimento e desenvolvimento. (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 1998; BRASIL, 2001; KRUG *et al.*, 2002)

Conforme os conceitos expostos acima, cada autor, cada órgão possui uma definição própria sobre a violência, mas ao fazer uma análise mais atenta e detalhada, percebi que elas mesclam entre si em alguns aspectos quase que tendo a mesma percepção, onde a relação se apropria mais na questão do poder do adulto sobre a criança, relação essa de desigualdade, descrita mais por Heise, Chesnai, a UNICEF, Guerra e Pereira:

HEISE – Fenômeno complexo relacionado com poder, gênero nas instituições sociais e suas relações.

CHESNAIS – violência múltipla, força, constrangimento, superioridade física sobre o outro. Conflitos de autoridade geram a violência, vontade de domínio de posse.

UNICEF – toda ação ou omissão geradora de danos ao desenvolvimento

integral da criança. Relação desigual de poder manifestada pela força física.

GUERRA – Ato ou omissão praticada pelos responsáveis contra crianças causando vários danos a vítima, poder do adulto sobre a criança coisificando a mesma, negando o direito de cidadão de direitos.

PEREIRA – Violência entre pessoas, abuso de poder disciplinar dos pais negação dos direitos essenciais da criança reduzindo a vítima a objeto de maus-tratos tendo várias causas pela qual ela ocorra no convívio familiar.

Em relação a consangüinidade, como fator de apropriação da violência acontecer, pelo fato do *locus* ser dentro de casa, esta descrita mais pela Maria da Penha, Ato 54, Finkelhor, Hanna Arendt, Soares e Saffiotti.

MARIA DA PENHA – Violência que ocorre em casa na relação de familiaridade afetividade. Ocorre nas interações pai-mãe-filho não sendo natural a atitude, algo destrutivo atingindo diferentes níveis sócio-culturais.

ATO 54 – Violência onde envolve força física ou psicológica contra pessoa, mulher ou criança cujos atos causem danos á integridade moral da pessoa ou aos seus bens.

FINKELHOR – Atos violentos dentro da família, abuso de poder gerando desconfiança, poder do mais forte vitimizando o mais fraco.

HANNA ARENDT – Possui várias formas provada por um familiar ou morador que dividem o mesmo teto.

SOARES – O conceito de violência doméstica se amplia quando se aproxima da idéia de espaço privado, onde envolve as dimensões de consanguinidade, afinidade e coabitação como também os atos violentos que ocorrem no território do lar.

SAFFIOTTI – Violência onde as pessoas são da mesma família sendo esta nuclear ou extensa, tendo laços de consanguinidade e afinidade, onde maus tratos podem ocorrer entre as relações homem e mulher e adulto-criança.

Em relação às classes sociais acometida pela violência, Guerra menciona que acontece dentro de qualquer classe social, acometida entre pessoas e é na família o seu lugar preferido de ocorrer.

Já para a OMS e Climene e Buralli a violência possui uma intenção específica de prejudicar o outro obrigado-o contra a vontade.

OMS – Quando a violência é praticada ela tem uma intenção negativa sendo

contra si ou contra outros trazendo conseqüências graves para o desenvolvimento.

CLIMENE E BURALLI – Ato de violentar, abusar exercendo constrangimento a pessoa obrigando-a contra a sua vontade.

4 CAMINHO METODOLÓGICO

4.1 Trajetória em busca de dados estatísticos sobre as violências domésticas contra crianças no Município de Lages-SC

A escolha do objeto de estudo “violências” nesta pesquisa está vinculada a trajetória histórica pessoal, de estudos, reflexões, leituras e indignações. Perpassando primeiramente por minha graduação em Psicologia principalmente em minha prática profissional, em estágios curriculares, serviços voluntários, onde muitas inquietações/indignações foram desencadeadas relacionadas as consequências desta na vida das crianças, merecendo um estudo mais aprofundado.

Este objeto já foi tema de pesquisa na minha graduação, porém, ele estava relaciona às percepções de Conselheiros Tutelares de Lages-SC, frente a violência doméstica, mas muitas perguntas permaneceram sem respostas merecendo serem investigadas. E agora, neste momento histórico, acadêmico da minha vida onde estou cursando mestrado, optei em continuar estudando esse tema, para compreender a expansão que a violência está tomando e também através da pesquisa empírica levantar dados para problematizar a sua relevância social, tendo a oportunidade de relacionar com a Educação Infantil, ou seja, *“violências domésticas contra crianças: interfaces com o ensino e aprendizagem escolar”*.

Porém, esta inquietação poderia ser infundada, sem sentido para uma pesquisa. Diante da dúvida houve então a necessidade de levantar dados no município para embasar a discussão. Foi então, onde iniciei uma longa trajetória

para levantamento dos dados estatísticos sobre a procedência das denúncias contra as Violências Domésticas Infantil no município de Lages-SC.

Primeiramente fui ao Conselho Tutelar do Município de Lages-SC – órgão esse responsável pela segurança e integridade do menor - onde tinha certeza que conseguiria dados estatísticos para a minha pesquisa acontecer, conteúdo esse relacionado sobre a denúncia das escolas frente a violência doméstica infantil, porém infelizmente, a resposta foi negativa, não existindo dados sistematizados no programa SIPIA sobre a procedência das denúncias contra Violências Doméstica. A justificativa para a situação, recaiu sobre o programa utilizado no órgão, pois o mesmo, Sistema de Informação para a Infância e Adolescência-SIPIA, possui uma organização de registro por nome da criança violada e não pelo local onde veio a denúncia.

Então, o que foi disponibilizado pelo conselho, foram gráficos (anexo 1) Bairros de nossa cidade com as estatísticas das violações acometidas em cada bairro de acordo com o ECA. A partir desses dados então, delimiti os Bairros que inferiram as violações na qual iria subsidiar a minha pesquisa: Violência Doméstica ⇒ Violência Física ⇒ Violência Psicológica.

Dos cinquenta e oito bairros da nossa cidade os que se destacaram com maior porcentagem estatística de acordo com os critérios delimitados acima, resumiram-se em apenas três bairros, sendo as porcentagens enquadradas de acordo com as categorias dos Direitos Fundamentais dispostos pelo ECA:

Direito à Liberdade, Respeito, Dignidade;

Direito à Convivência familiar e comunitária;

Direito à Educação cultura Esporte Lazer;

Direito à Profissionalização e Proteção no Trabalho.

Dentre estes quatros Direitos Fundamentais, o que escolhi analisar foi o segundo (Convivência Familiar e Comunitária) motivo por enquadrar-se mais no tema da minha pesquisa, que será violências doméstica acometida em crianças dentro de suas casas. Onde no ECA (2005, p. 15,16) este nos diz que:

Convivência Familiar e Comunitária:

Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Continuando a análise dos gráficos dos bairros cedidos pelo Conselho Tutelar, percebi que dentre os cinquenta e oito bairros que possuímos em nossa cidade, cinquenta e quatro ferem o direito à categoria Convivência Familiar e Comunitária.

A nível percentual, dez bairros se destacaram com uma elevada incidência de denúncias possuindo intervalo de no mínimo trinta e máximo de cinquenta e quatro casos na categoria escolhida Convivência Familiar e Comunitária.

De acordo com o tempo que tinha para fazer esta pesquisa, não foi possível fazer a investigação de todas as escolas EMEB's¹² e creches CEIM's¹³ nestes dez bairros destacados, então optei pelos bairros de maior ocorrências, dentre estes dez, onde se destacou três bairros:

QUADRO 3 – BAIRROS DELIMITADOS ONDE ACONTECEU A PESQUISA

BAIRROS	CASOS
Guarujá	54
Santa Helena	51
Habitação	47

Fonte: dados coletados pela pesquisadora no Conselho Tutelar de Lages-SC no período de 2009-2010.

Com esses dados em mãos, fui até a Secretaria de Educação Municipal solicitar uma relação das Escolas Municipais (EMEB's) e das Creches (CEIM's) com os seus respectivos endereços e bairros. Conseguindo essas tabelas, fiz o levantamento das Escolas e Creches situadas nos três bairros escolhidos conforme acima citado.

¹² Escola Municipal de Educação Básica.

¹³ Centro de Educação Infantil Municipal.

QUADRO 4 – BAIRROS PESQUISADOS, CEIM's E EMEB's

BAIRRO	CEIM's	EMEB's
GUARUJÁ	<u>CEIM – Irmã Dulce (0 à 4 anos)</u> e Mariana Martins Borges (0 à 6 anos)	EMEB's – CAIC Irmã Dulce
SANTA HELENA (nenhum no próprio bairro)	<u>CEIM's– Copacabana (Bairro vizinho)</u> – Marco Florian Bordin (0 à 6 anos) Triângulo (Bairro Vizinho) – Bairro Triângulo (0 à 4 anos) e Sempre Viva (0 à 6 anos).	EMEB's – Copacabana (Bairro vizinho) – Santa Helena Triângulo (Bairro Vizinho) – Hermínio Pinheiro Júnior
HABITAÇÃO	<u>CEIM – Bom Jesus (Bairro Vizinho)</u> – Bairro Bom Jesus (0 à 4 anos) Várzea (Bairro Vizinho) – Justine Barth (0 à 4 anos) e <u>Pequeno Príncipe (0 à 6 anos)</u>	EMEB – Mutirão

Fonte: dados coletados pela pesquisadora na Secretaria de Educação de Lages-SC no período de 2009-2010.

Após a visita ao Conselho Tutelar ainda sem dados específicos relacionados às denúncias realizadas pelas escolas, fui até Secretaria Municipal de Educação em busca de dados estatísticos dos CEIM's, mas mediante o meu pedido estatístico a coordenadora mencionou não ter nada registrado, que apenas faz a ponte com as redes de atendimento frente a denúncia dos gestores dos CEIM's para elas, aciona o Conselho Tutelar ou a Assistente Social do Ministério Público dependendo do caso, com isso, o registro se dá pela secretaria da educação, as Creches nunca se mostram frente às denúncias. Também pode acontecer via saúde, postinho de saúde do bairro.

A coordenadora da Educação Infantil, relatou também, que o número de denúncias recebidas pelas escolas e creches são altíssimos,

Seguindo a trajetória, já no terceiro local me dirigi ao Fórum, no Ministério Público para conversar com a Assistente Social. Ao mencionar a ela, a necessidade de dados estatísticos das denúncias a ela dirigida, esta me disse que não tinha dados, só tinha os processos em abertos e processos fechados disponíveis, os quais teria que fazer uma contagem para saber, mas achava que o Conselho Tutelar teria aquilo que eu estava procurando para me fornecer. Encaminhou-me ainda ali no fórum, para a Vara da Família onde lá, elas me informaram que perderam dados de três anos atrás, onde armazenavam as denúncias através do programa APOMT - Sistema Estadual Unificado de Aviso de Maus-Tratos. Isso ocorreu pelo fato do Estado de Santa Catarina ter mudado a configuração do programa, não conseguindo mais acessar e cadastrar nada, ou seja não possuem registros dos casos atendidos nos anos anteriores, estando tudo na estaca zero. Mesmo assim deixei meu contato onde falaram que iam tentar conseguir algo, onde nunca mais deram uma devolutiva.

Após esta dificuldade toda, resolvi visitar uma Rede de Apoio de nosso município chamada CEAV - Centro de Atendimento a Vítima de Crime, programa que presta atendimento às crianças vítimas de violência e seus familiares. Tive uma boa receptividade, fui muito bem compreendida e acolhida, e ao pedir dados estatísticos sobre os números de atendimentos, mais a procedência das denúncias e as violações cometidas, consegui pela primeira vez tudo o que queria em uma organização perfeita (quadro 5, 6 e 7). Mantendo um diálogo com a Assistente Social do programa que me atendeu, a mesma mencionava que os programas de nosso município “não são unidos, não abraçam a causa, que tinha certeza que eles eram um dos mais organizados em seus registros em nível estatístico e na qualidade dos atendimentos prestados”, conforme demonstração a seguir.

QUADRO 5 – VIOLÊNCIAS SOFRIDAS PELAS CRIANÇAS NO PERÍODO DE JANEIRO A MAIO DE 2010 NO CEVIC

PERÍODO	VIOLÊNCIA SOFRIDA	IDADE						PROCEDÊNCIA
		02	05	06	07	08	09	
JANEIRO A MAIO DE 2010	Violência Doméstica	-	01	01	-	-	01	- Conselho Tutelar - Delegacia da Mulher
	Agressões físicas	-	-	-	01	02	-	
	Violência Psicológica	-	02	01	-	-	01	
	Abuso Sexual	01	-	-	-	-	-	
	Total	01	03	02	01	02	02	

Fonte: dados coletados pela pesquisadora no CEVIC de Lages-SC.

De acordo com os registros no Centro de Atendimento à Vítima de Crime - CEAV programa este, que atende as crianças vítimas de violência e seus familiares, no período de janeiro a maio de 2010, 11 casos de violência foram registrados, encaminhados pelo conselho tutelar e pela delegacia da mulher. Conforme o quadro 5, percebemos que as violências sofridas pelas crianças estão vinculadas à Violência Doméstica, Violência Psicológica, Agressões físicas, Abuso Sexual, sendo elas com idades diferentes entre 2 a 9 anos e a Violência Psicológica se destacando, com quatro ocorrências neste período.

QUADRO 6 – VIOLÊNCIAS SOFRIDAS PELAS CRIANÇAS NO PERÍODO DE JANEIRO A MAIO DE 2009 NO CEVIC

PERÍODO	VIOLÊNCIA SOFRIDA	IDADE						PROCEDÊNCIA
		02	05	06	07	08	09	
JANEIRO A MAIO DE 2009	Violência Doméstica	-	01	-	-	-	-	- Ministério Público - Conselho Tutelar - Delegacia da Mulher
	Agressões físicas	02	01	01	-	-	01	
	Violência Psicológica	-	01	-	-	01	-	
	Abuso Sexual		01		01		01	
	Total	02	04	01	01	01	02	

Fonte: dados coletados pela pesquisadora no CEVIC de Lages-SC.

O mesmo acontece nos registros no período de janeiro a maio de 2009, também 11 casos de violência foram registrados encaminhados pelo conselho tutelar, ministério público e pela delegacia da mulher. Conforme o quadro 6, percebemos que as violências sofridas pelas crianças estão vinculadas a: Violência Doméstica, Violência Psicológica, Agressões físicas, Abuso Sexual, em crianças com diferentes idades. Tendo o maior numero de ocorrências à Agressão Física, com cinco casos neste período.

QUADRO 7 – VIOLÊNCIAS SOFRIDAS PELAS CRIANÇAS NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2008 NO CEVIC

PERÍODO	VIOLÊNCIA SOFRIDA	IDADE						PROCEDÊNCIA
		02	05	06	07	08	09	
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2008	Violência Doméstica	04	-	02	02	02	-	- Ministério Público
	Agressões físicas	-	03	04	-	-	04	- Conselho Tutelar
	Violência Psicológica	-	01	03	-	-	03	- Delegacia da Mulher
	Abuso Sexual	-	01	01	-	-	02	- Assistente Social
	Total	04	05	10	02	02	09	Fórum

Fonte: dados coletados pela pesquisadora no CEVIC de Lages-SC.

Conforme registros no Centro de Atendimento à Vítima de Crime - CEAV programa que atende as crianças vítimas de violência e seus familiares no período de janeiro a dezembro de 2008, 32 casos de violência foram registrados encaminhados pelo conselho tutelar, ministério público, assistente social do fórum e pela delegacia da mulher. Conforme o quadro 7, percebemos que as violências sofridas pelas crianças estão vinculadas às Violências Domésticas, Violência Psicológica, Agressões físicas, Abuso Sexual. E as crianças apresentam diferentes idades. Com um número maior de casos mediante demonstrado nos quadros 5 e 6, tendo onze casos de Agressões Físicas, como forma de destaque neste período.

4.2 Métodos utilizados para a coleta dos dados

4.2.1 A caracterização da pesquisa

Esta pesquisa define-se do ponto de vista metodológico, por uma abordagem qualitativa, enfatizando a condição do pesquisador como sujeito e destacando a importância do seu diálogo com o campo empírico no processo de produção do conhecimento. Nesta direção, buscam-se os princípios da pesquisa qualitativa nos aportes de André e Ludke (1986, p. 74) as quais referem que:

A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes. Investigam os sujeitos a partir de sua cultura, de sua história, de suas condições de trabalho, seus saberes e fazeres, sua subjetividade.

Ou seja, a pesquisa qualitativa supõe o contato do pesquisador com o local/ambiente e a situação que está sendo investigada. Pesquisadores e pesquisados são sujeitos de um trabalho comum, mesmo que cada um esteja em lugares e situações diferentes.

Como instrumentos de pesquisa utilizei um roteiro de entrevista semi-estruturado, elaborado com perguntas abertas realizadas com os professores de quatro CEIM's do Município de Lages as quais possuem casos de violências domésticas com seus alunos. (APÊNDICE 1)

De acordo com Gil (1999, p. 117), “a entrevista é bastante adequada para obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram”.

As questões básicas enfocadas na entrevista relacionavam-se à compreensão de quais eram os conhecimentos das professoras sobre o que seria a violência doméstica infantil, a promoção e participação de formações continuadas sobre o tema da violência infantil bem como suas conseqüências; Quais eram os tipos de violências sofridas por crianças e a relação da violência infantil no processo cognitivo da criança na escola.

Para análise do conteúdo utilizei Bardin (1997) onde nos diz que é a técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação, procurando conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. Como forma de análise

de dados usei a categorização, que para Bardin, é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia) com os critérios previamente definidos.

Vale ressaltar ainda, que os procedimentos metodológicos podem ser os mais variados, desde que não signifiquem invasão à situação de trabalho ou desrespeito aos sujeitos do processo, que devem ser consultados a esse respeito, autorizando ou não o pesquisador a fazer os registros. O processo de coleta de dados caracteriza-se pela ênfase na compreensão, valendo-se da arte da descrição – que deve ser complementada, porém, pela explicação dos fenômenos em estudo -, procurando as possíveis relações dos eventos investigados numa integração do individual com o social.

4.2.2 Os participantes

Participaram da pesquisa duas professoras de quatro CEIM's do Município de Lages na qual possuem casos de violências domésticas no bairro que se localizam.

4.2.3 A situação e o ambiente

A coleta de dados ocorreu na própria creche durante a hora atividade das professoras para não atrapalhar a rotina de trabalho delas. Primeiro foi feito contato por telefone aos gestores e depois o encontro pessoal com os professores conforme o dia e horário combinado.

4.2.4 Os equipamentos e materiais utilizados

Para obtenção dos dados construídos referente, as percepções das professoras sobre a qualidade do processo de ensino-aprendizagem de crianças que sofrem violências domésticas, foi através de um roteiro de entrevista semi-estruturado elaborado com perguntas abertas, onde os materiais utilizados foram: folhas de papel A4, caneta e gravador de áudio se autorizado pela(os) participantes.

4.2.5 Os procedimentos de coletas dos resultados

O primeiro contato aconteceu por telefone aos Gestores do CEIM's, onde foi explicado os objetivos da pesquisa e agendado os melhores horários e dias de acordo com a disponibilidade dos professores. Os encontros aconteceram no dia previsto e agendado. Antes de cada entrevista, foi apresentado as participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE (APÊNDICE 2) o qual confirma o compromisso com a verdade e o sigilo da entrevista feita.

O TCLE ficou sob a responsabilidade da pesquisadora e apenas ela e a orientadora têm acesso a este material.

O roteiro de entrevista utilizado para a coleta dos dados, foi elaborado a partir da análise das variáveis relacionadas ao problema de pesquisa. Na elaboração das perguntas foram considerados aspectos tais como, o conhecimento dos professores sobre o que seja as violências domésticas infantil, quais as consequências das violências domésticas, o que é o processo ensino aprendizagem na escola; o conhecimento do diagnóstico de Violências Domésticas em seus alunos; decisões tomadas; dentre outras questões.

5 ENTRADA NO CAMPO DE PESQUISA E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

5.1 Análise dos dados

A partir dos objetivos traçados para a pesquisa foi necessário realizar as entrevistas com as professoras dos Centros de Educação infantil no Município de Lages. A pesquisa aconteceu nos dias 25 e 29 de novembro de 2010 e dias 09 e 14 de dezembro de 2010, sendo os horários, no período da manhã às 9:00 e da tarde às 14:00hs, sempre no CEIM, no período em que as professoras não estavam atuando em sala de aula, considerado o momento de hora atividade horário este que as professoras dedicam para organizarem materiais, elaboram o planejamento de aulas e recebem os pais. No dia agendado, as professoras participaram da entrevista sendo as duas de cada CEIM no mesmo dia.

O contato prévio foi realizado por telefone, onde conversei com os gestores dos CEIM's escolhidos. Neste contato apresentei os objetivos da minha pesquisa, e todos foram muito receptivos, marcando a data e os horários para as entrevistas acontecerem com os seus professores. Ao chegar no CEIM para a realização das entrevistas com as professoras, sempre cheguei no horário combinado e excepcionalmente encontrava as professoras à minha espera e os gestores me deixavam a vontade para o que precisasse.

No contato com as entrevistadas, primeiramente me apresentava e em seguida entregava-lhes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE para elas ler com atenção. Todas fizeram o mesmo quando solicitadas. Ao ler o TCLE

assinava-o. Na sequência recolhia o documento com a assinatura da professora e entregava um TCLE em branco para arquivo pessoal delas. Após pedia autorização para gravar as entrevistas que ia fazer naquele momento com elas, felizmente todas as entrevistadas aceitaram a gravação.

Percebi que durante as entrevistas as professoras mencionavam sobre a agressão psicológica, pelo fato de terem lido no TCLE sobre a minha formação, pois a percepção do desconhecimento sobre o tema em questão era notório nos momentos das perguntas mais específicas relacionadas as violências.

Após o término das entrevistas agradei elas pela disponibilidade, e informei a ela que o final da pesquisa seria no mês de Julho deste ano e que estaria disponível para leitura na biblioteca da UNIPLAC, caso elas tivessem interesse em ter acesso. Todas agradeceram e se colocaram à disposição caso precisasse.

QUADRO 8 – DESCRIÇÃO DAS PROFESSORAS ENTREVISTADAS

PROFESSORAS ENTREVISTADAS	IDADE	POSSUI FILHOS	TEMPO TRABALHA NESTA ÁREA
Prof^ª 1	27 anos	1	6 anos
Prof^ª 2	35 anos	1	14 anos
Prof^ª 3	42 anos	2	7 anos
Prof^ª 4	50 anos	2	2 anos
Prof^ª 5	51 anos	2	18 anos
Prof^ª 6	35 anos	2	16 anos
Prof^ª 7	44 anos	2	19 anos
Prof^ª 8	33 anos	-	15 anos

Fonte: dados coletados pela pesquisadora nas Entrevistas feitas em 2010.

As entrevistas aconteceram no mês de dezembro de 2010, antes do fechamento de férias dos CEIM's, foram realizadas em quatro CEIM's do município de Lages, onde a escolha do numero de creches se deu pelo fator tempo dispensado a pesquisa. Mediante o levantamento feito via conselho tutelar na forma de impressão dos gráficos, a nossa cidade possui cinquenta e oito bairros, desses cinquenta e quatro ferem o direito à categoria Convivência Familiar e Comunitária dados demonstrados no período de 01 de Janeiro de 2009 à 02 de Março de 2010.

Tentando sintetizar o objeto de análise, dos cinquenta e quatro bairros, dez bairros se destacaram tendo maiores estatísticas de denúncias no intervalo de: mínimo de trinta e máximo de cinquenta e quatro casos no período de um ano e dois meses. De acordo com o tempo para elaboração e análise da pesquisa, não foi possível fazer a investigação de todas as escolas EMEB's e CEIM's nestes dez

bairros destacados pelo fator quantitativo de incidências. Então optei pelos bairros de maior ocorrências dentre estes dez, onde se destacou três bairros, descrito na metodologia desta pesquisa (quadro 3). Em cada CEIM decidi entrevistar duas professoras tendo um total de oito entrevistas realizadas.

Conforme demonstrado no (quadro 8) as professoras entrevistadas tinham idade entre 27 e 51 anos, das oito somente uma não possuía filhos, e quanto ao tempo de trabalho na área educacional, o intervalo foi mínimo de dois anos e máximo de dezenove anos de dedicação à educação.

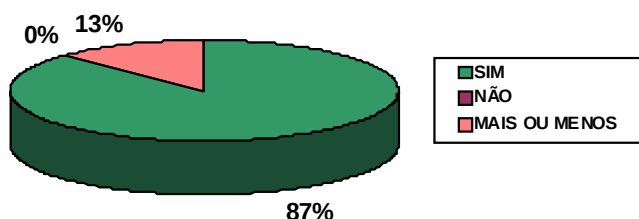
Para Oliveira (2010), a concretização de boas propostas pedagógicas em creches e pré-escolas inicia-se pela consideração de que os professores de educação infantil apropriam-se de modelos pedagógicos e de representações sociais – aprendidos em programas de formação profissional ou vividos em suas experiências pessoais – como elementos canalizadores das ações educativas, mas não os reveem criticamente nem os integram adequadamente ao seu cotidiano profissional. Além disso, as várias perspectivas históricas de trabalho com as crianças já adotadas na área – recreacional dirigida, lúdico-expressivo-espontaneísta, aprendizado centrado em tarefas e outras – continuam convivendo na prática dos docentes.

O acolhimento dos gestores foi analisado como positivo, no primeiro contato via telefone para apresentação e agendamento dos horários e dias das entrevistas, já percebi a boa acolhida dos gestores em relação ao meu estudo. No contato presencial esta acolhida se fez presente novamente, dando-me liberdade de fazer as entrevistas com grande satisfação.

As professoras entrevistadas sempre estavam presentes no horário combinado, onde o horário marcado pela gestora sendo na hora atividade delas, fato esse para não atrapalhar a rotina dos CEIM's. De modo geral todas foram receptivas, sempre comentando sobre a importância do tema em questão, com disponibilidade naquilo que pudessem ajudar.

Conhecimento da política de atendimento as crianças no CEIM

Ao questionar as professoras a respeito do conhecimento sobre a política de atendimento à criança na Creche, a grande maioria mencionou que sim 87% e 13% mencionaram que mais ou menos e nenhuma mencionou total desconhecimento da questão.



A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, complementando a ação da família e da comunidade" (Lei 9394/96, art. 29, *apud* OLIVEIRA, 2010).

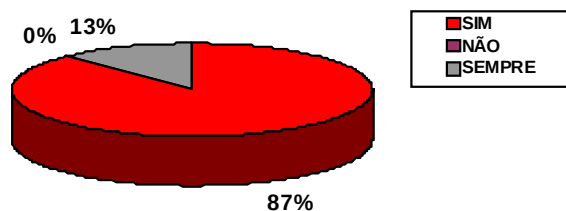
Para Oliveira (2010) a aprendizagem e o desenvolvimento infantil, revelam que pensar uma proposta pedagógica para creches e pré-escolas, envolve organizar condições para que as crianças interajam com adultos e outras crianças em situações variadas, construindo significações acerca do mundo e de si mesmas, enquanto desenvolvem formas mais complexas de sentir, pensar e solucionar problemas, em clima de autonomia e cooperação. Podem as crianças, assim, constituir-se como sujeitos únicos e históricos, membros de famílias que são igualmente singulares em uma sociedade concreta.

Ainda para Oliveira em relação aos cuidados que a criança deve ter no período de seu desenvolvimento mais precisamente na creche, é integral, ou seja, físicos, psicológicos, intelectual e social, aspectos esses essenciais para o futuro desta criança.

Fazendo um comparativo com a pesquisa de Oliveira e a legislação, é possível considerar que a maioria das professoras entrevistadas mencionaram que tinham o conhecimento do atendimento que deveria ser prestado à criança, pelo fato de responderem sim, mas não destacando quais aspectos seriam oferecidos e nem citando os mais importante às crianças, com isso deixando em duvida se realmente conhecem .

Convidada a participar e dar opiniões sobre ações aplicadas no CEIM

Em relação à dinâmica de funcionamento e hierarquia do CEIM, perguntei para as entrevistadas como isso acontecia. O trabalho da gestão, as decisões que o cargo delimita que devem ser tomadas a nível assistencial, educacional, saúde, de decisão de ações, havia socialização, trocas com elas ou só eram decididas pelo gestor sem os professores terem conhecimento.



Como resultado conforme demonstrado no gráfico este revela-se positivo onde 87% das respostas foram sim, confirmando a interação entre gestores e professores na hora de decidir ações futuras que devem ser aplicadas no CEIM.

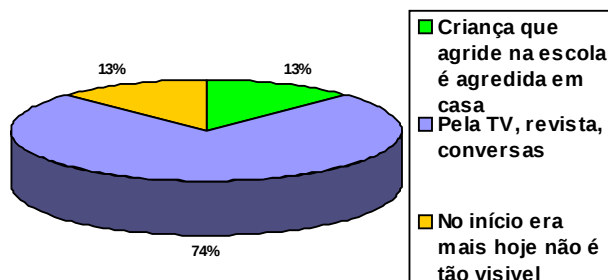
Para Lück (2000), já é lugar comum a afirmação de que vivemos uma época de mudança. Porém, a mudança mais significativa que se pode registrar é a do modo como vemos a realidade e de como dela participamos, estabelecendo sua construção. No geral, em toda a sociedade, observa-se o desenvolvimento da consciência de que o autoritarismo, a centralização, a fragmentação, o conservadorismo e a ótica do dividir para conquistar, do perde-ganha, estão ultrapassados, por conduzirem ao desperdício, ao imobilismo, ao ativismo inconsequente, à desresponsabilização por atos e seus resultados e, em última instância, à estagnação social e ao fracasso de suas instituições.

Essa mudança de paradigma institucionais é marcada por uma forte tendência à adoção de concepções e práticas interativas, participativas e democráticas, caracterizadas por movimentos dinâmicos e globais, com os quais, para determinar as características de produtos e serviços, interagem dirigentes, professores, funcionários e clientes ou usuários, estabelecendo alianças, redes e parcerias, na busca de soluções de problemas e alargamento de horizontes.

De acordo com a autora citada e os dados dos gráficos, percebi a confirmação da literatura com a prática cotidiana nos CEIM's entrevistado. Com 87% para 100% a resposta foi positiva, ou seja, os gestores dão voz e compartilham as decisões, a serem tomadas em relação ao bom funcionamento da escola e o sucesso no atendimento à criança.

Conhecimento sobre as violências domésticas infantis

Ao chegar o momento da entrevista de ser mais específico os questionamentos relacionados ao tema, a primeira pergunta trouxe a idéia de investigar o conhecimento no qual elas tinham sobre o que seria a violência doméstica infantil



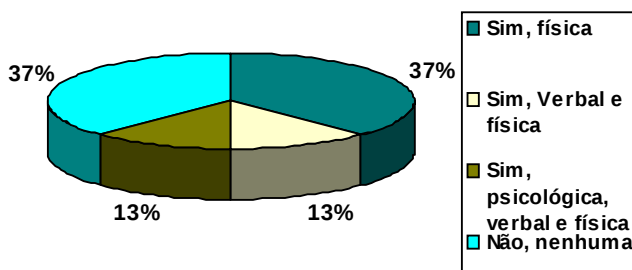
As categorias que foram destacadas descritas conforme o gráfico, tiveram respostas bem diferentes pelas análises particulares de cada professora, onde 13% analisou na *forma de comportamento que a criança tem na escola*, 13% como ela via *o assunto sendo demonstrado hoje*, como sendo mais escondido, e com uma maior porcentagem de 74% para 100% *o meio pelo qual o assunto lhe chegou aos ouvidos e olhos*.

Segundo Penso, Legnani (*et al* 2005) existem vários tipos de violência intrafamiliar, desde a eliminação das pessoas até maus-tratos, ameaças, violência psicológica, violência sexual, chantagens, negligência, humilhações, designações de pessoas como doentes e incapazes.

Fazendo um comparativo entre o gráfico e os autores Penso, *et al* utilizados para demonstrar sobre os tipos de violências, pude perceber que as entrevistadas tem um conhecimento muito superficial sobre as violências acometidas contra crianças em suas casas. Mediante as respostas delas avalio como respondida a pergunta feita, mas as respostas deveriam se dar de forma explicativa sobre o local onde ela acontece, que nesse caso seria o ambiente familiar e não as consequências que ela traz, nem onde elas tomaram conhecimento das violências que existem. Conforme os autores acima mencionados “existem vários tipos de violências intrafamiliar” e eles citam algumas. As entrevistadas não fizeram menção à nenhuma delas descritas pelos autores. Analiso então essa questão, como deficitária pela falta de conhecimento das professoras sobre o que é a violência doméstica, bem como o entendimento da pergunta feita.

Já presenciou agressões contra crianças, de qual tipo

Ao perguntar às entrevistadas sobre a possível presença visual de agressões cometida contra criança, bem como o tipo desta agressão, como resposta das entrevistadas obteve-se três categorias finais, sendo que todas mencionando a presença da agressão física e mais alguma.



Tendo como curioso, das três categorias descritas no gráfico, duas delas tendo em comum a agressão verbal. Então, com 37% de resultado: *nenhuma* e *agressão física*. Com 13% *verbal, física e psicológica*. Concluindo que, quando presenciaram a agressão contra a criança essa se demonstrou como de forma física contra a criança.

Para Azevedo e Guerra (2001) referem que “toda ação que causa dor física numa criança, desde um simples tapa até o espaçamento fatal, representam um só *continuum* de violência”, ou seja, a punição física de crianças é considerada violência, mesmo sendo chamada punição mais leve (do tipo palmada no bumbum), já que tem implicações de dor física. Dessa forma, uma simples palmada pode representar uma porta aberta para quadros de violências mais graves.

Conforme demonstrado no gráfico essas respostas dadas pelas entrevistadas geraram quatro categorias diferenciadas. Dentre elas, uma foi a Violência física, aquela realizada contra o corpo da criança independente do local, podendo ser na forma de tapas, socos, pontapés, beliscões etc.

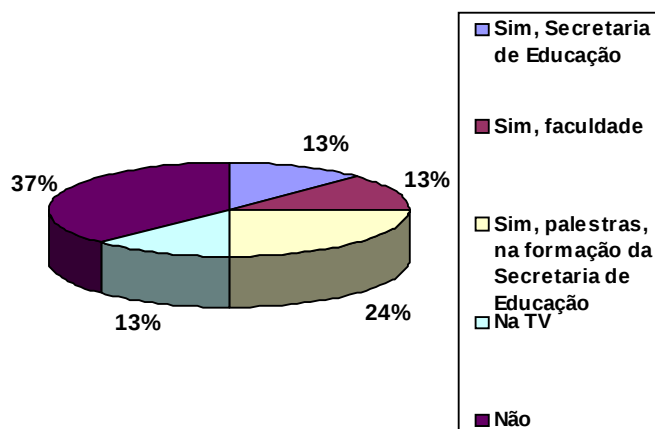
Uma outra categoria destacada pelas entrevistadas, e a união de duas violências cometidas ao mesmo tempo a Verbal e a física. Onde pode estar agredindo tanto o corpo como o psicológico, sentimental da criança agredida. A verbal aparece na forma de xingamentos, juntamente com as agressões contra o corpo fazendo com que a criança passe por constrangimento social.

A outra categoria acrescenta mais uma violência, sendo neste caso a prática de três violências ao mesmo tempo: psicológica, verbal e física: além da agressão

contra o corpo, os xingamentos, aparecem de forma verbal da parte do adulto as depreciações contra a criança, as humilhações, a imposição de culpa na criança, sendo aspectos de agressões psicológicas.

E, a ultima categoria mencionada por algumas entrevistadas, é que nunca presenciaram violência contra crianças. Ao analisar essa categoria percebo a omissão do professor em revelar sobre o que já viu, não sendo possível não ter presenciado em algum lugar algo parecido.

Participação de capacitações, cursos, formação continuada relacionada ao tema



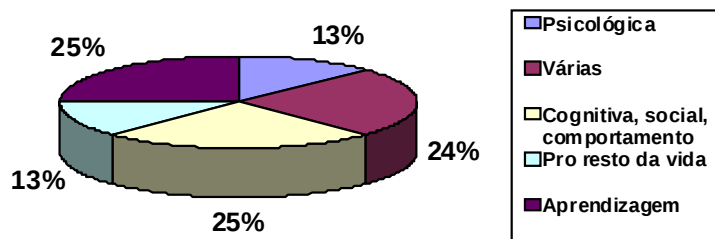
Investigou-se a respeito do local de participação das capacitações e o nível de conhecimento obtido em relação ao tema desta pesquisa: a violência doméstica infantil com relação à Educação Infantil.

Dos quatro locais diferentes de acesso a informações, três tiveram a mesma porcentagem de 13%, sendo estes locais: a Faculdade, a Secretaria de Educação Municipal e a TV. Como segunda porcentagem na ordem crescente com 24% palestras e formações propiciadas pelo município foram os locais mais destacados. Como maior porcentagem demonstrada 37% fica a negação de oferecimento deste conhecimento, demonstrando-nos a deficiência destes profissionais de um tema tão importante quando se fala de desenvolvimento infantil.

Ferreira (2008 *apud* Candau, 1997, p. 52-53) aponta para uma perspectiva "clássica" da formação continuada de professores, em que a ênfase é posta na "reciclagem". Nesta concepção, o profissional volta à universidade para fazer cursos de diferentes níveis, aperfeiçoamento, especialização, pós-graduação ou começa a

frequentar os cursos promovidos pelas próprias secretarias de educação, participação em seminários, simpósios, congressos etc. Em decorrência, ocorre uma valorização dos espaços considerados tradicionalmente, como o *locus* de produção de conhecimento, onde circulam as informações mais recentes.

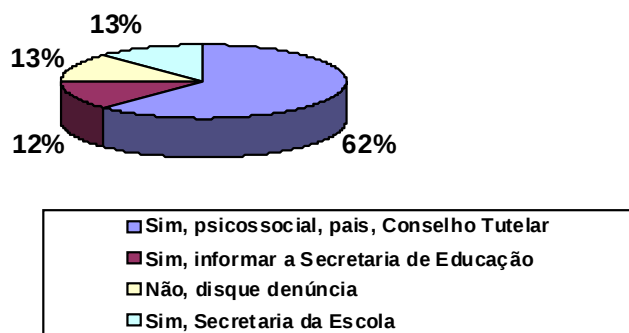
Consequências que as violências doméstica causam em crianças



As causas que as violências domésticas deixam nas crianças, foram descritas pelas entrevistadas de forma superficial, não revelando ter um conhecimento adquirido sobre o tema, para poder demonstrar; fato este confirmado no gráfico anterior sobre os locais onde elas recebem informações quando recebem, sendo a categoria maior mencionada nenhum local. Por isso aqui, como sequencia de pensamento, as categorias não poderiam ser diferentes na forma de sua apresentação. Com 13% das respostas causas *psicológicas* e *pro resto da vida*, com 24% *várias*, demonstrando a falta de conhecimento a ser demonstrada e com maior porcentagem duas categorias de 25% como: *cognitiva, social, comportamento* e *aprendizagem*.

Segundo Penso, Legnani (et al 2005), pelo incesto ou abuso transgride-se o tabu do imaginário social, as leis e uma relação de proteção e respeito à autonomia da vítima. Nessa transgressão a pessoa vitimizada (seja do sexo feminino, seja do sexo masculino) não tem a opção e as condições de resistir, de dizer não, sendo obrigada/seduzida à passividade. O trauma tem, assim, várias dimensões que podem perdurar mais ou menos profundamente durante o resto da vida da vitimizada ou do vitimizado, por ter havido, de fato, o abuso de uma expectativa de proteção e de respeito, o abuso de um corpo, numa relação forçada pelo mais forte, na violação de um tabu social, do direito, das leis, da proteção e do respeito e que se traduz em raiva, nojo, sofrimento, depressão e comportamentos marcados por desleixo, evasão, agressão, ansiedade, medo, iniciativas sexuais frente a outras crianças, dentre outros (SEBOLD, 1987 e ARBOLEDA e DUARTE, 2000).

Orientação por parte da secretaria municipal de educação quando acontecem casos de violências domésticas infantil



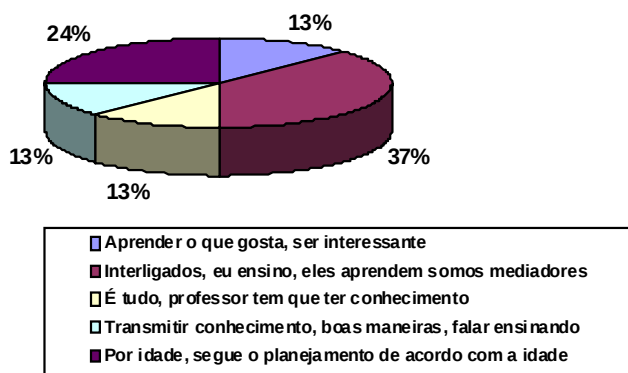
Segundo as oito professoras entrevistadas, falando sobre a orientação da Secretaria de Educação se percebido casos de crianças que sofrem Violência Doméstica, as categorias criadas por suas falas demonstram muitas diferenças de locais a serem procurados, onde a maior porcentagem de 62% destacam duas redes de apoio municipais como forma de encaminhamento, como segundo valor percentual 13%, mencionam o disque denúncia e secretaria da escola, e 12% a secretaria de educação. Com isso percebe-se uma contradição de informações, de atitude a ser tomada como primeira opção, estranhamento pelo fato de todas serem comandadas pela mesma secretaria de educação.

Segundo Penso, Legnani (*et al* 2005) na rede de defesa, os conselhos tutelares são instrumentos fundamentais para se poder zelar pelos direitos da criança. São os olhos e a potencialização da voz das próprias crianças e das denúncias para enfrentamento da trama, do drama e do trauma.

Especificamente em relação à questão educacional, constata-se que o Conselho Tutelar é parceiro necessário das diretorias de ensino, de diretores de escola e dos professores. Isto porque este setor lida com uma população em que se encontram vítimas de injustiça social, contra a qual o Conselho deve atuar para minorar as conseqüências. Qual a escola ou o professor que não trabalha com aluno que apresenta distúrbio psicológico ou problemas relacionados a tóxico ou alcoolismo? Ou que provém de uma família cujos pais ou responsáveis apresentam tais problemas? O encaminhamento para a solução da questão passa pelo Conselho Tutelar (FERREIRA, 2008). Ademais, a própria Lei ressalta a ligação que deve existir entre a comunidade escolar e o Conselho Tutelar quando estabelece, no artigo 56, a necessidade de comunicação dos casos envolvendo maus-tratos de

alunos, reiteração de faltas injustificadas ou de evasão escolar, e os elevados níveis de repetência. Muitas vezes, a solução de tais problemas não está centrada, apenas, no papel da criança ou do adolescente. Seus pais ou responsáveis também se apresentam como parte destes problemas e compete ao Conselho Tutelar aplicar as medidas pertinentes a eles.

Compreensão sobre o processo de ensino aprendizagem na Escola



Com relação ao conceito das entrevistadas sobre processo de ensino aprendizagem, criou-se cinco categorias, onde três tiveram a mesma porcentagem de 13% cada uma, tendo como idéia central aprender-gostar, professor-conhecimento, falar ensinando, ligadas a dinâmica interna da sala de aula. Com 24% a categoria passa a idéia da preocupação maior, em cumprir ordens de nível burocráticos, ligada a processos externos da sala de aula. E, a ultima e maior categoria com 37% retoma a idéia do interior da sala de aula, dizendo que o processo é a mediação, troca de conhecimentos, todos aprendem juntos, ninguém é dono do saber.

Para a perspectiva construtivista, é preciso iniciar destacando uma idéia fundamental que, por si só produz uma revolução no modo como tradicionalmente concebemos o ensino e a aprendizagem: “nada externo a nós pode especificar o que nos acontece – somos todos organismos determinados por nossa estrutura” (MATURANA, 1998). Isso significa, em primeiro lugar, que em termos de aprendizagem escolar, as mudanças que ocorrem no aluno são determinadas pelo seu presente estrutural (os conhecimentos prévios), que se constituiu por meio de uma história de interações muito mais ampla e que abrange outros espaços de vivência que vão além da sala de aula (CORREIA, 2001).

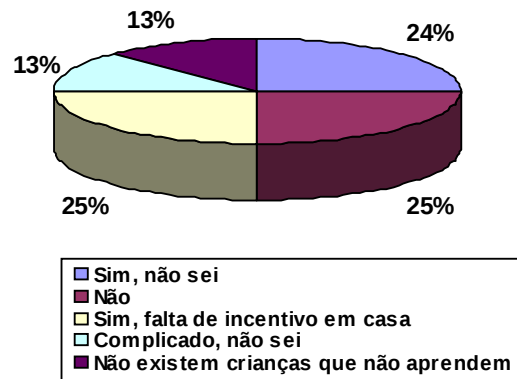
Para Correia (2004), dentro da sala de aula, um tripé de relações se constrói de forma dinâmica entre os três diferentes componentes desse espaço: conhecimento/saber, professor e aluno. A aprendizagem escolar é resultado de um complexo processo de intercâmbios funcionais estabelecidos entre tais elementos, onde cabe ao aluno aprender o conteúdo (saber) que é objeto desta aprendizagem e, do professor, espera-se que auxilie o aluno a construir significados e a atribuir sentido ao que aprende.

Considerando tais arestas e interfaces, o pólo da *afetividade* permeia todas essas relações e, como é enfatizado atualmente nas reflexões psicopedagógicas, toma-se o aspecto mobilizador que alimenta e energiza a motivação para o conhecimento. Este triângulo interativo, cujos vértices são representados pelos três pólos da *relação didática*, toma-se assim o núcleo dos processos de ensino aprendizagem realizados na escola e por tal motivo necessitam ser profundamente conhecidos pelo profissional que lida com os aspectos psicológicos - nesse caso, o psicólogo educacional - dentro desta instituição. Mediante esta fala podemos perceber a psicologia escolar na equipe técnica como fundamental na relação professor-aluno, pois é um profissional que vem somar no sentido de esclarecer as dimensões psicológicas implicadas tanto no processo ensino aprendizagem como na relação que os educadores estabelecem com seu trabalho (PANDOLFI, *et al.*, 1999. p. 42).

No âmbito desta nova área, o processo de aprendizagem pode ser visto como contemplando quatro dimensões: *biológica, cognitiva, social e função do EU* (PAÍN, 1985). Cada uma dessas dimensões necessita ser analisada por um *background* teórico que reflita sobre a demanda que a ela é dirigida. Portanto, enquanto a dimensão biológica recorre à reflexão a partir da Lingüística (alguns conhecimentos são de formas hereditárias, outros são formas adquiridas na experiência interativa com o meio), a dimensão social recorre à Psicologia Social (para a informação do contexto, que é constituinte do sujeito). A dimensão da Função do EU recorre à Psicanálise (que se encarrega da dinâmica psíquica expressa através dos sintomas e dos símbolos, revelando a face desejante do sujeito), e a dimensão cognitiva, terá toda a sua explicitação usando como fundamento a Epistemologia e a Psicologia Genética, se encarregando de analisar e descrever o processo construtivo do conhecimento pelo sujeito em interação com os outros e com os objetos.

Sintetizando essa questão do aprender em sala de aula, o aprender - ou não – do aluno não estaria definido por questões meramente cognitivas e objetivas, mas a partir do jogo da subjetividade que se dá na sala de aula. E esse jogo da subjetividade, passa essencialmente pelo contrato didático. Isso posto, o professor muitas vezes – implicitamente – “elege” aquele aluno que fracassará ou aquele que obterá sucesso na sua aprendizagem. O aluno, por sua vez, também pode entrar na relação didática com as marcas de outros contratos didáticos vivenciados, ao longo da sua história de escolarização.

Existem crianças que não aprendem em sua sala? Por que isso acontece?



Na questão sobre o aprender na infância, foi perguntado às professoras se existiam crianças que não aprendiam em sua sala, bem como qual seria o motivo disso. Criaram-se cinco categorias de respostas dadas por elas, onde com maior porcentagem 25% duas categorias se tornaram contraditórias uma 25% respondendo não e outra 25% sim e está relacionando a falta de incentivo dos pais em casa.

Como segunda porcentagem, de 24% mencionam que há crianças que não aprendem em suas salas, mas na hora de explicar o motivo, disseram que não sabiam o porquê.

Como últimas categorias, duas com 13% cada uma, uma negando a possibilidade de crianças não aprenderem, e outra achando complicada a questão e não sabendo os motivos que levam a isso.

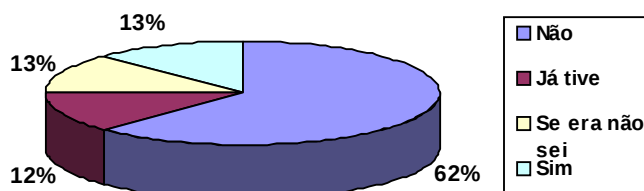
O não-aprender, refere-se não ao fracasso escolar (em termos de reprovação, repetência ou baixo desempenho em provas e testes), mas à ausência de progressos no processo de aprendizagem. Nesse sentido, o não-aprender parece-me ser um tema ainda mal resolvido, complexo e problemático, e por isso mesmo, exigindo um grande esforço de investigação (CORRÊA, 2001).

Na escola, o conceito que a criança faz de si, e a valorização desse conceito vai influir em suas atitudes no seu relacionamento e desenvolvimento. Bee & Mitchell (1984, p. 441) afirmam que o sucesso escolar é uma das características das crianças que gostam de si. Para Silva (1984) indica uma relação positiva e significativa entre autoconceito e rendimento acadêmico, reforçando a condição de relação da competência do autoconceito no desempenho *escolar*, e do quanto a auto-estima, desenvolvida com uma perspectiva preventiva, pode ser significativa na possibilidade de evitar fracassos escolares e desajustes consequentes.

Para Pinto (2000) quando uma criança apresenta dificuldades na escola isso pode ter muitos significados. Embora muito frequentemente o problema de comportamento como a agressividade, a timidez, os problemas de aprendizagem e a queda no rendimento escolar possam ser entendidos como "problema da criança", é inegável que tais dificuldades refletem tanto a realidade acadêmica como a realidade vivida fora da escola, notadamente no ambiente familiar. Se a primeira destas realidades deve chamar a atenção do psicólogo escolar como foco básico, não se pode ignorar a segunda.

Além das características genéticas determinadas pelos pais, os filhos são suscetíveis aos contatos afetivos e à convivência familiar quando, inclusive, recebem influências em seus padrões psicológicos. O potencial cognitivo também é suscetível às influências parentais de acordo com a estimulação que o ambiente propicia, se o ambiente é rico e complexo favorece positivamente o desenvolvimento cognitivo. Mas se o ambiente é caracterizado pela inibição, por estimulações inadequadas e mal programadas, o desenvolvimento será afetado negativamente (BAUMRIND, 1991).

Casos de violências domésticas em sua sala

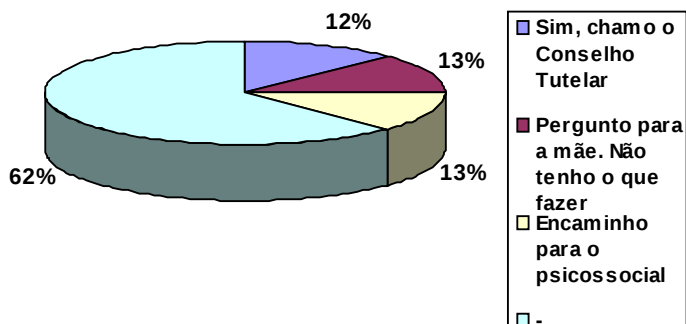


Em relação ao relato da possibilidade de haver casos de crianças que sofrem violências domésticas em sua sala de aula, 62% das respostas foram negativas e apenas 13% confirmando a presença em sua sala. Mediante essa diferença percentual entre negativo e a existência de casos, a explicação pode-se dar pela falta de percepção e despreparo de identificação dos casos pelas professoras entrevistadas, conforme demonstrado nos resultados dos gráficos anteriores.

Para Santos (2002) contudo, apesar da cautela diante destas idéias pálidas e destas situações com feitiço, eu precisava ter cuidado nos momentos em que eu fosse seguir as trilhas difusas que se entrelaçavam e se esvaeciam nesse cotidiano escolar, afinal, além de haver diferenças gritantes e complicadas entre uma análise conceitual e uma análise factual do fenômeno da violência, era muito difícil dizer na prática: "isso é violência", "aquilo não é violência". Desse modo, o que de fato me preocupa e faz com que meus olhos se movam com mais lentidão do que os ponteiros dos minutos do relógio, o que de fato me surpreende ao sair de trás dos arbustos com um quê de terrivelmente confuso "são as marcas da violência em diferentes modos de linguagem da criança".

Portanto, a garantia do direito à educação, num primeiro plano, envolve os diretores, coordenadores e professores e o Conselho Tutelar. A relação harmoniosa e independente desses atores é de extrema importância para se atingir tal desiderato. Contudo, a relação entre os conselheiros tutelares e o sistema educacional - diretores de escola, coordenadores e professores – muitas vezes não se apresenta adequada em razão dos motivos mencionados: a resistência ao papel desenvolvido pelo conselheiro e o desconhecimento de suas atribuições. A superação dos entraves para a garantia do direito à educação das crianças e dos adolescentes é de suma importância (FERREIRA, 2008).

Comprometimento com o caso? De que maneira?



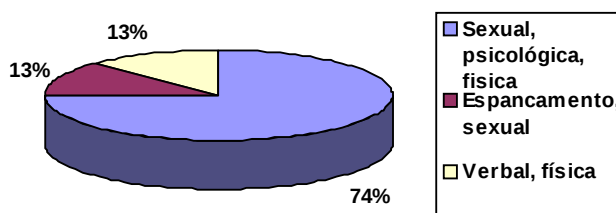
Dando continuidade à questão anterior onde se perguntou se havia crianças que sofriam violências domésticas em sua sala, quando positiva, o que elas faziam para ajudar nesta situação, bem como a maneira de amenizar o caso.

Com maior percentual de 62% não foi respondida a questão, pois na pergunta anterior os mesmos 62% mostraram negação da existência de crianças violentadas em sua sala.

Já as outras porcentagens demonstraram soluções diferentes de acordo com aquilo que sabiam aparecendo: 12% chamar o conselho tutelar e 13% perguntar para a mãe sobre a marca vista e mais nada a fazer e, encaminhar para rede de apoio o psicossocial. Percebe-se novamente, nesta questão a falta de orientação precisa seja da Secretaria de Educação ou da própria gestão em estarem tomando a mesma atitude e de forma correta, e não fazendo encaminhamentos de acordo com a idéia de cada um.

Ferreira (2008) nos diz que, como forma de garantir a aplicabilidade do citado dispositivo, e buscando dar maior efetividade à lei, ao tratar das infrações de natureza administrativa, ficou prevista a responsabilidade do professor ou do responsável pelo estabelecimento de ensino fundamental, creche e pré-escola quanto à obrigatoriedade da comunicação. Nesse sentido, estabelece o ECA o artigo 245: Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena: multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

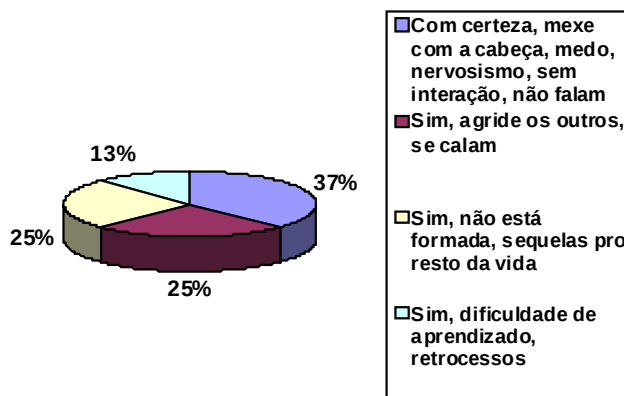
Tipos de violências sofridas por crianças



Nesta questão sobre o conhecimento dos tipos de violências sofridas por crianças, percebi novamente a mesma dificuldade nas entrevistadas do conhecimento delas em responder sobre o assunto. Tendo três categorias formadas, com maior porcentagem de 74% aparecem as violências sexual, psicológica e física, mencionadas por elas o contato pela televisão como formas de violências contra crianças.

A cultura da violência física ou simbólica presente em muitas famílias, agressões, espancamentos, ameaças, castigos, humilhações, os abusos sexuais existentes em muitas delas, a diminuição da disponibilidade de tempo que os pais têm para ficar com os filhos, o conhecimento de casos de abandono da criança - desde não lhe trocar a fralda por muitas horas até trancá-la no quarto ou deixá-la por longo tempo vendo TV - arranham a imagem da família como ambiente protetor de sua prole. Não obstante isso, a família não pode ser destituída de seu papel de importante agência educativa dos filhos em proveito da creche ou pré-escolar (OLIVEIRA, 2010).

Acredita que a agressão física, psicológica e sexual interfere na cognição da criança? Por quê? De que maneira?



Na questão sobre a relação da violência doméstica e o processo de aprendizagem da criança na escola, mediante as respostas das professoras entrevistadas criou-se quatro categorias, uma falando da relação com o medo desencadeado, nervosismo, falta de interação, falta de socialização, como maior porcentagem de 37%, onde a idéia foi o destaque dos fatores desencadeantes da violência em casa, que interferem diretamente no processo de desenvolvimento cognitivo da criança.

Como segunda maior porcentagem 25% criou-se duas categorias, onde falam do resultado agressivo que a criança demonstra na escola, e as sequelas que ela terá para o resto de sua vida, por estar no estágio de desenvolvimento. A terceira e ultima porcentagem é de 13%, onde relata a dificuldade de aprendizagem que a violência desencadeia na criança causando retrocessos no seu desenvolvimento cognitivo.

Souza (1996) coloca que, os fatores relacionados ao sucesso e ao fracasso escolar se divide em três variáveis interligadas, denominadas de ambiental, psicológica e metodológica. O contexto ambiental engloba fatores relativos ao nível sócio-econômico e suas relações com ocupação dos pais, número de filhos, escolaridade dos pais, etc. Esse contexto é o mais amplo em que vive o indivíduo. O contexto psicológico refere-se aos fatores envolvidos na organização familiar, ordem de nascimento dos filhos, nível de expectativa, a qualidade na relação dos pais com a criança etc, e as relações desses fatores são respostas como ansiedade, agressão, auto-estima, atitudes de desatenção, isolamento, não concentração. O contexto metodológico engloba o que é ensinado nas escolas e sua relação com valores como pertinência e significado, com o fator professor e com o processo de avaliação em suas várias acepções e modalidades.

A autora ressalta ainda que em consequência do fracasso escolar, devido à inadequação para a aprendizagem, a criança é envolvida por sentimentos de inferioridade, frustração, e perturbação emocional, o que torna sua auto-imagem anulada, principalmente se este sentimento já fora instalado no seu ambiente de origem. Se o clima dominante no lar é de tensões e preocupações constantes, provavelmente a criança se tornará uma criança tensa, com tendência a aumentar a proporção dos pequenos fracassos e preceitos próprios da contingência da vida humana. Se o clima é autoritário, onde os pais estão sempre certos e as crianças sempre erradas, a criança pode se tornar acovardada e submissa com professores,

e dominadora, hostil com crianças mais jovens que ela, ou pode revoltar-se contra qualquer tipo de autoridade. Se o clima emocional do lar é acolhedor e permite a livre expressão emocional da criança, ela tenderá a reagir com seus sentimentos, positivos ou negativos, livremente.

Strick e Smith (2001) ressaltam, que o ambiente doméstico exerce um importante papel para determinar se qualquer criança aprende bem ou mal. As crianças que recebem um incentivo carinhoso durante toda a vida tendem a ter atitudes positivas, tanto sobre a aprendizagem quanto sobre si mesmas. Essas crianças buscam e encontram modos de contornar as dificuldades, mesmo quando são bastante graves.

Já para, Roman e Steyer (2001) referem que os conflitos emocionais interferem muito no rendimento da criança. Cabe a escola, na figura da professora, fazer a “escuta” adequada destas manifestações, considerando o estado geral da criança em seu dia a dia, o contexto familiar em que está inserida e os eventuais problemas familiares que possam estar vivenciando, desde o nascimento de um irmão, a morte de um familiar, uma situação de desemprego, separação dos pais, entre outros problemas. Mediante a exposição dos autores que falam sobre a relação família e o desenvolvimento da criança na escola, percebe-se que a qualidade da relação interna de pais com os filhos, muito tem a interferir nas relações externas que a criança estabelece, principalmente relacionada a seu sucesso educacional. Dependendo da atenção recebida na família, será o tipo de resposta da criança na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar essa dissertação de mestrado entendi que foi muito importante refletir sobre o fenômeno da violência intrafamiliar infantil. Apesar de terem sido constantes os desafios de um longo e extenuante caminho percorrido, é possível afirmar ter obtido subsídios para a resposta positiva do objetivo da pesquisa, relacionado a crianças em situação de violência doméstica e a aprendizagem na escola. Cabe ressaltar que, a pesquisa não esgotou de forma alguma a temática desta, mas que se constitui um fator contributivo na compreensão da problemática.

Com a análise e discussão dos dados pesquisados, foi possível responder às questões norteadoras da pesquisa, bem como trouxe outras descobertas significativas que não estavam previstas. Assim esse estudo mostra que as violências sofridas pelas crianças em suas casas têm interferência na aprendizagem escolar, mediante a visão das professoras.

Apesar da escassez de dados precisos sobre as violências infanto-juvenil posso concluir que está é um fenômeno mundial, social e histórico, envolvendo determinantes econômicos, políticos e jurídicos, atingindo todas as classes sócio-econômicas e culturais onde a violência infanto-juvenil além de determinantes estruturais se constitui num padrão cultural introjetado e de natureza interpessoal.

O que determina diretamente o desenvolvimento da psique de uma criança é sua própria vida e o desenvolvimento dos processos reais desta vida – em outras palavras, o desenvolvimento das atividades da criança, quer a atividade aparente,

quer a atividade interna. Mas seu desenvolvimento, por sua vez, depende de suas condições reais de vida (LEONTIEV, 2001, p. 63).

Vários estudos e pesquisas científicas comprovam que a primeira infância representa um momento crítico do desenvolvimento biológico, cognitivo, emocional e social do ser humano. As condições oferecidas pela sociedade, como o acesso a ambientes que estimulem as suas potencialidades, influenciarão de forma decisiva e duradoura na sua existência e seu desenvolvimento. É por isso que a educação infantil tem papel indispensável na sociedade como um todo sendo um compromisso social de todos, um projeto inadiável para um futuro promissor na educação de nosso país.

Então, como objetivo geral desta pesquisa, a escolha foi, de compreender criticamente, como as violências domésticas afetam o processo de ensino e aprendizagem de crianças que estudam nos Centro de Educação Infantil Municipal - CEIM's de Lages-SC.

Na análise dos resultados, com as respostas das entrevistas foi possível criar várias categorias para cada questionamento feito, mas abaixo destacarei as principais questões norteadoras da pesquisa, onde estas me deram respostas positivas ou negativas sobre o objetivo proposto.

Em relação ao fator relacionado ao *“conhecimento da política de atendimento à criança no CEIM”* as respostas das professoras entrevistadas foram 87% positivas, dando uma idéia de boa comunicação interna dos profissionais que trabalham no CEIM, considerando de muita importância por parte do profissional que esta dentro da sala de aula, convivendo diariamente com as crianças saber quais são as suas obrigações, decisões e seu papel como educadora.

Ao pesquisar o *“conhecimento sobre as violências domésticas infantil”*, as respostas foram insatisfatórias mediante a pergunta. As professoras demonstraram falta de conhecimento sobre o assunto em questão. Fico preocupada em presenciar esta realidade nas educadoras, a falta de conhecimento de um tema tão relevante quando se fala de crianças, não as culpando totalmente por essa situação, mas todo um contexto maior que esta por trás da Educação, da sala de aula e do CEIM.

Analizando a questão da *participação de capacitações, cursos, formação continuada relacionada ao tema*, as categorias criadas pelas respostas foram muito diferenciadas, demonstrando a disparidade do conhecimento delas. Como uma maior porcentagem a negação desta proximidade com o tema, por isso, entendo a

dificuldade das professoras para responder as perguntas mais específicas sobre o tema. Recomendo que a capacidade de todas as pessoas que trabalham com e para crianças visando contribuir para eliminar todas as formas de violência contra elas, seja rapidamente desenvolvida. Uma capacitação inicial e em serviço que transmita conhecimentos, e o respeito aos direitos da criança deve ser oferecida. Os Estados devem investir em programas educacionais e de capacitação sistemáticos para profissionais e leigos que trabalham com ou para crianças e famílias com vistas a prevenir, detectar e responder às violências contra crianças.

Ao refletir as *“consequência que as violências domésticas causam em crianças”*, essa questão foi expressa com respostas muito diferenciadas pelas entrevistadas, demonstrando novamente, o desconhecimento das professoras sobre as violências domésticas infantil. Conforme mencionado na questão anterior, a maioria das educadoras nunca tiveram acesso a conhecimentos específicos do tema, obviamente demonstrando dificuldades em responderem sobre o assunto.

Sobre a *“orientação por parte da secretaria municipal de educação quando acontece casos de violências domésticas infantil”*, as professoras relataram de formas diferentes as atitudes a serem tomadas, mas não como uma orientação dada pela secretaria, e sim a atitude que cada uma tomaria frente o caso. Percebi nesta questão a clareza da falta de importância que a Secretaria de Educação Municipal dá em relação ao tema, demonstrando essa, dada pela falta de dados estatísticos na própria secretaria e também a falta de orientação, formação continuada, cursos sobre um tema tão pertinente ao se falar de crianças para os professores da Educação Infantil dos CEIM. Ainda há muito a ser feito e diversos fatores limitam o impacto das medidas adotadas ou propostas em relação as violências contra crianças. Entre eles, podemos citar a falta de conhecimentos ou entendimento sobre a violência contra crianças e suas causas básicas, que é agravada pela escassez de dados e estatísticas sobre a questão. Os esforços para atacar a questão das violências contra crianças são frequentemente reativos e concentrados nos seus sintomas e consequências, e não em suas causas. As estratégias tendem a ser fragmentadas e não integradas, e os recursos insuficientes são alocados para medidas concebidas para atacar o problema. Além disso, os compromissos internacionais de proteger crianças das violências frequentemente não se traduzem em medidas concretas em nível nacional.

Em relação à “*compreensão sobre o processo de ensino-aprendizagem*”, as professoras entrevistadas mencionaram a dificuldade em conceituar esse processo educacional, mas responderam na forma que cada uma vê essa reação com o seu conhecimento sobre o assunto, inclusive mencionando aquilo que elas praticam no seu dia-a-dia em sala de aula.

Sobre os “*tipos de violências sofridas por crianças*”, as respostas foram mencionadas de diferentes maneiras, demonstrando desconhecimento sobre o assunto, tendo dificuldade em responder. Percebi que as educadoras pensavam muito como responder, sentiam-se inseguras em falar achando que poderiam errar, todas mencionaram a violência física parecendo ser a mais comum e comentada até mesmo na TV, mas as outras violências quando citadas por elas foi de forma desconhecida perceptível em suas falas.

Como posse do mundo adulto, o corpo da criança foi e continua alvo de múltiplas formas de violências. A humanidade, ao longo de sua história, desenvolveu um *saber fazer* para agredir o corpo das crianças. Esse *saber fazer* violento mantém-se na educação dos filhos. O uso da dor e do sofrimento físico para prevenir ou punir um comportamento tido como incorreto ou inadequado é ainda um recurso utilizado e legitimado na educação de crianças no espaço familiar. A prática de bater para educar as crianças possui raízes muito profundas, é um costume arraigado em nossa cultura.

Como respostas à última questão que considero como a de maior importância desta pesquisa, onde traz a pergunta: “*acredita que a agressão física, psicológica e sexual interfere na cognição da criança? Por quê? De que maneira?*” as respostas foram apresentadas de formas diferentes, mas todas as professoras entrevistadas citaram como positiva, verdadeira a relação da interferência das Violências domésticas com a cognição, somente a maneira de mencionar os aspectos que interferem diferenciaram-se entre as professoras entrevistadas.

Como conclusão desta pesquisa, avalio que os objetivos foram alcançados em parte pelas entrevistadas. Em partes porque a dificuldade encontrada, se deu pela falta de entendimento e conhecimento sobre as violências domésticas, suas causas, os tipos e as consequências, pela falta de orientação da secretaria de educação em casos de violências, falta de treinamentos capacitações, tudo isso dificultando o total sucesso da pesquisa. Percebi também, a dificuldade de conhecimento das professoras em perceber a violência intrafamiliar na sala de aula

junto com o medo de se comprometerem com a questão, mas todas mencionaram que a violência, é positiva quando faz-se relação com a aprendizagem.

Com relação aos pressupostos levantados, obtive a confirmação de todos, tanto nas literaturas consultadas, quanto na pesquisa feita, são eles: as violências domésticas trazem consequências tanto psicológicas, físicas e também interfere no processo de cognição da criança; O comprometimento do baixo rendimento escolar, tanto pela depressão desencadeada na criança como pelo sofrimento da tensão da ameaça que vive, causando desatenção, a exclusão social gerada, embotamento, isolamento social e vergonha; A falta de tempo dos professores em investigar a particularidade de cada aluno em sala de aula, ocasionado pelo sistema educacional imposto; Descaso da escola causado pelo medo dos educadores frente à denúncia da violência; A baixa notificação dos casos de violências por parte dos profissionais das áreas de saúde, educação e bem-estar social indicando o pouco conhecimento e envolvimento desses com o problema e com as instituições especializadas no atendimento de crianças vítimas de violências.

Outra conclusão que cheguei no término desta pesquisa, é que ainda precisam ser promovidos estudos estatísticos aprofundados, para que tenhamos mais dados ancorados na realidade empírica do Brasil. Em geral, os indicadores utilizados na discussão sobre as explicações dos maus-tratos infantis são construídos em ambientes sócio-culturais bem distintos da realidade brasileira. O descaso demonstrado em nosso município quando visitado alguns órgãos, pela falta de documentos estatísticas e de cuidado e atendimento demonstrado pela secretaria de educação sobre esse tema e também o descaso da promotoria pública da infância e do adolescente de nosso município, percebe-se que muito há que se construir para que se afine o foco das políticas públicas que desejem formular princípios para se abordar o assunto em pauta.

Nesse momento também, gostaria de salientar que entendo que existe a necessidade de se aproximar mais ainda nas áreas de Educação o tema da violência intrafamiliar, fato este onde tive que voltar a fazer as entrevistas com os gestores, para ver se encontraria dados mais relevantes sobre o tema do adquirido pelos professores, mas infelizmente obtive insucesso na ação.

Na educação superior, teria que despertar a consciência dos alunos do Curso de Pedagogia e áreas afins como as Licenciaturas, para o fenômeno, sendo uma opção a inserção nos currículos de disciplinas que trabalhem sobre a violência

infantil, o ECA, o fenômeno e suas causas e conseqüências ao proporcionarem o debate sobre o tema, o trabalho do conselho tutelar bem como o conhecimento das redes de apoio de nosso município, destacando que ela existe intra e extrafamiliar, intra e extraclasse, o que viria a subsidiar uma atitude quem sabe até mais preventiva por parte dos futuros professores e daria-lhes um suporte de maior confiança aos professores para lidarem frente as situações.

Em termos ainda de atitudes acadêmicas, em um sentido talvez mais amplificador promover Semanas Acadêmicas em que se possam debater temáticas relacionadas, o incentivo de promover a participação de alunos em pesquisas, em nível de Monografias e nos programas de iniciação científica, na pós-graduação.

Esse estudo sugere também que é fundamental retirar o assunto da violência intrafamiliar da esfera particular, pois isso, inclusive remete à dimensão ética da lei do exercício profissional, pautado no “Estatuto de defesa dos direitos da Criança e do Adolescente” que define legalmente as normas de conduta desses profissionais tornando obrigatória a notificação de casos de maus-tratos.

REFERÊNCIAS

Abuso Sexual. Disponível em: <http://www.violenciasexual.org.br>.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V.N. **A violência doméstica na infância e na adolescência.** 2. ed. São Paulo: Robe, 1995.

AZEVEDO, M.A. e GUERRA, V.N. (Org.) **Crianças vitimizadas:** a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989.

_____. **Infância e violência doméstica:** fronteiras do conhecimento. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

AZEVEDO, M.A.; GUERRA, V. **Infância e violência doméstica:** fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1996.

AZEVEDO, M.A.; *et al.* **Infância e violência doméstica.** São Paulo: USP, 1998.

BALLONE, G.J. Ortolani IV. **Violência Doméstica.** Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br/infantil/violdome.html>.

BETTELHEIM, Bruno. **A Psicanálise dos Contos de Fadas.** 20. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão:** seguido de a influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – **LEI 8.069/90.** Rio de Janeiro: DP e A, 1998.

BRASIL, **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil** / Ministério da

Educação/Secretaria da Educação Básica – Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. **Violência contra a criança e o adolescente.** Brasília: Ministério da Saúde, 1993.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Violência intrafamiliar:** orientações para a prática em serviço. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2002.

CORREIA, Mônica (Org.). **Psicologia e Escola:** uma parceria necessária. Campinas, SP: Alínea, 2004.

CORRÊA, Rosa Maria. **Dificuldades no aprender. Um outro modo de olhar.** Campinas: Mercado de Letras, 2001.

CORRÊA, Rosa Maria. **Dificuldades no aprender. Um outro modo de olhar.** Campinas: Mercado de Letras, 2001. IN: Maturana, 1998.

COSTA, Liana Fortunato (Org.); ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **Violência no cotidiano: do risco à proteção.** Brasília: Universa: Líber Livro, 2005.

COSTA, Liana Fortunato (Org.); ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **Violência no cotidiano: do risco à proteção.** Brasília: Universa: Líber Livro, 2005. IN: Amazarray e Koller, 1996.

CLIMENE, L.C.; BURALLI, K.O. **Violência familiar contra crianças e adolescentes.** Salvador: Ultragraph, 1998.

DEL PRIORE, M. História das crianças no Brasil. 4. ed. São Paulo: Contexto; 2004. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. p. 84-106. In: DONOSO, Miguir Terezinha Vieccelli. Perspectiva dos pais sobre educação e castigo físico. **Rev Saúde Pública.**, 2009;43(1):78-84.

DESLANDES, S.F. **Prevenir a violência:** um desafio para profissional de saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ / ENSP / CLAVES. Jorge Careli, 1994.

DIMENSTEIN, G. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil.** 19. ed. São Paulo: Ática, 2000.

FACCI, M.G.D. A periodização do desenvolvimento psicológico individual na perspectiva de Leontiev, Elkonin e Vigotski. **Cadernos Cedes**, v. 24, n. 62, abr. 2004.

FERRÉS, Joan. **Televisão Subliminar:** Socializando através de Comunicações Despercebidas. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GARCIA, Isadora.; OLINGER, Marianna.; ARAÚJO, Tatiana. **Pelo fim dos castigos físicos e humilhantes Manual para sensibilização de pais, mães e cuidadores de crianças.**

GUARESCHI, Pedrinho (coord.). **Comunicação e Controle Social.** 6. ed.

Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

_____. **Os construtores da informação.** Petrópolis: Vozes, 2000.

GUERRA, V. N. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

GUERRA, V.N. de. **Violência de pais contra filhos, procuram-se vítimas.** 2. ed. São Paulo: Cortez e Associados, 1985.

GUERRA, V.N de A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **A violência de pais contra filho: Procura-se Vítimas.** São Paulo, Cortez, 1985, p. 106.

JAFFE, P.G., WOLFE, D.A.; WILSON, S.K. (1990). *Children of battered women.* (Developmental clinical psychiatry, 21).

KRUG, E.G., *et al* (eds.). **Relatório Mundial sobre a Violência e a Saúde** (Genebra, Organização Mundial da Saúde, 2002, p. 5.

LACRI – Laboratório de Estudos da Criança. **Pesquisando a violência doméstica contra crianças e adolescentes – a ponta do iceberg.** (2006) Disponível em: <http://www.ip.usp.br/laboratorios/lacri/iceberg.htm>. Acesso em: 29 set. de 2006.

LEAL, C.B.; PIEDADE, H. Júnior. (Org.). **Violência e vitimização: a face sombria do cotidiano.** Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LEONTIEV, A.N. Uma contribuição à teoria do desenvolvimento da psique infantil. In: VIGOTSKII, L.S., LURIA, A.R. & LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem.** 9. ed. São Paulo: Ícone, 2001.

MALDONADO, M. T. **Os construtores da paz: caminhos de prevenção da violência.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

MALDONADO, Daniela Patrícia.; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 353-362, set./dez. 2005.

MICHAUD, Yves. **A violência.** São Paulo: Editora Ática, 1989.

MICHAUD, Y. A violência. São Paulo: Ática, 1989. In: **Violência e conflitos na escola: desafios à prática docente.**

MICHAUD, Yves. **A violência.** Tradução de L. Garcia. Editora Ática. Série Fundamentos 57. 1989. IN: CHESNAI, 1981.

MINAYO, M.C.S. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 10 (supl 1): 07-18, 1994.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky, aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.

PEREIRA, S.M.; SANTANA, J.S.S.; FERRIANI, M.G.C.. Violência rima com adolescência? In: ABEn. **Associação Brasileira de Enfermagem. Adolescer: compreender, atuar, acolher**. Brasília (DF): Associação Brasileira de Enfermagem, Ministério da Saúde, 2001. p. 95-103.

Programa APOMT – Aviso por Maus-Tratos contra Crianças e Adolescentes – Ministério Público de Santa Catarina – CIJ – Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude.

REGO, Tereza Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. (Educação e Conhecimento).

ROCHA, C.R.M; TASSIANO, C.M.L.M; SANTANA, J.S.S. Acompanhamento dos adolescentes na família. In: ABEn. **Associação Brasileira de Enfermagem. Adolescer: compreender, atuar, acolher**. Brasília (DF): Associação Brasileira de Enfermagem, Ministério da Saúde, 2001. p. 38 –44.

ROCHA, Patrícia Kuerten. **Crianças vítimas de violência: cuidar brincando**. Blumenau: Nova Letra, 2006, 2001.

ROCHA, Patrícia Kuerten. **Crianças vítimas de violência: cuidar brincando**. Blumenau: Nova Letra, 2006. in: DRAUCKER, 2002 e NAGLER, 2002.

RBS. **Campanha O amor é a melhor herança. Cuide das crianças**. Disponível em: www.clicrbs.com.br/cuidedascrianças. Acesso em: 20 jun. 2008.

SAFFIOTI, H. A Síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, M. A e AZEVEDO, V. N. (orgs.) **Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo, Iglu, 1989. 13-21 p.

SAFFIOTI, M.I.B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1988.

SCHIFINO, Ana Paula. A construção da identidade pós-moderna através da campanha: “O amor é a melhor herança. Cuide das crianças”. **Revista Estudos Comunic.**, v. 8, n. 17, p. 229-234, set.-dez. 2007.

STRATON, Peter.; HAYES, Nicky. **Dicionário de psicologia**. São Paulo: Pioneira, 1994.

UNICEF. **Situação Mundial da Infância 2000**. Brasília, DF: UNICEF/2000.

STRATON, Peter.; HAYES, Nicky. **Dicionário de psicologia**. São Paulo: Pioneira, 1994.

UNICEF. **Situação Mundial da Infância 2000**. Brasília, DF: UNICEF/2000. VAZ, Marlene.

VECINA, T. C. C. A Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. In: Neto, J. C. S Neto e M. L. B. P. Nascimento. **Infância: Violência, Instituições e Políticas Públicas**. São Paulo: Expressão e Arte, 2006.

VEET, Vivarta. **Que país é este?** Probreza, desigualdade e desenvolvimento humano e social no foco da imprensa brasileira. São Paulo: Cortez, 2003.

VERSIANI, Cláudio. **Crescer sem violência**. UNICEF. Acesso em: http://www.unicef.org/brazil/pt/activities_9410.htm. 2010.

WITTER, Geraldina Porto. Violência e criança. **Rev. Estudos de Psicologia**, v. 20, n. 2. mai. ago. PUC-Campinas, 2003.

WINNICOTT, D.W. **A Família e o Desenvolvimento do Indivíduo**. Belo Horizonte: Interlivros, 1980.

WITTER, Geraldina Porto (Org.). **Psicologia e educação**: professor, ensino e aprendizagem. Campinas, SP: Alínea, 2004.

WITTER, Geraldina Porto (Org.). Psicologia e educação: professor, ensino e aprendizagem. Campinas, SP: Alínea, 2004. IN: VALLE, Luiza Elena Leite Ribeiro do. **Auto-estima e aprendizagem infantil**.

WITTER, Geraldina Porto (Org.). Psicologia e educação: professor, ensino e aprendizagem. Campinas, SP: Alínea, 2004. IN: SANTOS, Cecília Rifa Bozzo Gregorutti dos. **Estresse e Estilos Parentais**.

WITTER, Geraldina Porto (Org.). Psicologia e educação: professor, ensino e aprendizagem. Campinas, SP: Alínea, 2004. IN: Baumrind, 1991.

WITTER, Geraldina Porto (Org.). Psicologia e educação: professor, ensino e aprendizagem. Campinas, SP: Alínea, 2004. IN: Pinto, 2000.

WITTER, Geraldina Porto (Org.). Psicologia e educação: professor, ensino e aprendizagem. Campinas, SP: Alínea, 2004. IN: Darling e Steinberg, 1993.

WITTER, Geraldina Porto (Org.). Psicologia e educação: professor, ensino e aprendizagem. Campinas, SP: Alínea, 2004. IN: Maccoby e Martin, 1983.

WITTER, Geraldina Porto (Org.). Psicologia e educação: professor, ensino e aprendizagem. Campinas, SP: Alínea, 2004. IN: Wang e He, 2002.

WITTER, Geraldina Porto (Org.). Psicologia e educação: professor, ensino e aprendizagem. Campinas, SP: Alínea, 2004. IN: Oliveira et al., 2002.

WITTER, Geraldina Porto (Org.). Psicologia e educação: professor, ensino e aprendizagem. Campinas, SP: Alínea, 2004. IN: Darling, 1999.

WITTER, Geraldina Porto (Org.). Psicologia e educação: professor, ensino e aprendizagem. Campinas, SP: Alínea, 2004. IN: Chão, 1994.

WITTER, Geraldina Porto (Org.). Psicologia e educação: professor, ensino e aprendizagem. Campinas, SP: Alínea, 2004. IN: Steinberg, 1993.

WITTER, Geraldina Porto (Org.). Psicologia e educação: professor, ensino e aprendizagem. Campinas, SP: Alínea, 2004. IN: Lubi, 2003.

WITTER, Geraldina Porto (Org.). Psicologia e educação: professor, ensino e aprendizagem. Campinas, SP: Alínea, 2004. IN: Grolnick & Ryan, 1989.

REFERÊNCIAS ON LINE:

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA

Declaração Universal dos Direitos Humanos, *tradução oficial, UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS

Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - SPDCA

Fundação ABRINQ pelos Direitos das Crianças

Ministério Público do Trabalho - MPT

Ministério Público Federal

Missão Criança

Organização Internacional do Trabalho

Pastoral do Menor - CNBB

Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Campanha da Agência de Notícias dos Direitos da Infância

APÊNDICES

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – MESTRADO EM EDUCAÇÃO
PESQUISADORA: RENATA BEATRIZ PRETO
ORIENTADORA: MARILANE MARIA WOLFF PAIM
PESQUISA: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA CRIANÇAS E A SUA
INTERFERÊNCIA NOS PROCESSOS DE ENSINO APRENDIZAGEM NA ESCOLA

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA

• IDENTIFICAÇÃO DO(A) ENTREVISTADO(A)

Nome: _____

Idade: _____ Estado Civil: _____ Possui Filhos: _____

Porque escolheu a profissão de ser professor(a)? _____

Há quanto tempo trabalha nesta área? _____

Tem o hábito de fazer leituras de livros? Quantos por mês?

Está sempre em busca de informações atualizadas? Onde?



• DADOS PROFISSIONAIS

O que acha da política de atendimento à criança neste CEIM? _____

Você é convidada à participar e dar opiniões sobre as ações aplicadas neste?

• TEMA

O que você sabe sobre a violência doméstica infantil? _____

Já presenciou alguma agressão contra crianças? De que tipo? O que fez? Onde?

Já teve capacitações, cursos, maiores informações sobre o tema?

Você sabe quais são as consequências que a V.D causam em crianças?

O que a Secretaria Municipal de Educação orienta quando há presença de casos de violência doméstica com as crianças? _____

• ENSINO

O que é o processo de ensino aprendizagem para você?

Existem crianças que não aprendem em sua sala? Você sabe porque isso acontece?

O que você faz mediante essa situação? _____

Já teve ou têm casos de crianças que sofrem V.D. em sua sala?

Vc se compromete com o caso? De que maneira? _____

Você sabe quais são os tipos de violência sofridas por crianças? _____

Você acha que a agressão física, psicológica e sexual interfere na cognição da criança? Porquê? De que maneira?





UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE
CEP – COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES
HUMANOS

APÊNDICE 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado a participar em uma pesquisa. O documento abaixo contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Para tanto, leia atentamente as informações abaixo e não se apresse em decidir. Se você não concordar em participar ou quiser desistir em qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Se você concordar em participar basta preencher os seus dados e assinar a declaração concordando com a pesquisa. Se você tiver alguma dúvida pode esclarecê-la com o responsável pela pesquisa. Obrigado(a) pela atenção, compreensão e apoio.

Eu, _____, residente e domiciliado _____, portador da Carteira de Identidade, RG _____, nascido(a) em ____/____/_____, concordo de livre e espontânea vontade *em participar como voluntário* da pesquisa: *Violência doméstica contra crianças e a sua interferência nos processos de ensino aprendizagem na escola*.

Declaro que obtive todas as informações necessárias, bem como todos os eventuais esclarecimentos quanto às dúvidas por mim apresentadas. Estou ciente que:

1. O estudo se refere a: analisar as conseqüências psicossociais geradas pela violência doméstica direta nas crianças que interferem no processo de ensino aprendizagem.

2. A pesquisa é importante de ser realizada por ser a violência doméstica um dos mais graves problemas a serem enfrentados pela sociedade contemporânea. É uma forma de violência que não obedece à fronteiras, princípios ou leis. Ocorre diariamente no Brasil e em outros países apesar de existirem muitos mecanismos constitucionais de proteção aos direitos humanos.

3. Participarão da pesquisa duas professoras de três CEIM's do município de Lages-SC.

4. Para conseguir os resultados desejados, a pesquisa será realizada com cada professor(a), conforme a disponibilidade deles em contribuir para este estudo, com local e hora devidamente marcada.

5. Para isso, os participantes da pesquisa poderão sentir-se ansiosos em falar sobre o assunto e também nervosos com lembranças de episódios vivenciados em seu trabalho causando um certo desconforto e revolta, e poderão preocupar-se com o sigilo de suas informações prestadas.

6. A pesquisa é importante de ser realizada pois deve trazer como benefícios para os gestores e professores a oportunidade de estarem conhecendo mais sobre o assunto bem como o tamanho das conseqüências que ela traz ao desenvolvimento da criança e a satisfação em saber que existem cada vez mais pessoas interessadas e preocupadas com este assunto da violência principalmente no meio acadêmico.

7. Se, no transcorrer da pesquisa, tiver alguma dúvida ou por qualquer motivo necessitar posso procurar o(a) Renata Beatriz Preto e Marilane Maria Wolff Paim, responsáveis pela pesquisa no telefone 3251-1000, ou no endereço Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Universitário – UNIPLAC.

8. Tenho a liberdade de não participar ou interromper a colaboração neste estudo no momento em que desejar, sem necessidade de qualquer explicação. A desistência não causará nenhum prejuízo a minha saúde ou bem estar físico.

9. As informações obtidas neste estudo serão mantidas em sigilo e; em caso de divulgação em publicações científicas, os meus dados pessoais não serão mencionados

10. Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa na Coordenação do Curso de Mestrado da UNIPLAC.

DECLARO, outrossim, que após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto voluntariamente em participar desta pesquisa e assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Lages, ____ de _____ de _____

(nome e assinatura do sujeito da pesquisa e/ou responsável legal)

Responsável pelo projeto: Renata Beatriz Preto\Marilane M. Wolff Paim
Endereço para contato: Av. Marechal Castelo Branco, 170- Universitário - UNIPLAC
Telefone para contato: 3251-1000
e-mail: mestrado@uniplac.net
CEP – UNIPLAC: Av. Castelo Branco, 170 – PROPEG - Telefone para contato: (49) 251-1000